

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

EDEILTON PEREIRA DOS SANTOS

**DINÂMICAS TERRITORIAIS NO PROCESSO DE EXPANSÃO DO
AGRONEGÓCIO DA SOJA E CAMPESINATO NO BAIXO AMAZONAS/PA**

Manaus
2015

EDEILTON PEREIRA DOS SANTOS

**DINÂMICAS TERRITORIAIS NO PROCESSO DE EXPANSÃO DO
AGRONEGÓCIO DA SOJA E CAMPESINATO NO BAIXO AMAZONAS/PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Território, Espaço e Cultura na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz

Manaus
2015

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

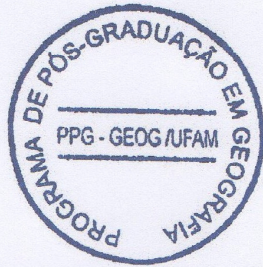
P436d Pereira, Edelton Pereira dos Santos
Dinâmicas territoriais no processo de expansão do agronegócio da soja e campesinato no Baixo Amazonas-PA / Edelton Pereira dos Santos Pereira. 2015
173 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Camponês. 2. Território. 3. Territorialidade. 4. Amazônia. 5. Agronegócio. I. Cruz, Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da II. Universidade Federal do Amazonas III. Título



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
 ICHL/DEGEO/Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Mestrado Concelto 4 - Aprovado pela Resolução nº 009 – CONSUNI de 7/08/1995
 Credenciado pela CAPES em set/2000
 Reconhecido através da Portaria Nº 1.077- MEC, de 31 de agosto de 2012



Ata da Defesa Pública da Dissertação de Mestrado do(a) Senhor(a) **EDEILTON PEREIRA DOS SANTOS**, discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, área de concentração em Amazônia: Território e Ambiente, realizada no dia **06 de novembro de 2015**.

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e quinze, às quinze horas, na Sala de Audiovisual do Departamento de Geografia, realizou-se a Defesa Pública da Dissertação de Mestrado, intitulada **“DINÂMICAS TERRITORIAIS NO PROCESSO DE EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO DA SOJA E CAMPESINATO NO BAIXO AMAZONAS - PARÁ”**, sob orientação do(a) Professor(a) Doutor(a) **MANUEL DE JESUS MASULO DA CRUZ (PPGEOG/UFAM)**, do(a) aluno(a) **EDEILTON PEREIRA DOS SANTOS** em conformidade com o Art. 69 do Regimento Geral de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas, como parte final de seu trabalho para a obtenção do Título de **MESTRE EM GEOGRAFIA**, área de concentração em **AMAZÔNIA: TERRITÓRIO E AMBIENTE**. A Banca Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professor(a) Doutor(a) **MANUEL DE JESUS MASULO DA CRUZ**, Orientador(a)/Presidente (PPGEOG/UFAM), Professor(a) Doutor(a) **RAIMUNDA NONATA MONTEIRO (UFOPA)** e o(a) Professor(a) Doutor(a) **RICARDO JOSÉ BATISTA NOGUEIRA (PPGEOG/UFAM)**. O(A) Presidente da Banca Examinadora deu início à sessão convidando os membros da Banca e o(a) Mestrando(a) a tomarem seus lugares. Em seguida, o(a) Senhor(a) Presidente informou sobre o procedimento do exame. A palavra foi facultada ao(a) Mestrando(a) para apresentar uma síntese do seu estudo e responder às perguntas formuladas pelos membros da Banca Examinadora. Após a apresentação e arguição pelos membros da Banca Examinadora, esta se reuniu onde decidiu, por unanimidade, que o(a) aluno(a) foi **“Aprovado”**. A sessão foi encerrada. Eu, Maria das Graças Luzeiro, Secretária do PPG-GEOG, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, pelos membros da Banca Examinadora e pelo(a) Mestrando(a). Manaus (AM), 06 de novembro de 2015.

Banca Examinadora	Rubrica	Conceito
Prof(a) Dr(a) Manuel de Jesus Masulo da Cruz Orientadora/Presidente (PPGEOG/UFAM)		“Aprovado”
Prof(a) Dr(a) Ricardo José Batista Nogueira Membro Titular (PPGEOG/UFAM)		“Aprovado”
Prof(a) Dr(a) Raimunda Nonata Monteiro Membro Titular (UFOPA)		Aprovado
 Edeilton Pereira dos Santos Mestrando	 Maria das Graças Luzeiro Secretária do PPGEOG	

“(...) mas o fato de que a grande propriedade devora a terra ao seu redor é um desastre apenas menor que a devastação e o incêndio; ela termina, aliás, por chegar ao mesmo resultado, isto é, à ruína das populações e muitas vezes à própria ruína” (RECLUS, 1985).

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, José Pereira e
Júlia Avelina, por me ensinarem
os fundamentos de uma educação
que transcende os diplomas!

AGRADECIMENTOS

Em meio a celeridade da vida, somos levados a esquecer de agradecer. Porém, nessa trajetória acadêmica, gostaria de registrar gratidão a diversas pessoas que me auxiliaram de forma especial. A Deus em primeiro lugar, “porque as suas misericórdias não têm fim; novas são a cada manhã; grande é a Tua fidelidade.”

De modo especial, ao Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz, que mesmo sendo eu “um migrante intelectual,” carregando na mala comigo itens como: sotaque diferente, realidade geográfica dista, formação acadêmica em outro campus, kms de distância; aceitou orientar-me com presteza, fundamentação e paciência, atributos que lhe são tão peculiares.

Em tempo, quero expressar o meu reconhecimento, à Profa. Dra. Raimunda Nonata Monteiro, pois foi através dos seus “lampejos intelectuais,” que despertou em mim, o interesse para adentrar no mestrado com a presente temática;

Imagine se iria esquecer os dirigentes do IBAMA, gerente e superintendente, à época, que favoreceram a oportunidade de pleitear uma licença, concedida pelo órgão posteriormente por 4 meses. Apesar de ter sido um curto período, pois tive que me desdobrar para cumprir todos os créditos em tão pouco tempo. Ufa!!! Mas valeu.

Ligações e e-mails direcionados a Secretária do Programa de Geografia, à Maria das Graças Luzeiro, foram atendidos quase que na velocidade da luz (e olha que foram muitos). Obrigado, pelo empenho. Grato ainda: aos professores do referido programa, que ministraram as disciplinas, que contribuíram para o meu crescimento acadêmico. Aos professores Ricardo José Batista Nogueira e Selma Paula Maciel Batista, que com as suas contribuições no exame de qualificação, favoreceram “tijolos intelectuais” que ajudaram nessa construção acadêmica.

Tenho estima especial a Luiza Figueira, figura excepcional, pelas excelentes contribuições nos estudos linguísticos, nas traduções e no incentivo. Ao grande amigo Omar Almeida, que mesmo em meio as constantes atividades e viagens, (afinal ele é viajado e diarudo), reservou tempo para elaboração dos mapas e alguns gráficos;

O risco de esquecer algum amigo é grande, desculpas se esqueci de algum, por isso, registrarei uma pequena lista de amigos que contribuíram de maneira muito especial nessa trajetória:

À Adilene Kroessin, por me representar nas primeiras reuniões do Programa, anotar tudo tão metodicamente e enviar, além de auxiliar-me com os gráficos e formatações. Valeu! Valeu!

À Mônica Pinheiro, amiga de uma paciência sem igual, pois de forma tão prestativa, entregou durante todo esse período, os inúmeros formulários e relatórios ao Programa. Não é pra menos, que juntos com o Bosco e a Val, formavam o “Trio dos Amelhitos”, que por sinal, levaremos boas lembranças dessa convivência. Muitas foram as viagens e as moquecas que compartilhamos nas apresentações dos trabalhos do mestrado pelo Brasil afora;

À Anne Diranne (Anne Glayde), pelo constante apoio logístico e incursões geográficas e gastronômicas. Seu auxílio tornou esse período de estudos, mais agradável, somados ainda as excelentes companhias da doce Thaline (Ivante Júnia), Juliana, Sandra e Vinicius. Quantos almoços, jantares e passeios fizemos juntos! Afinal nem só de pesquisas, leituras e seminários se faz um mestrado. Além de tudo isso, são as boas amizades que nos acompanharão, apesar das distâncias;

Aos amigos e professores que conheci ao cursar disciplinas nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia- PPGSS e no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA);

Aos demais amigos do mestrado, a convivência com vocês, foi muito enriquecedora;

Ao grande amigo John Lennon, pelo apoio espiritual e logístico e ao Pequeno Grupo Universitário da UFAM, onde compartilhei momentos de reflexões espiritual, que em muito me reanimou;

Ao amigo Fernando Uchoa, que de bom grado, me apresentou os comunitários da área estudada, além de me acompanhar em algumas visitas, permitindo assim, enriquecer a pesquisa em tela.

A todos os comunitários, que reservaram parte do seu tempo para dialogarmos, contribuindo assim, de forma espetacular à concretização desse trabalho;

A turma de Engenharia Florestal 2009, da UFOPA, por participarem da aplicação de alguns questionários nas comunidades estudadas;

Não poderia esquecer o apoio dos meus sobrinhos e da minha família.

Assim, **EDEILTON**, ao trilhar o caminho do mestrado, não o fez sozinho, mas sim acompanhado de várias pessoas, as quais registro os meus sinceros agradecimentos, incluindo a todos aqueles que de alguma forma contribuíram nessa jornada. Ufa! cheguei em uma etapa. Mas ainda pretendo seguir na caminhada...

RESUMO

O canto da sereia, entoado pelos arautos do agronegócio, com um discurso sedutor, envolvendo acordes de modernização, altas nos índices das exportações, desenvolvimento via produção de monoculturas voltadas à exportação, tem espalhado as suas notas para todos os lados. Com isso, tenta convencer a todos que para alcançar o progresso, é essencial trilhar o caminho “via grãos.” Esse discurso e prática se propagaram no Território do Baixo Amazonas-PA, ocasionando a implantação de “modelos agrícolas hegemônicos”, amparados na produção de monoculturas voltadas para exportação, sobretudo, o agronegócio da soja nos municípios de Santarém e Belterra. Entretanto, “no meio dessa expansão, tinham uns camponeses.” Afinal, esses territórios já eram ocupados por camponeses há muito tempo. Isso ocasionou embates de territorialidades divergentes e conflitantes. Instalou-se uma disputa por terras e mudanças em comunidades com ocupações antigas de camponeses, em virtude da expansão desse agronegócio. Como resultado, se intensificou a vinda de produtores de soja, sobretudo do norte do Mato Grosso, que arrendaram ou compraram propriedades para desenvolver o plantio da soja. O poder público fez investimentos para dinamizar essa produção de *commodities* agrícolas. O trabalho em tela fez um recorte nesse território e selecionou três comunidades que experimentaram essa inserção: Prata, Açaizal do Prata no município de Belterra-PA e Paca, no município de Mojuí dos Campos-PA. Tomou-se como limite temporal o período de 1999 (início dos cultivos de grãos em escala comercial) e 2013 (início do mestrado). Diante desse contexto, o objetivo é compreender o processo de territorialização do agronegócio da soja nessas comunidades de camponeses.

Palavras chaves: camponês, território, territorialidade, Amazônia e agronegócio.

ABSTRACT

The siren song, sung by agribusiness disseminators, with a seductive speech, involving modernization of chords, high in the indices of exports development via production oriented monocultures for export, has dispersed its notes everywhere. With it, trying to convince everyone that to achieve progress, it is essential to walk the path "via grãos". This discourse and practice have spread in the Territory of the Lower Amazon-PA, resulting in the implementation of "hegemonic agricultural models", supported in the production of export-oriented monocultures, especially the soybean agribusiness in the municipalities of Santarém and Belterra. However, "in the midst of this expansion, they had some peasants". However, these territories were already occupied by farmers long ago. This led to clashes of divergent and conflicting territoriality. It settled a dispute over land and changes in communities with ancient occupations of peasants, because of the expansion of this agribusiness. As a result, was intensified the arrival of soy producers, especially of northern Mato Grosso, who leased or bought property to develop the planting of soybeans. The government has made investments to dynamize that production of agricultural commodities. The work screen made a cut that territory and selected three communities that experienced this insertion: Prata, Açaizal do Prata in the municipality of Belterra-PA and Paca, Mojuí in the municipality of Campos-PA. Was taken as the time limit period in 1999 (the early grain crops on a commercial scale) and 2013 (beginning of the course). Given this context, the objective of the research is to understand the process of soy agribusiness territorialization in these peasant communities.

Key words: peasant, territory, territorial, Amazon and agribusiness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do Território do Baixo Amazonas - PA.....	41
Figura 2 - Um dos acessos às comunidades estudadas, seguindo a BR 163, sentido Santarém-Rurópolis, no lado esquerdo, adentra-se um ramal de terra batida.....	476
Figura 3 - Vestígios de antiga moradia de camponês com árvores frutíferas remanescentes e plantação de soja ao fundo.....	487
Figura 4 - Mapa de localização das comunidades do Paca, Açaizal e Açaizal do Prata no Estado do Pará.	498
Figura 5 - Casa Familiar Rural na comunidade do Prata.....	543
Figura 6 - Horta pertencente à Casa Familiar Rural.....	554
Figura 7 - Vista parcial de casas na comunidade de Açaizal do Prata, cercadas por plantações de soja.....	565
Figura 8 - Casa de farinha em pleno funcionamento - Comunidade do Açaizal do Prata.	576
Figura 9 - Placa informativa da Hidrelétrica Sociedade Comunitária Açaizal e São Raimundo.	587
Figura 10 - Vista parcial do reservatório da Hidrelétrica Comunitária.....	598
Figura 11 - Visita a casa de camponeses na comunidade do Paca.	609
Figura 12 - Plantações de mandiocas pertencentes a camponês, rodeadas pelo cultivo de soja na comunidade do Paca.	60
Figura 13 - Diagrama dos usos da soja.....	654
Figura 14 - Mapa da Produção de soja no Brasil - municípios que produziram mais de 5.008 t. em 2013.	754
Figura 15 - Hidrovias para transporte da soja.	798
Figura 16 - Destino e usos da soja brasileira.....	832
Figura 17 - Porto graneleiro da multinacional Cargill em Santarém no Pará.	854
Figura 18 - Cultivo de soja no Estado do Pará – distribuição por município (2012).	865
Figura 19 - Grande Fazenda produtora de soja, com silo para armazenamento de grãos, nas imediações da comunidade do Paca.	909
Figura 20 - Plantação de soja, com menor extensão, onde a própria família lida com a lavoura, na comunidade Açaizal do Prata.	909
Figura 21 - A logística de escoamento da soja pela BR 163.....	965
Figura 22 - Trecho da BR 163, entre Novo Progresso-PA e Rurópolis, formando 15 km de congestionamento em virtude de atoleiro na estrada.....	976
Figura 23 - Comina, empresa mineradora, localizada nas imediações entre Itaituba e Rurópolis-PA, que produz calcário, utilizado no cultivo da soja.	998
Figura 24 - Cal Reis, empresa mineradora, produtora de calcário, localizada nas imediações entre Itaituba e Rurópolis-PA.	99
Figura 25 - Mapa mostrando a evolução do desmatamento na região das comunidades estudadas. 1997 a 2013.....	1076
Figura 26 - Análise Multitemporal da Área de Estudo.....	1098
Figura 27 - Plantações de soja na estrada de acesso a comunidade do Paca.....	1187
Figura 28 - Roçado dividindo espaço entre a plantação de milho e mandioca, na comunidade do Prata.....	1198
Figura 29 - Mapa Mostrando a Influência das UCs Federais na Região do Estudo.....	1309

Figura 30 - Pequenas plantações de mandiocas, dividem espaço com as plantações de soja que espalham-se ao longo da comunidade do Prata.	13332
Figura 31 - Festival da Galinha Caipira na comunidade do Prata.	1343
Figura 32 - Participação no Festival da Galinha Caipira na comunidade do Prata.	1354
Figura 33 - Cartaz distribuído pelo STTR, para estimular a permanência dos camponeses em suas terras.	138
Figura 34 - Ruínas da escola da comunidade do Paca, desativa da em 2002.	1443
Figura 35 - Cemitério que fica cercado por plantações de soja, na comunidade do Paca.	1443
Figura 36 - Plantações de soja pressionando os terreiros dos camponeses na comunidade do Paca.	1454
Figura 37 - Áreas plantadas com soja, onde antes eram moradias de camponeses na comunidade do Paca.	1465
Figura 38 - Avanço das plantações de soja sobre o campo de futebol da comunidade de Açaizal do Prata.	1487

LISTAS DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Local de origem das famílias nas comunidades.	532
GRÁFICO 2 - Evolução da área plantada com soja nos principais países produtores.	709
GRÁFICO 3 - Evolução da produção mundial de soja nos principais países produtores.....	70
GRÁFICO 4 - Produção mundial de grãos – 1970/71 a 2010/11.	721
GRÁFICO 5 - Saldo da Balança Comercial do Brasil (em US\$ bilhões).....	765
GRÁFICO 6 - Percentual de exportações brasileiras de commodities e manufaturados (1999 a 2011).	809
GRÁFICO 7 - Percentual de exportações brasileiras de commodities por tipo de produto (1999 a 2011).....	809
GRÁFICO 8 - Evolução no preço da saca da soja.	821
GRÁFICO 9 - Produção de soja no estado do Pará (em mil toneladas).	876
GRÁFICO 10 - Área plantada de soja nos três principais polos do Pará (em hectares) 2001-2011.	876
GRÁFICO 11 - Evolução da área plantada com soja nos principais municípios paraenses, 1997 a 2004.	921
GRÁFICO 12 - Movimentação de Granel Sólido Portos Organizados- 2012 e 2013.	954
GRÁFICO 13 - Série histórica de monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal- 1988-2014.	100
GRÁFICO 14 - Distribuição do incremento (km ²) do desmatamento no Estado do Pará- 2000 a 2013.	1032
GRÁFICO 15 - Distribuição do incremento (km ²) do desmatamento no Baixo amazonas-PA – 2000 a 2013.	1054
GRÁFICO 16 - Distribuição do incremento (km ²) do desmatamento no município de Santarém-PA – 2000 a 2013.	1054
GRÁFICO 17 - Distribuição do incremento (km ²) do desmatamento no Município de Belterra-PA. 2000 a 2013.	1065
GRÁFICO 18 - Tamanho das propriedades (ha) nas respectivas comunidades.	13130
GRÁFICO 19 - Número de filhos por famílias nas comunidades.	1365
GRÁFICO 20 - Principais fontes de renda dos comunitários.	14140
GRÁFICO 21 - Principais animais criados nas comunidades.....	14140
GRÁFICO 22 - Tipo de plantio nas propriedades das respectivas comunidades.	14241
GRÁFICO 23 - Principais problemas enfrentados nas propriedades após a chegada da soja nas imediações.....	1476
GRÁFICO 24 - Destino dos vizinhos que se mudaram após a chegada da soja.....	1498

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Correntes teóricas no campo brasileiro.....	287
Quadro 2 - Balanço de oferta e demanda mundial de soja.....	688
Quadro 3 - Principais produtos exportados pelo Brasil - US\$ Milhões- 2013.....	732
Quadro 4 - Campo do agronegócio e campo da agricultura camponesa.....	1209

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produtos com recorde no valor exportado em Jan-Dez/2014.	743
Tabela 2 - Brasil área plantada com os cinco principais grãos (mil hectares).....	80
Tabela 3 - Preço da terra por tipo na região de Santarém: 2010-2011.	932
Tabela 4 - Número de negócios por estrato de área, na Região do Baixo Amazonas, de 1997-2009.	943
Tabela 5 - Taxas de desmatamento na Amazônia Legal - 2004 – 2014.	1021

LISTA DE SIGLAS

ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
CFR	Casa Familiar Rural
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CEFT-BAM	Centro de Estudo, Formação e Pesquisa dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Baixo Amazonas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPA	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IMEA	Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária
LABGEO	Laboratório de Geoprocessamento
MAPA	Ministério Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PDA	Plano de Desenvolvimento Agrário
PRODES	Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal.
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior

STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNEB	Universidade Estadual da Bahia

SUMÁRIO

RESUMO.....	vii
ABSTRACT	viii
LISTA DE FIGURAS.....	ix
LISTAS DE GRÁFICOS	xi
LISTA DE QUADROS.....	xii
LISTA DE TABELAS.....	xiii
LISTA DE SIGLAS	xiv
SUMÁRIO	xvi
1 INTRODUÇÃO	18
2 CAPÍTULO 1 - O TERRITÓRIO CAMPONÊS: ANTES DA CHEGADA DO AGRONEGÓCIO DA SOJA NO BAIXO AMAZONAS/PA.....	24
2.1 O sustentáculo teórico da pesquisa	25
2.2 Constituição do campesinato no Baixo Amazonas-PA	40
2.3 Formação histórica das comunidades do Prata, Açaizal do Prata e Paca no Baixo Amazonas/PA.	46
3 CAPÍTULO 2 - O TERRITÓRIO DO AGRONEGÓCIO: COMO “ENCANTO”	63
3.1 O agronegócio da soja e as estratégias expansionistas no mundo	63
3.2 A soja no território brasileiro; destaque para o Baixo Amazonas-PA.....	73
3.3 A produção da soja e o desmatamento no Baixo Amazonas-PA.....	98
4 CAPÍTULO 3 - TERRITÓRIO DO AGRONEGÓCIO: COMO “(DES)ENCANTO”.	112
4.1 Invisibilidade camponesa.....	112
4.2 Territorialidades divergentes: a camponesa e a capitalista	116
4.3 O processo de resistência e reprodução camponesa nas comunidades estudadas.	124
5 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS	152
REFERÊNCIAS	157
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA APLICÁVEL AOS CAMPONESES DO BAIXO AMAZONAS-PA.	170
APÊNDICE B – ROTEIROS DE ENTREVISTAS.....	171
APÊNDICE B.1 - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE SANTARÉM-PA- APRUSAN.....	171
APÊNDICE B.2- CASA FAMILIAR RURAL – COMUNIDADE DO PRATA.....	172
APÊNDICE B. 3- COMUNIDADE DO AÇAIZAL DO PRATA	172
APÊNDICE B. 4- PESQUISADORA E PROFESSORA DA UFOPA.....	173

APÊNDICE B.5- CENTRO DE ESTUDO, FORMAÇÃO E PESQUISA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BAIXO AMAZONAS-CETBAM....	173
APÊNDICE B. 6- SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DE SANTARÉM-PA – STTR	174
APÊNDICE B. 7- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA- CPT.....	174

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do contexto histórico, a ocupação e consolidação do território amazônico estiveram associados à sucessão de ciclos econômicos, atrelados também em muitos casos, à atuação do grande capital. O surgimento da mecanização agrícola nessas áreas, baseia-se na exploração extensiva dos recursos naturais, provocando alterações nos padrões de uso e cobertura do solo. Isso vem acarretando mudanças e reestruturações na forma de organização territorial, provocando diferentes formas de rearranjos socioespaciais, com interferências sobre a vida dos vários atores sociais, sobretudo nas populações camponesas, povos indígenas, quilombolas, residentes nessas áreas.

No decorrer dessa consolidação amazônica, Loureiro (2009, p. 39), assegura que esse território se prestou a condição “de ser considerado pelo Estado brasileiro e pela maior parte da sociedade do resto do país como um espaço privilegiado para a geração de riquezas e passível de exploração por outras regiões e outros povos”. Ou seja, se estruturando em torno de interesses antagônicos.

A própria atuação do Estado ao implantar as políticas territoriais tende a reforçar essas disparidades ao longo do tempo. Afinal, elas são pautadas sobre a égide do desenvolvimento, e este, propagado a qualquer custo. Percebe-se uma estreita relação entre os estímulos da economia externa e o avanço das frentes expansionistas de *commodities* na Amazônia.

Como atuações dessas frentes expansionistas, diante dos olhos descortinam-se estradas estreitas, que se dirigem para além da linha do horizonte, causando a impressão de infinitude, dos lados, verificam-se matizes monocromáticas. Esse cenário é proveniente das plantações de soja, que se espalham por áreas comuns de camponeses, que se mantêm em situações espaciais semelhantes a ilhas. Tudo isso, vêm ocasionando dinâmicas territoriais com diferentes modificações e consequências.

Nesse contexto, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, segundo Venturieri et al. (2010), a agricultura mecanizada de grãos, em especial a soja, foi introduzida no Território do Baixo Amazonas/PA. Destes, os municípios escolhidos a princípio foram Santarém e Belterra-PA. Essa escolha foi influenciada por uma série de fatores, segundo Rodrigues (1999), o teor de fósforo no solo, implicando em economia de fertilizantes, o porto de Santarém, a hidrovía Teles Pires-Tapajós, a pavimentação da BR-163 e a ocorrência de jazidas de calcário dolomítico, utilizado na correção da acidez do solo amazônico. Destaca-se ainda vastas áreas florestais, incluindo a Floresta Nacional do Tapajós, com uma área de 549.066,87 ha, criada pelo Decreto Federal nº 73.684 de 19 de fevereiro de 1974 e a Reserva

Extrativista Tapajós-Arapiuns com uma área de 677.513,24 ha, criada pelo Decreto Federal s/nº de 06 de novembro de 1998.

Essa implantação, amparada na produção de monoculturas voltadas para exportação, sobretudo, o agronegócio da soja, instituído no Território do Baixo Amazonas-PA, foi acompanhada de grandes controvérsias, envolvendo vários embates com a sociedade civil local. Mas a princípio, a intensificação desse plantio, prometia um verdadeiro “boom” para o território local, e passou a ser considerado o “ouro verde” do momento.

Como resultado, intensificou-se a vinda de produtores de soja, sobretudo do norte do Mato Grosso, que arrendaram ou compraram propriedades para desenvolver o plantio da soja. O poder público fez investimentos para dinamizar essa produção de *commodities* agrícolas.

Passada a fase de euforia da propagação do “progresso via grãos”, estudos sobre a temática são bens vindos, pois permitem analisar as alterações e possíveis consequências que esse modelo agrícola implantado trouxe para essas áreas.

Afinal, esses territórios já eram ocupados por camponeses há muito tempo. Isso ocasionou embates de territorialidades divergentes e conflitantes. Instalou-se uma disputa por terras e mudanças em comunidades com ocupações antigas de camponeses, em virtude da expansão desse agronegócio.

Envolto nesse cenário expansivo, e considerando a necessidade de aperfeiçoamento profissional, ao ser inquietado quanto à realidade das implicações do agronegócio da soja no Território do Oeste do Pará, onde desenvolvemos as atividades de Agente Ambiental Federal do Instituto de Recursos Naturais Renováveis- IBAMA surgiu o interesse de cursar um mestrado que contemplasse essa temática. O interesse foi ampliado ainda mais em 2012, ao desenvolver uma pesquisa na Especialização em Manejo de Florestas Tropicais, oferecido pela Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA em parceria com o IBAMA, que versava sobre a expansão da soja na região.

Em 2013, decidimos que iríamos cursar um mestrado. Convicto desse objetivo, fizemos a inscrição em três programas: o de Recursos Naturais da Amazônia, da UFOPA, o de Ciências do Ambiente na Universidade Federal do Amazonas - UFAM e o de Geografia também da UFAM. Após ter sido aprovado nos três, surgiu ante essa situação uma missão herculeana; decidir qual mestrado cursar? Aquele que versava sobre a área de atuação profissional, ou aquele que versava sobre a área de formação acadêmica, mais precisamente?

Após muitas reflexões, decidimos pelo Programa do Mestrado em Geografia da UFAM, pois preenchia melhor os anseios para o momento, ao versar sobre a formação acadêmica e maior interesse pessoal. Em março de 2013, solicitamos afastamento do trabalho por quatro

meses e começamos a cursar o citado mestrado, na linha Espaço, Território e Cultura na Amazônia.

Como já permeava essa realidade camponesa, antes mesmo de ter sido aprovado no mestrado, esse contato anterior, foi primordial para a escolha das comunidades¹ que seriam pesquisadas.

Apesar dessa realidade expansionista, que apresenta modificações territoriais em virtude do avanço do agronegócio da soja, atingir várias outras comunidades no entorno, o presente trabalho fez um recorte no Território do Baixo Amazonas-PA e selecionou três comunidades que experimentaram essa inserção. Nesse contexto, cercada pelo cultivo da soja mecanizada, quase que ilhada, encontram-se essas comunidades: Prata, Açaizal do Prata no município de Belterra-PA e Paca, no município de Mojuí dos Campos-PA, que foi desmembrado de Santarém-PA em 2012.

Nessa escolha, ponderaram-se os diferentes níveis de inserção e reação ante o agronegócio da soja em seus territórios. Essas comunidades apresentam áreas contíguas, formação histórica semelhante, entretanto um grau de reação diferenciada ante esse assédio por suas terras.

Essas comunidades se formaram a partir da colonização nordestina, na primeira metade do século XX. São compostas por camponeses, que desenvolvem uma agricultura para o autoconsumo e a comercialização de excedentes para a cidade de Santarém-PA, apresentam baixos níveis de renda e baixa assistência em saúde, educação e infraestrutura.

Assim, o problema gerador da presente pesquisa refere-se a essa nova territorialização espacial e produtiva, que provocou alterações no modo de vida das comunidades que vivem no entorno dessas áreas, procurando responder: *por que comunidades de camponeses em Prata, Açaizal do Prata e Paca, localizadas no Território do Baixo Amazonas-PA, mesmo ocupando áreas contíguas e apresentando características históricas, culturais, econômicas e sociais semelhantes, reagiram de maneira diferente ante o avanço do agronegócio da soja sobre os seus territórios e as implicações para o seu modo de vida e reprodução?*

¹ O conceito de comunidade adotado no texto apoia-se nas considerações de Max Weber (1973:140-143), para quem comunidade “é um conceito amplo que abrange situações heterogêneas, mas que, ao mesmo tempo, apoia-se em fundamentos afetivos, emotivos e tradicionais”.

Diante disso, torna-se imperativo procurar compreender os motivos que estimularam de forma diferente esse processo na mesma área geográfica e com características semelhantes. Buscam-se alguns elementos agregadores ou dispersadores, que influenciaram no processo expansivo do cultivo de grãos nas áreas das comunidades. Considerando esse viés, o presente estudo comparativo torna-se singular.

Portanto, ao ser aprovado e começar a cursar os créditos, a área da pesquisa já estava previamente delineada, com base nessas incursões na função de Agente Ambiental Federal do IBAMA, ao realizar atividades de fiscalização junto aos mais variados atores sociais desse território, desde os camponeses até os sojicultores, foi possível constatar uma grande mobilidade.

Conciliando com os motivos expostos acima, destaca-se também a necessidade de investigar as transformações socioespaciais provocadas pelo avanço do agronegócio da soja nessa região, principalmente no momento atual, onde denominaremos de “pós *boom*”. A época da implantação desse cultivo, propagou-se a ideia, por parte de alguns grupos interessados nessa expansão, que o tão esperado “progresso” viria através dos grãos. Criando um verdadeiro “encanto” em torno do mesmo, porém, o “desencanto”, que já era enfrentando por alguns segmentos sociais, agravou posteriormente, causando muitos dissabores. Surge então a necessidade de questionar o alcance e os atores contemplados com esse “progresso”.

Diante desse contexto, a pesquisa em tela, de forma geral, objetiva compreender o processo de territorialização do agronegócio da soja nas comunidades de camponeses do Prata, Açaizal do Prata e Paca, no território do Baixo Amazonas/PA. E de maneira mais específica propõe-se a:

- a) Entender a formação do campesinato, nas comunidades do Prata, Açaizal do Prata e Paca no território do Baixo Amazonas/PA.
- b) Entender as transformações socioespaciais, as estratégias expansionistas e o desmatamento provenientes da inserção do agronegócio da soja nessas comunidades.
- c) Constatar possíveis resistências dessas comunidades e alternativas encontradas para lidarem com o avanço da mecanização agrícola e o assédio sobre as suas terras.

Considerando que o presente trabalho aborda a realidade de três comunidades expostas ao avanço do agronegócio da soja, o método de procedimento adotado baseia-se no viés comparativo. Em relação ao mesmo destaca-se que:

É lançado mão de um tipo de raciocínio comparativo que podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificar continuidades e discontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais (SCHNEIDER e SCHMITT, 1998, p. 49).

Além do método descrito acima, também se utilizou o método histórico, ao investigar o processo de ocupação dessas comunidades, e o monográfico ao dissertar sobre o problema levantado. Destaca-se ainda, a pesquisa de caráter exploratório, e técnicas de revisão bibliográfica, em especial para investigar a origem do campesinato nesse território, amparados também nos relatos orais dos moradores mais antigos. Foram comparadas análises de imagens de satélites, para detectar a relação com o desmatamento e uso do solo, registros fotográficos, entrevistas semiestruturadas e estruturadas, entre os camponeses das comunidades e também com os produtores de soja, buscando verificar o tipo de posse e o tipo de uso da terra, e informações acerca do histórico da propriedade e do proprietário, local de origem, e outras informações pertinentes.

Na comunidade do Prata, foram realizadas entrevistas com às 07 famílias remanescentes, na do Açaizal do Prata foram selecionadas 10 famílias, dentre as 45, distribuídas ao longo da comunidade, a fim de contemplar uma maior representatividade espacial. Já na comunidade do Paca, foram entrevistadas as 05 famílias restantes.

Também foram realizadas 07 visitas de campo, no período de 2013 e 2015 nas comunidades destacadas, entrevistas com presidentes de associações de moradores e representantes comunitários, bem como aos agentes de saúde e professores dessas áreas. Apesar da dificuldade de acesso aos produtores, foram realizadas visitas a algumas fazendas produtoras de soja no entorno, para contrastar as diversas atuações e configurações. Incluiu-se ainda visitas a algumas entidades, tais como: STTRs, Associação de Moradores das Comunidades, INCRA, IBAMA, FUNASA, CPT e IBGE, para colher dados e informações sobre a temática.

Como intervalo temporal, foi considerado para análise o período a partir do final dos anos 1990 e início do ano 2000, momento em que a agricultura mecanizada começa a ser introduzida nesse território, até 2013, ano de início do mestrado.

Quanto aos instrumentos de pesquisa, foram utilizados GPS, notebook, câmera digital, gravador, cadernos de anotações, papel sulfite, etc. Após as entrevistas e as visitas, os dados foram tabulados e organizados.

O trabalho toma o território como conceito fundamental de análise, afinal é sobre ele que o encanto, o (des)encanto, a reprodução e a resistência camponesa acontecem. Ao discorrer sobre essas temáticas a dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo aborda **O território camponês: antes da chegada do agronegócio da soja no Baixo Amazonas/PA**. Nesse capítulo é discutido o sustentáculo teórico da pesquisa, bem

como discorre historicamente sobre a constituição do campesinato no Baixo Amazonas-PA, e como se deu o processo de formação das comunidades do Prata, Açaizal do Prata e Paca, que são o objeto central do presente trabalho. Traça enfim, as características essenciais desse território antes da inserção do agronegócio sobre o mesmo.

O tema do segundo capítulo é **O território do agronegócio: como “encanto”**. Nessa parte, aborda-se o quanto foi construída a imagem de um “encanto” em torno do agronegócio da soja. Para isso, foram aplicadas diversas estratégias expansionistas, ao ponto desse cultivo avançar sobre diversas áreas do mundo, incluindo o território brasileiro, com destaque para o Baixo Amazonas-PA. Registra-se ainda a relação entre essa expansão e o desmatamento no território em estudo.

Já o terceiro capítulo, destaca o **Território do agronegócio: como “(des)encanto”**. Discorre-se nessa parte sobre o (des)encanto provocado pelo agronegócio, mesmo em meio a continuidade de expansão do mesmo, e como os camponeses foram considerados invisíveis, para apoiar essa estratégia expansionista, provocadora de territorialidades divergentes. Mesmo assim, verifica-se um processo de resistência e reprodução camponesas nas comunidades estudadas.

E finalmente, são apresentadas as principais considerações conclusivas da pesquisa, expressando o quanto o mercado do agronegócio é instável, apresentando assim, uma volatilidade, tanto para expandir-se bem como para retrair-se. As comunidades pesquisadas, mesmo experimentando processos históricos, culturais, sociais e econômicas parecidos, enfrentaram dinâmicas territoriais diferenciadas.

2 CAPÍTULOS 1 - O TERRITÓRIO CAMPONÊS: ANTES DA CHEGADA DO AGRONEGÓCIO DA SOJA NO BAIXO AMAZONAS/PA.

O canto da sereia, entoado pelos arautos do agronegócio, com um discurso sedutor, envolvendo acordes de modernização, altas nos índices das exportações, desenvolvimento via produção de *commodities*, tem espalhado as suas notas para todos os lados. Com isso, tenta convencer a todos que para alcançar o progresso, é essencial trilhar o caminho “via grãos”. Nas palavras de Oliveira (2006, p. 15), a elite brasileira, a mídia e boa parte dos intelectuais, passaram a “emDEUSarem o agronegócio e colocaram sob o signo do DIABO as lideranças dos movimentos sociais e sua luta sangrenta pela reforma agrária”.

Entretanto, em virtude desse contexto “demonizador” ou “emDEUSador” torna-se essencial discorrer sobre a temática, mantendo equilíbrio ao analisar essa questão, considerando a sugestão de Bernstein (2011, p.16), “para ter cuidado para não cair nas fábulas simples ou nas ideologias expressas: pequeno é bonito contra grande feio, e camponês virtuoso, contra agricultura empresarial viciosa”.

Mesmo com cautela na análise, o processo expansivo do agronegócio da soja descortina-se sobre os territórios dos camponeses, como “estradas que parecem retas sem fim, círculos e quadriláteros perfeitos, gigantes, um (des)colorido que homogeneiza e, ao dilacerar os cerrados, deles se apropria e radicaliza sua planura” (Haesbaert, 1996, p. 372). Essa expansão produtiva desestrutura e provoca novos arranjos territoriais nas mais variadas escalas.

Fernandes (2011, p. XII), ao discorrer sobre essas transformações recentes no campo e também sobre a resistência e subordinação do campesinato à expansão do capitalismo, afirma que “é muito arriscado defender o fim da pequena agricultura camponesa ou familiar, ou o domínio total do agronegócio”. Assim, a presente pesquisa, aborda alguns elementos agregadores ou de dispersão de comunidades camponesas, ante essa expansão.

Em decorrência desse avanço da produção voltada para a exportação de *commodities* agrícolas, os camponeses estão enfrentando mudanças nos seus territórios e modos de vida. Essa expansão também passou a ser percebida no território do Baixo Amazonas-PA. Como expressava o poeta Carlos Drummond (1930)², “no meio do caminho tinha uma pedra”, parafraseando-o, “no meio da expansão do agronegócio da soja, tinham uns camponeses”.

²Esse fragmento faz parte da poesia, No meio do caminho, de Carlos Drummond de Andrade. In: Alguma Poesia. Ed. Pindorama, 1930.

Portanto, antes de versar sobre esse processo expansivo, é prudente destacar quem são esses camponeses, os nomes que lhes são atribuídos, as suas formas de produção e, sobretudo as características dos seus territórios antes da chegada do agronegócio da soja e as alterações que estão enfrentando.

Considerando que o trabalho aborda a expansão do agronegócio da soja no mesmo território em que vivem comunidades de camponeses, constata-se que estudar a questão territorial é uma forma de entender esse processo expansivo. Silva (2008, p. 30) atesta que “os territórios preexistentes são desorganizados e reorganizados em seus usos, a fim de atender a lógica dos circuitos mercantis, produtivos e financeiros em escala planetária”.

O presente capítulo está estruturado em três partes. A princípio aborda o sustentáculo teórico da pesquisa, fornecendo-lhe subsídios para dialogar de forma fundamentada com a temática. A segunda parte versa sobre a constituição do campesinato no território do Baixo Amazonas-PA, tomando como referencial o contexto histórico. Por sua vez, a terceira parte registra de forma mais detalhada a formação histórica das comunidades que são objeto de estudo da pesquisa em questão.

2.1 O sustentáculo teórico da pesquisa

A concepção de uma pesquisa acadêmica envolve toda uma trajetória, abdições, a cooperação de diferentes atores e as mais variadas situações. Entretanto, é preciso que a mesma esteja sustentada em fortes bases teóricas, a fim de que dialogue de forma fundamentada com o problema levantado.

Para fundamentar a pesquisa e procurar entender essa dinâmica expansionista da cultura mecanizada da soja, que tende a provocar intensas transformações onde é implantada, o presente trabalho aborda os conceitos de *camponês*, *território*, *territorialidade*, *Amazônia* e *agronegócio*.

Essa implantação, amparada na produção de monoculturas voltadas à exportação, sobretudo, o agronegócio da soja, foi acompanhada de grandes controvérsias no Baixo Amazonas-PA, envolvendo vários embates com a sociedade civil local. Mas a princípio, a intensificação desse plantio, prometia um verdadeiro “boom” para o território, e passou a ser considerado o “ouro verde” do momento. O que para determinados segmentos, se apresentou como um verdadeiro “encanto”.

Passada a fase de euforia da propagação do “progresso via grãos”, certos “desencantos” são percebíveis no território. Assim, estudos sobre a temática são bens vindos, pois permitem analisar as alterações e possíveis consequências que essa força de produção implantada trouxe para esses territórios.

Com a discussão desses conceitos, procura-se constatar a interação e influência dos mesmos nas dinâmicas territoriais, envolvendo as comunidades estudadas. Procura-se também, descobrir alguns elementos agregadores de permanência ou de expulsão dos camponeses locais, como frutos dessa nova territorialização produtiva. Sobre essas mudanças faz-se necessário destacar que:

Os debates sobre as transformações recentes do campo, a resistência e subordinação do campesinato à expansão do capitalismo na agricultura procuram explicar as mudanças agrárias que renovam as questões sempre carregadas de elementos do passado (...). Logo, é muito arriscado defender o fim da pequena agricultura, camponesa ou familiar, ou o domínio total do agronegócio. Esses processos continuam e se renovam em suas contradições (FERNANDES, 2011, p. XII).

Esses debates e transformações no campo atingiram os camponeses das áreas propostas na pesquisa. Torna-se essencial estudá-los, considerando suas resistências e embates, e não o seu desaparecimento por completo. Alguns remanescentes dessas áreas encontram-se praticamente ilhados por essa lógica produtiva expansiva.

Nesse viés expansionista, destaca-se a constituição do campesinato, porém suscitando os seguintes questionamentos: Mas afinal, quem é esse sujeito camponês³? Que outros termos os denomina? Quais as suas características essenciais que os diferencia de outras categorias?

O termo camponês não surge por acaso, ele carrega consigo um forte viés político-social acrescido de divergências interpretativas. Não é nosso objetivo aprofundar-se no mérito da seara conceitual, pois perderia o foco essencial da pesquisa proposta, apenas fornecer subsídios para a compreensão desses atores sociais, que são o interesse de estudo do presente trabalho.

³A definição de camponês adotada difere da de agricultor familiar, e para expressar essa diferença, registramos as palavras de Germer (2002, p. 47), "a agricultura familiar deriva da concepção norte-americana de produção familiar, onde o chamado produtor familiar representava o pequeno produtor ousado, o homem da fronteira, o pequeno industrial inovador, representado pelo farmer, e a de campesinato deriva da concepção europeia de produção familiar baseado em Chayanov, na qual a produção familiar é vista como " dotada de uma lógica própria e por isso capaz de resistir a transformação capitalista.

Ao abordar a temática, torna-se essencial compreender o processo de expansão do capitalismo sobre o campo. Marques (2008), esclarece que o interesse pelo tema foi impulsionado nos anos 1960 e 1970, tendo como principal expoente Teodor Shanin. Duas correntes se destacaram ao fundamentar os seus estudos: a primeira, influenciada pelos populistas russos, que teve como principal representante; Alexander Chayanov. Este pautava os estudos na organização da produção camponesa, valorização da qualidade do modo de vida e da economia camponesa, destacando a importância destes para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Por sua vez, a segunda corrente que apresentava como representantes Vladimir Lênin e Klaus Kautsky enfatizava que em virtude das mudanças provocadas pelo avanço das relações de mercado e dos processos de modernização e industrialização, que desencadeavam o desenvolvimento do capitalismo no campo, acabariam inevitavelmente provocando a desagrarização e descampesinação.

Além das ideias acima, torna-se essencial expressar as interpretações reinantes sobre o campo brasileiro. Assim, Oliveira (2012), destaca três correntes teóricas que apresentam visões divergentes sobre o assunto. O Quadro 1 abaixo apresenta de forma sintetizada essas vertentes.

Quadro 1 - Correntes teóricas no campo brasileiro.

CORRENTES TEÓRICAS NO CAMPO BRASILEIRO	IDEIA CENTRAL	ARGUMENTAÇÃO	PRINCIPAIS AUTORES
Permanência de relações feudais ou semifeudais	Camponeses e latifúndios são evidência da permanência de relações feudais ou semifeudais de produção no campo	Para que o campo se desenvolva é necessário acabar com essas relações feudais e ampliar o trabalho assalariado no campo. Os camponeses desapareceriam enquanto “resíduo” social e os latifúndios substituídos por empresas rurais	Maurice Dobb, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Inácio Rangel, Orlando Valverde, etc.
A destruição dos camponeses e a modernização dos latifúndios	No Brasil nunca houve feudalismo nem relações semifeudais de produção	Para que o campo se desenvolva é preciso acabar com as relações camponeses de produção e ampliar o trabalho assalariado no campo nas unidades capitalistas. Resultam duas classes: camponeses ricos (pequenos capitalistas rurais), camponeses pobres (proletários)	Karl Kautsky, Vladimir I. Lenin, Léo Huberman, Caio Prado Junior, Maria da Conceição D' Incao e Mello, José Graziano da Silva, Ricardo Abramovay, etc.
A criação e recriação do campesinato e do latifúndio	O processo de desenvolvimento do capitalismo no território brasileiro é contraditório e combinado	Ao mesmo tempo em que o capitalismo avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (assalariadas) no campo, ele produz e reproduz também, igual e contraditoriamente, relações não capitalista (camponesas) de produção. O campesinato e o capitalismo devem ser entendidos de dentro do capitalismo, e não de fora.	Rosa de Luxemburgo, Theodor Shanin, Samir Amin, Kostas Vergopoulos, José de Souza Martins, Margarida Maria Moura, José Vicente Tavares da Silva, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, etc.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Oliveira (2012).

Após esclarecermos o posicionamento das diversas correntes teóricas, destacamos que pautaremos o diálogo com base em Chayanov (1974) e Shanin (1978, 1980, 2008). Para melhor compreender a questão agrária brasileira, acrescentaremos as ideias de autores que lidam com a temática, incluindo as de Martins (1980), Oliveira (1990, 2003 e 2007) e Wanderley (1996), e outros autores que abordam a questão tomando como referencial a realidade do campesinato brasileiro.

Muitas são as vertentes conceituais, dentre as várias, destaca-se as contribuições de Chayanov (1974), mesmo reconhecendo a limitação da sua obra ao abordar a característica de uma agricultura pouco subordinada à indústria e um agricultor camponês limitado a relações mercantis em virtude de questões agroecológicas e de infraestrutura, as suas contribuições vão bem além. Mesmo em sua época, ele conseguiu antever que os camponeses permaneceriam no sistema, através de cooperativas, ou então por sua vantagem comparativa, ao necessitar menos da renda extra e produzir para o seu autoconsumo.

Por sua vez, Shanin (1979, p. 228), ressalta que o campesinato apresenta certa dualidade, ao apresentar ao mesmo tempo, uma classe social e um mundo diferente, que seria um modo de vida. Após considerar a dificuldade de conceituar a generalização do campesinato, Shanin (1980, p. 46-51), discorre sobre seis características que distingue os camponeses de outros grupos, ressaltando a necessidade de interdependência e combinação entre elas, a saber: trabalho familiar, padrões e tendências da organização política, normas e cognições típicas, a comunidade como unidade básica de organização social, dinâmica social específica e as causas e os padrões fundamentais de mudança estrutural.

Entretanto, o citado autor, destaca o quanto ele considerava importante à centralidade da unidade de produção familiar, como elemento essencial dos estudos sobre os camponeses. Reforçando assim, sua sintonia como o pensamento de Chayanov (1974), ao destacar a importância da unidade familiar e o processo de reprodução camponesa.

Ao abordar essa temática, faz-se necessário destacar que este é um conceito fecundo, que carrega consigo toda uma trajetória histórica e sua relevância tem aumentado em face da expansão capitalista sobre o campo. Sobre essa trajetória destaca-se que:

Camponês e latifundiário são palavras políticas que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da história, das lutas políticas e dos confrontos entre classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico (campo/cidade), mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (MARTINS, 1983, p.22).

Verifica-se o quanto o termo camponês, não é apenas um simples termo conceitual, mas traz consigo todo um arcabouço de trajetórias e lutas. Ao longo do tempo, determinadas palavras tendem a cair em certos modismos. Com o termo camponês não foi diferente, Shanin (1980), explica que após vivenciar certo ostracismo teórico, ela veio à tona pós-Vietnã, através de várias publicações e debates, tornando-se um verdadeiro truque editorial. Almeida

(2006), expressa que no Brasil atualmente, tende a substituir o termo camponês, por trabalhador familiar, por estar mais na moda. Entretanto essa atitude tende a esconder o caráter de luta e conflitualidade que o campesinato comporta sem os quais não é possível compreender a sua conjectura.

Ciente da atualidade e necessidade da discussão do tema, não se propõe com isso, apegar-se as concepções de autores clássicos do campesinato, sobretudo russo, que propagavam o desaparecimento dessa classe, Marx (1985), Lenin (1980), Kautsky (1980) e inseri-los totalmente no contexto brasileiro do século XXI. Entretanto, dentre estes, destaca-se também, a contribuição do pensamento de Chayanov (1974) em afirmar a importância do núcleo familiar e a permanência do camponês, mesmo em meio à propagação do sistema capitalista.

Importante contribuição sobre o campesinato e o processo expansivo do capital, encontra-se na obra de Martins (1980, p. 17), ao afirmar que:

O quadro clássico do capitalismo nos mostra o capital se expandindo à custa da expropriação e da proletarização dos trabalhadores do campo, uma coisa produzindo necessariamente a outra [...]. O capital se expande no campo, expulsa, mas não proletariza necessariamente o trabalhador. É que uma parte dos expropriados ocupa novos territórios, reconquista a autonomia do trabalho, pratica uma traição às leis do capital.

Mesmo enfrentando a expropriação e proletarização criada pelo capitalismo, também observa-se a criação de novas estratégias para lidar com essa questão, como a criação de novos territórios. Mesmo sendo expulsos, os camponeses procuram se reproduzir, mesmo em meio às contradições. Ao abordar essa questão, destacam-se as contribuições de Oliveira (2012), ao expressar que o desenvolvimento do capital apresenta certa dualidade, pois é contraditório e combinado. E destaca a necessidade de se entender esse processo.

Portanto, a compreensão do papel e do lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular, é fundamental. Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo; entretanto, os camponeses continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil (...). Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado pela presença no campo do boia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença e aumento do trabalho familiar no campo) (OLIVEIRA, 2012, p. 72 e 73).

Analisar esse processo é uma questão essencial, para entender as transformações em curso no campo brasileiro. Wanderley (1996), acrescenta que o campesinato brasileiro tem características particulares, e a agricultura camponesa não se pauta somente como uma agricultura de subsistência, mas também como outra forma da agricultura familiar. E acrescenta que “a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. Interessa, portanto, saber, que condições ele encontra - estímulos ou obstáculos e de que maneira os absorve ou os supera em sua trajetória” (WANDERLEY, 1996, p.8).

Martins (1981), esclarece que a nomenclatura campesinato e camponês, foram incorporadas ao nosso vocabulário, por políticos de esquerda, oriundas de expressões russa. Até a década de 1950, vários termos no Brasil designavam os trabalhadores das áreas rurais. Na região de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul recebiam a designação de o caipira, de origem aborígine; no litoral paulista eram chamados de caiçara; no nordeste de tabaréu e em outras regiões brasileiras de caboclos.

Sintetizando as características da palavra camponês, por sinal percebidas nas obras acima, destaca Bernstein (2011, p.9), que “se acrescentam a essa definição básica características como a solidariedade, a reciprocidade e o igualitarismo da aldeia e o compromisso com os valores de um modo de vida baseado na família, na comunidade, no parentesco e no local”.

Contudo, ao abordar a presente temática, é preciso destacar que, segundo Shanin (2008, p. 24-25), em virtude dos acontecimentos envolvendo os séculos XX e XXI, o campesinato passa a apresentar uma grande diversidade e flexibilidade, com o intuito de se inovar e adaptar as novas transformações. Assim, ele não é estático e mesmo mantendo características fundamentais, assume feições próprias, a depender do contexto histórico e geográfico em que está inserido.

Considerando que o trabalho em questão aborda o campesinato amazônico, ressalta-se que ele é múltiplo, dinâmico e apresenta características singulares. Sobre essa realidade múltipla, Moreira e Hébette (2009, p. 188), atestam que “vários campesinatos históricos distribuídos em espaços e tempos diferenciados, como se constituíssem uma amostra representativa da diversidade campesina amazônica”.

Quanto aos camponeses amazônicos, Brondízio (2006, p. 196), diz que os mesmos recebem as nomenclaturas de caboclos, amazônicos e colonos, “ao mesmo tempo, esses grupos diversos compartilham semelhanças surpreendentes na medida em que são agrupados na mesma categoria como camponeses amazônicos”.

Para compreender melhor essas características singulares, faz-se necessário debruçar-se nas obras de autores que trabalharam o campesinato no Pará, entre eles destacam-se Velho (1979), Leroy (1991), Hebetté (2004) e Nahum e Bastos (2014).

Esses camponeses empreenderam um padrão de ocupação diferente do habitual às margens dos rios. Eles não se enquadram como ribeirinhos. Velho (1979), os identifica como indivíduos que penetraram no interior da floresta em busca de lugares para se estabelecerem, próximos a igarapés. Gonçalves (2008), também fala sobre esse padrão de organização do espaço com características rio-várzea-floresta, onde as incursões procederam tomando como referencial os rios e mais tarde, estrada-terra-firme-subsolo, com destaque para a influência das estradas no processo de ocupação e consolidação da região amazônica.

Ao abordar a realidade paraense, Leroy (1991), explica que a classe camponesa apresenta diversos nomes a depender da relação com a terra – (produtor de arroz ou seringueiro) e/ou ocupação de um espaço físico diferente (colono ou varzeiro) ou ainda um grau maior ou menor de generalidades (colono, trabalhador rural, camponês).

Toda essa diferenciação serve apenas para retratar o quanto o contexto histórico e geográfico acaba influenciando nas caracterizações dos camponeses, mantendo, sobretudo os pressupostos elementares, que os define como tal.

Sobre a necessidade de estudar o camponês, Hébette et al. (2002.p,175), afirma que mesmo muitos considerando uma visão ultrapassada e tema para historiadores, ele assume o “risco ideológico” de ser contestado ao utilizá-lo, ante a importância do mesmo. Compartilhando de ideia parecida, Marques (2008), expressa com propriedade, motivos para debruçar-se sobre esse assunto, ao afirmar que:

Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico – esteja ele associado ao não capital industrial e financeiro –, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições (MARQUES, 2008, p. 58).

Para entender o teor das conflitualidades no campo, percebidas no território do Baixo Amazonas-PA, é prudente estudar a questão, optando pela temática campesina e suas nuances. Hebetté (1997), registra a contribuição dos migrantes nordestinos para a constituição do campesinato paraense, considerando que estes migrantes imprimiram outra forma de organização das propriedades: a roça. Por sua vez, Nahum e Bastos (2014), fala de uma descampesinização, que seria a formação de um campo sem camponeses, em virtude das alterações provocadas pelo capital.

Esses camponeses estabelecidos no Baixo Amazonas-PA, ao longo do tempo buscaram reproduzir suas vidas seguindo outra lógica: a da produção para autoconsumo, com pequenas vendas do excedente. Entretanto, essa lógica passou a ser alterada, quando os seus territórios passaram a serem assediados por sojicultores no final dos anos 1990.

De acordo com Monteiro (2008), esses sojicultores pioneiros eram proprietários de pequenas áreas no Centro-Sul, com características de propriedade do tipo familiar, mas em decorrência da valorização das terras, aliados aos altos custos de produção da soja passaram a enfrentar dificuldades para produzirem em áreas com tais apelos tecnológicos em curso. Diante disso, os mesmos venderam as suas propriedades que compreendiam em média 25 hectares e ao chegarem no Oeste do Pará, compraram áreas até 50 vezes maiores, sobrando uma parte para investirem na produção. Ou seja, eles enquanto “migrantes”, haviam vivenciado situações parecidas em seus locais de origem, e agora eles estavam contribuindo para reproduzirem a mesma situação em outros territórios, onde estavam se estabelecendo.

Tomando como referencial esse contexto de mudanças territoriais, é essencial discutir à noção de território e territorialidade, para então compreender a atuação do grande capital sobre o mesmo.

O território é um dos temas centrais, discutido ao longo da pesquisa, afinal, é sobre ele que se desenvolve embates com lógicas contraditórias. A princípio, ao discorrer sobre território e territorialidade se é levado a cair na tentação do imediatismo da conceitualização como ponto de partida. E conceituar não é uma tarefa fácil, pois se tende a enquadrar, estabelecer determinados parâmetros, que a princípio talvez não se atinja a amplitude que o termo comporta. Principalmente em se tratando da terminologia “território”, que carrega toda uma polissemia conceitual.

Verifica-se que tem aumentado o interesse pelos fenômenos sociais que acontecem nas dinâmicas territoriais, envolvendo diversos atores e manifestações. Para entendê-los, é prudente analisar as considerações de vários autores sobre território e em seguida estender também a conceitualização a territorialidade e a desterritorialização. Para discutir a questão do território e suas vertentes, será tomado como base as explanações de Raffestin (1993), Sack (1986), Santos (2002), Haesbaert (2004, 2006, 2007).

A concepção adotada no trabalho fundamenta-se na acepção de que o território é constituído a partir do espaço, resultante das mais variadas atuações de múltiplos sujeitos, e o espaço é anterior ao território. A princípio registra-se a necessidade de esclarecer o que seria o espaço. Este abrangeria uma totalidade, fruto de relações sociais e também de objetos ou

elementos naturais, segundo Santos (1996, p. 51), “é um conjunto de sistemas de objetos e sistema de ação, que formam o espaço de modo indissociável, solidário e contraditório”.

Para tal fundamentação, a pesquisa apoia-se nas afirmações de Raffestin (1993, p.144), ao assegurar que “(...) o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Ele ainda afirma que ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço. O território é fruto de uma produção social e de formas de poder que se organizam para atuar sobre o mesmo, como afirma o autor a seguir:

Na produção territorial sempre tem um ponto de partida que nunca é ileso das ações do passado. O processo territorial desenvolve-se no tempo, partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território. Deus partiu do Caos, isso não pode acontecer com os homens, mesmo se tivessem a sensação que os seus predecessores fossem caóticos (RAFFESTIN, 2009, p.31).

Em essência, a compreensão teórica predominante de território evidencia como característica básica, a apropriação da parcela do espaço geográfico por certas organizações ou indivíduos marcados por relações de poder. Por essa via destacam-se as considerações de Haesbaert (2007), ao fazer menção ao território, aliado à noção de poder. Porém nem sempre ao poder político. Essa visão de poder se refere tanto a dominação expressa, quanto a manifestação implícita ou simbólica. E ainda ressalta-se que em meio à dinâmica capitalista de acumulação, os territórios passam a assumir uma dimensão de mercadoria. Ainda amplia a noção de território ao incluir três vertentes básicas: a jurídica-política, a cultural e a econômica. O mesmo autor, ainda justifica que territorializar estaria relacionado a criar mediações espaciais, que de certa forma favoreçam poder sobre a reprodução dos grupos sociais.

Essa territorialização estaria associada à dominação e apropriação, conforme se observa nas palavras de Haesbaert (2008, p. 22):

Enquanto *continuum* dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeito, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência – pois poder sem resistência, por mínima que seja, não existe). Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com aqueles que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. Os objetivos do controle social através de sua territorialização variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo.

Então, o território apresenta-se como algo apropriado por um grupo social, que passa a gerar raízes e vínculos a partir de então. E junto com o território, surge também a noção de identidade, de pertencimento. E nesse contexto indenitário, Milton Santos afirma que:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002, p. 10).

Apesar de o território abraçar as mais variadas concepções, elas fazem menção de forma explícita ou implícita as noções de espaço, delimitação, sujeito e poder. O poder está ligado à capacidade de determinados grupos em estabelecer hegemonia de padrões de uso a parcelas do espaço, configurando territorializações econômicas, sociais e culturais. Um domínio da base material e simbólica. Assim, quem se apropria do território, passa a exercer poder sobre ele.

Considerando a evolução do termo território, ele desponta na Geografia Política, para além da noção estatal, como algo concreto, que é apropriado por um grupo social, que passa a gerar raízes e vínculos a partir de então.

Reforçando o sentido de defesa do território que implica em territorialidade Sack (1986), destaca esta, como uma tentativa de um indivíduo ou grupo afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações através da delimitação e da afirmação sobre uma área geográfica. Torna-se evidente a estreita relação entre território e territorialidade.

Ampliando o debate sobre territorialidade, Raffestin (1993), destaca três elementos essenciais na composição da mesma: senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço.

Quando esses elementos se juntam, o embate de territorialidades divergentes e conflitantes, no mesmo espaço, vai depender do potencial de resistência dos grupos sociais à submissão dos interesses capitalistas. O avanço da expansão agrícola tende a provocar uma desterritorialização⁴ e/ou reterritorialização, favorecendo a inserção de um novo ordenamento territorial, em muitos casos, baseado em interesses externos e extremamente concentradores.

⁴- Segundo Deleuze, esse termo, bem como o de territorialização foram cunhados por Félix Guattari, a princípio passou a usar os termos de des-re-territorialização, em discussões de psicologia de grupo. Deleuze, G. e Parnet, C. Dialogues, Londres: Athlone, 1987.

Essas alterações e mudanças, provocadas por diversos fatores, foram percebidas na área em estudo, em virtude da inserção do agronegócio da soja, que desestabilizaram os territórios existentes, provocando processos de desterritorialização. Afinal, de acordo com Haesbaert (2006, p. 138), isso seria uma espécie de mito e um processo complexo, pois “a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando outros”.

Esses movimentos provocam rupturas, afastamentos, perdas das e nas áreas anteriores, ocasionando assim, rompimento nos vínculos anteriores. Entretanto, esse processo não acontece sozinho, ele vem acompanhado da reterritorialização, onde os sujeitos passam a adequar-se ou estruturarem-se, reconstruindo outro território.

E nesse sentido, Haesbaert (1997), ainda aborda o surgimento de “espaços sem história e sem identidade”, onde se observa a produção de redes que conectam os capitalistas com os circuitos mais importantes da elite planetária. Gerando assim, uma enorme quantidade de despossuídos, sem acessos a essas redes: os “aglomerados da exclusão”.

Nesse cenário, com características desterritorializante, destaca-se que o capital avança nas mais variadas direções, ultrapassando as fronteiras que lhe são favoráveis. Silva (2011, p. 281) assegura que “a fronteira constitui recorte analítico e espacial da problemática da mobilidade do capital e das relações de produção pelo território nacional, além disso, é palco para conflitos transculturais e identitários”.

Importantes estudos sobre a temática da fronteira, assumindo várias feições, foram desenvolvidos por Velho (1979), para quem esta era uma válvula de segurança ou escape, Becker (1988), afirma que a fronteira assumia uma visão geopolítica, Martins (1997), a destaca como um *locus* de estabelecimento e Monbeig (1998), a registra como a atuação de sujeitos precursores e como frente pioneira.

O avanço dessas fronteiras agrícolas acabou atingindo o território das comunidades selecionadas para estudo. Afinal ele tem sido o palco onde se desencadeiam as alterações perceptíveis do poder do agronegócio. O termo agronegócio é a tradução de “*agribusiness*” e foi cunhado por Ray Goldberg e John Davis, da Universidade de Harvard, em 1957, nos EUA, que o define como “a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas unidades agrícolas; e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com eles” (MAPA, 2008, p.8).

No Brasil, nos anos 1980, o termo foi popularizado como “complexo agroindustrial ou agronegócio”, por Ney Bittencourt, Ivan Wedekin e Luiz A. Pinazza e desde então têm se expandido por diversas áreas.

Importante elucidação sobre a temática do agronegócio, inclusive com viés comparativo com o campesinato, são tecidas por Fernandes et al. (2014, p.17), ao afirmar que “produzindo predominantemente *commodities*, o agronegócio no Brasil também constitui-se em um poder hegemônico que determina o planejamento da agricultura e subalterniza os camponeses responsáveis pela maior parte da produção dos alimentos destinados à economia brasileira”.

Ainda consideráveis enunciados sobre o processo de recampesinação, mesmo em realidades dominadas por áreas hegemônicas são discutidas por Ploeg (2008 p. 20), ao discorrer sobre o *modus operandi* dos “impérios alimentares” que envolvem grandes empresas de processamento, distribuição e comercialização de alimentos. Esses impérios controlam a produção e o consumo de alimentos, mesmo de forma desconectada, tanto no tempo bem como no espaço das especificidades dos ecossistemas locais e das sociedades regionais.

Ao analisar a expansão do agronegócio da soja em território camponês, torna-se essencial destacar as formas de uso da terra, para os diferentes atores. Prado Júnior (1981) e Martins (1981), identificam esse uso como: terra de trabalho, utilizada pelo camponês, como valor de uso, e terra de negócios utilizada pelo grande produtor, como valor de troca. Essa distinção é fundamental para entender as lógicas contraditórias em curso no mesmo território.

Portanto, para entender melhor esse processo de expansão, é essencial analisar as noções de território e territorialidades e suas implicações para as vidas das pessoas que convivem nas comunidades e se depararam com o avanço do cultivo mecanizado de grãos e perderam espaço e poder num processo de desterritorialização.

Com isso, ao se pensar nas comunidades do Prata, Açaizal do Prata e Paca, no Baixo Amazonas-PA, como territórios em disputa, faz-se necessário procurar compreender os indivíduos que os compõem, considerando as atividades ali desenvolvidas e os fatores que envolvem a supressão de um grupo em favorecimento de outro.

Essas comunidades em decorrência do avanço das relações capitalistas no campo estão enfrentando mudanças nos seus ritmos de vida. Sobre o avanço do capital e as implicações para a vida dos indivíduos, Leff (2001, p.214), afirma com propriedade que “os indivíduos estão deixando de ser uno para fundir-se no anonimato coletivo; como as moedas que se fundem num signo econômico unitário, como as mercadorias que se confundem no padrão ouro e no dinheiro circulante”.

O citado autor destaca a perda de individualidade das pessoas, e o quanto estas estão sendo comparadas a verdadeiras mercadorias. Devido ao avanço da produção voltada para a exportação de *commodities* agrícolas, os camponeses estão enfrentando mudanças nos seus territórios e modos de vida. Petras (2007), chama a atenção para o fato de que o próprio Estado atua em consonância com os interesses imperialistas, em detrimento de outras classes, perpetuando assim, os interesses hegemônicos, o que favorece ainda mais a concentração de renda.

Importantes estudos sobre o agronegócio da soja foram desenvolvidos por Schlesinger e Noronha (2006), Oliveira (2006), Picoli (2006), Gayoso da Costa (2011), Mesquita (2011), Becker (2004) e merecem consulta aprofundada, para perceber diferentes abordagens sobre a mesma temática.

Fernandes et al. (2007, p.13), ao comentar sobre as contribuições do pensamento de Ariovaldo Umbelino de Oliveira sobre as lutas camponesas, compreende esse fenômeno como um conflito de classe, afirmando que os “produtores familiares seriam uma espécie de classe incômoda no interior do modo de produção capitalista”. E com a expansão de novas áreas agrícolas, percebe-se que os mesmos estão sendo eliminados ou deixados à margem desse processo.

Em relação à expansão do agronegócio, outros trabalhos já foram desenvolvidos, permitindo análises pertinentes. De maneira mais ampla e abrangente, tomando como referencial o Brasil, Bickel (2004), discorre sobre a expansão da soja e os conflitos provenientes desse cultivo. Por sua vez, Haesbaert (1997), aborda os processos de territorialização e desterritorialização dessa expansão no Oeste baiano. Silva (2008), destaca os processos envolvidos pelas grandes corporações na expansão da fronteira agrícola da soja, sobre áreas que compõem a floresta da Amazônia brasileira. Na região Oeste do Pará, com uma abordagem mais histórica, Leroy (1991), registra o surgimento do Sindicato Rural em Santarém e a constituição do campesinato nessa área. Almeida (2005), através de uma vertente sociológica, discorre sobre as conflitualidades existentes especificamente na comunidade do Corta-Corda, em Santarém-PA. Paixão Júnior (2012), aborda o avanço do agronegócio sobre as comunidades de Tracuí, em Santarém-PA e Jenipapo, em Belterra-PA. Já Sauer e Pietrafesa (2013), destacam as novas fronteiras agrícolas na Amazônia, em especial no Oeste do Pará.

No caso do estudo em questão, o foco volta-se para um olhar endógeno, com características microsociais, de três comunidades: do Prata, Açaizal do Prata e Paca, com um viés comparativo, relacionando as reações destas, ante os mesmos estímulos do agronegócio.

Procura-se com isso, descobrir alguns elementos agregadores de permanência ou de desterritorialização, como frutos dessa nova territorialização produtiva. Propõe-se com essa pesquisa fornecer subsídios para entender os aspectos internos e próprios dessas comunidades rurais, bem como em outras comunidades nas adjacências.

Esse estudo comparativo justifica-se, ante a atuação da expansão do agronegócio, que assim como um polvo, procura estender seus tentáculos sobre as mais variadas áreas. Essa lógica capitalista, procura expandir-se a todo custo, incluindo a desarticulação de populações tradicionais, seus modos de vida, causando lhes insegurança alimentar, dentre outros.

Além disso, esses camponeses, ainda são considerados invisíveis em seus territórios. Para abordar essa temática, destacam-se as contribuições de Elias e Scotson (2000), que lançam luz sobre o tema, ao abordar a questão da sociodinâmica da estigmatização, quando um grupo tende a se sobrepôr a outro. Nugent (2006), registra que a invisibilidade camponesa é fabricada. Essa ideia é reforçada por Brondízio (2006) e Harris (2006), que abordam também sobre a modernidade e invisibilidade, vivenciada por esses camponeses amazônicos.

Isso torna a influência do agronegócio ainda mais devastadora. Paulino (2008, p. 217), afirma que “o campesinato luta para não ser engolido pelo capital e, assim, submeter-se ao processo de alienação”. Registra-se que é uma grande luta, para sobreviverem em áreas homogêneas pelo cultivo da soja.

É essencial procurar entender esse processo, pois essas áreas de expansão segundo Becker (2004), assume uma dimensão geopolítica. Hespanhol (2007), atesta que as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural concentram-se em atividades voltadas para a exportação, ou fontes fornecedoras de matérias-primas às agroindústrias. Isso tem contribuído para a expansão dessas áreas de produção de *commodities*.

Assim, a introdução do cultivo da soja no território amazônico, provocou grandes mudanças na forma de ocupação do espaço territorial. Como assegura Picoli (2006), a Amazônia desde o seu contexto ocupacional, não tem se estruturado para os despossuídos. E os territórios estão enfrentando a expansão das práticas das corporações do agronegócio.

Em torno dessa expansão, foi construído um discurso do progresso via grãos, amparado em ações estimuladoras, como obras de infraestrutura, projetos de pesquisas, financiamentos, etc., que tentou seduzir a todos. Entretanto, faz-se necessário registrar, que mesmo esse “encanto” tendo atingido uma boa parcela da população, com reflexos na mobilidade populacional, especulações imobiliárias, não atingiu a todos, sobretudo, parte dos camponeses.

Passados em média 15 anos desse início expansivo, o que se apresentava como encanto, para muitos setores e parcelas da população, tornou-se desencanto. Mas uma vez, é preciso destacar que esse desencanto não atingiu a todos, pois determinados segmentos da sociedade, envolvidas nesse processo, continuam encantados e se beneficiando.

Diante dessa realidade, é essencial pesquisar o modelo de implantação da soja no Baixo Amazonas-PA, a fim de constatar possíveis alterações territoriais, formas de enfrentamento, bem como, convivência com essa nova situação.

2.2 Constituição do campesinato no Baixo Amazonas-PA

Discorrer sobre a constituição desse campesinato, é debruçar-se sobre um processo histórico, composto por diversos atores sociais, provenientes das mais variadas regiões, que ao longo do tempo foram se amalgamando a essa realidade amazônica. Em tempos em que a terra não era vista como mercadoria.

O Baixo Amazonas-PA, segundo o IBGE (2010) é composto por 13⁵ municípios, ocupa uma área de 340.452 km² e apresenta uma população estimada em 707 mil habitantes. Sobre a sua formação histórica, o Relatório Analítico do Território do Baixo Amazonas – Pará (2012, p. 12), expressa que:

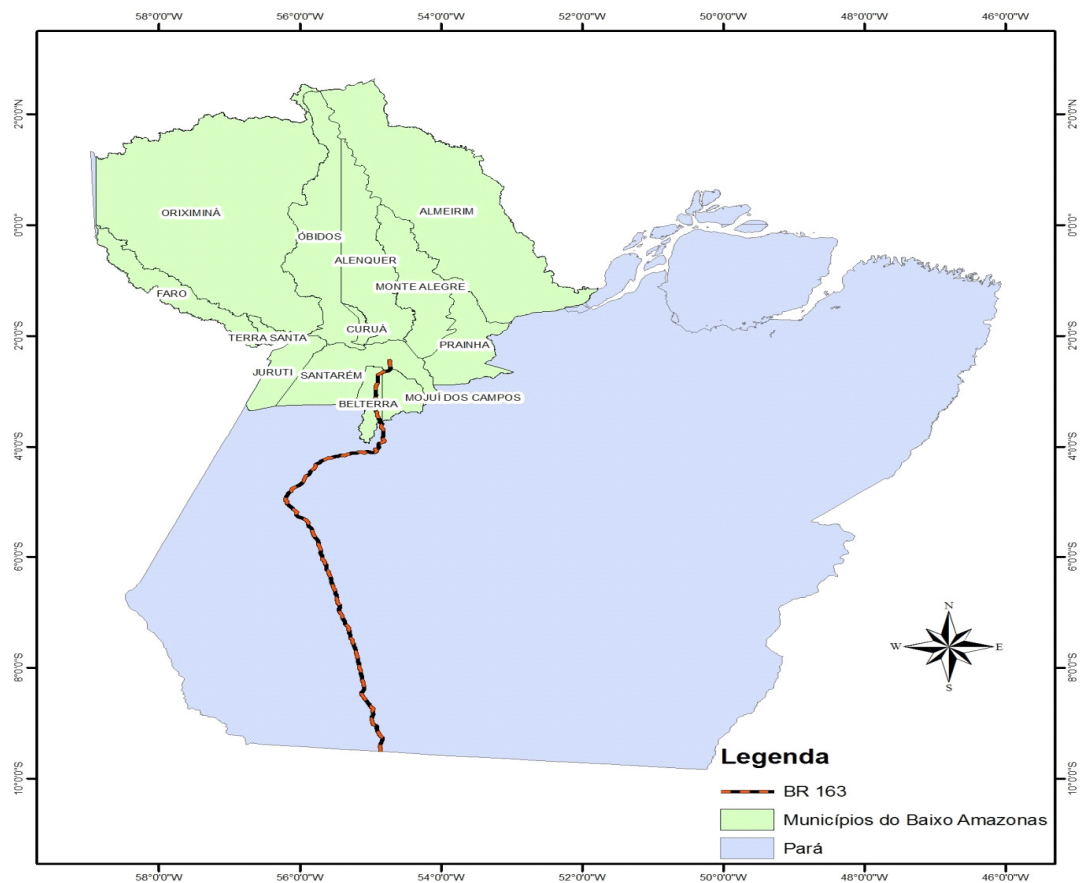
As cidades emergiram as margens do Rio Tapajós, particularmente a partir da expulsão dos jesuítas, quando suas fazendas foram reestruturadas pelo regimento do Diretório de Índios, que criou as regras para o comando civil, introduzindo as atividades agrícolas, sob a organização de ramos de produção, visando a suprir as demandas da colonização. A mão de obra empregada era a indígena utilizada para a construção de fortificações, a qual, de forma oficial, foi substituída pelo trabalho do negro africano com a fundação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, cujo objetivo era intensificar a extração das drogas do sertão.

Mesmo algumas dessas cidades tendo os seus núcleos populacionais constituídos as margens dos rios, discorreremos sobre a ação de atores sociais do interior da floresta, que

⁵ Até 2012, eram 12 municípios, porém o município de Mojuí dos Campos-PA, foi desmembrado da área de Santarém nas últimas eleições de 2012, após a aprovação do plebiscito pelo TSE em 29 de maio de 2009. Desde longas datas esse distrito procurava se emancipar, porém, a expansão da produção da soja em seu território, influenciou na emancipação.

assume outras estratégias de ocupação e consolidação territorial, diferente dos sujeitos ribeirinhos. A Figura 1 apresenta a localização dessas cidades que compõem o Território do Baixo Amazonas-PA.

Figura 1- Mapa de localização do Território do Baixo Amazonas - PA.



Fonte: Organizado por Labgeo-IBAMA/2014.

Leroy (1991) relata com riqueza de detalhes a ocupação e consolidação inicial desse território, ao afirmar que a sua incursão na dinâmica mercantil colonial se dá em 1637, com a chegada do português Pedro Teixeira, nas Praias do Tapajós. As primeiras relações foram assentadas sobre as bases extrativistas, com as drogas do sertão, à escravidão indígena, e posteriormente no século XVIII com as fazendas produtoras de cana de açúcar, cacau e gado, e junto, a escravidão negra. Depois muitos desses negros, se refugiaram nos mocambos de Trombetas ou do Curuá. Vários embates e descontentamentos, incluindo o empobrecimento dessas áreas, em consequência da miséria expressiva, provocada pelas constantes explorações

praticadas pelos portugueses e também os grandes fazendeiros, culminaram na Cabanagem⁶ em 1835, imprimindo outra dinâmica no território. Esta se apresentou como um levante, com o intuito de inserir um regime revolucionário no Pará, agregando diversos segmentos pobres da sociedade, completamente sem perspectivas.

Se referindo ao processo envolvido na Cabanagem, Leroy (1991, p. 26), diz que “os paraenses não teriam tempo de curar as feridas, remoer os ódios, executar até o fim as vinganças, cultivar as saudades. Uma nova aventura os esperava”. Essa aventura seria o ciclo da borracha, onde em 1842 o norte americano Goodyear e alguns ingleses descobriram o processo de vulcanização da mesma, o que lhe assegurou uma maior flexibilidade e uso na industrialização. Assim, em 1850 os seringais foram descobertos no Tapajós, e uma nova página na história da ocupação dessas áreas, passou a ser escrita, com muitas nuances.

A partir de então, esse território passou a enfrentar grandes mudanças na sua constituição populacional. Leroy (1991, p.28), afirma que a mesma estava enfrentando um déficit de mão de obra em virtude das mortes com a Cabanagem e o desmoronamento do latifúndio, as epidemias, e o fim do tráfico negreiro. A alternativa foi se voltar para a migração. Começam a serem instaladas em 1865 as primeiras colônias de imigrantes (franceses, norte-americanos, etc.), tanto na área bragantina, bem como no Baixo Amazonas-PA, que vieram a fracassar.

E nesse contexto, o Nordeste apresentou-se como fornecedor de braços para a nova atividade. A partir desse momento verifica-se uma nova forma de ocupação proporcionada pelos nordestinos, aquela a partir dos rios e iam adentrando nas matas, inclusive do planalto santareno.

O contexto histórico fornece subsídios para entender todo esse fornecimento de mão de obra do Nordeste nesse período. Decadência da produção de cana-de-açúcar e de algodão, devido à concorrência com outras áreas produtivas e o monopólio da industrialização inglesa. Com isso, uma grande leva de nordestinos “formavam um campesinato “livre” encostado à

⁶Segundo Loureiro (2009, p. 33), a Cabanagem foi considerada um movimento popular de caráter nativista e emancipatório, por sinal o maior do período colonial, que devastou a área do Grão-Pará, (que incluía a Amazônia geográfica brasileira e o Maranhão). Esse movimento era constituído por pessoas pobres, (brancos, mulatos, caboclos, negros libertos, foreiros e índios) que moravam em cabanas, o que originou o nome do levante. O objetivo era formar um governo caboclo que atendessem as suas necessidades, chegaram a assumir o poder em Belém, mas foram expulsos em 1836 por uma esquadra inglesa, que tinha sido contratada pelo governo imperial brasileiro. Mesmo assim, deslocaram-se para a região oeste, atingindo várias vilas e povoados, inclusive alguns próximos a Manaus. Considerando uma população à época de 100.000, cerca de 30.000 pereceram.

fazenda e, por isso, extremamente dependente econômica e politicamente”. (Leroy, 1991, p.26). Aliado a isso, uma grande seca em 1877/78, que desestruturou esse sistema e muitas áreas nordestinas, provocando uma migração exacerbada, tanto para a região norte, bem como para outras áreas.

Sobre esse momento, importante elucidação de Benchimol (2011, p.64), destaca singularidades dessa empreitada migratória.

Assim começou a Amazônia Lusíndia. Dois séculos depois principiaram a chegar cearenses, como aqui são chamados todos os nordestinos. Eram flagelados da seca e chegavam aflitos e sofridos do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Bahia. A Amazônia os acolheu e durante todo o ciclo da borracha, durante quase um século, os nordestinos tornaram a Amazônia mais rica, maior e, sobretudo, mais brasileira. Chegaram brabos e a Amazônia os domesticou; tornaram-se seringueiros mansos e experientes na linguagem regional. Enquanto eles passavam por esse processo de amazonização, a região passou a cearenizar-se, assimilando os ímpetos de coragem, valentia, audácia e resistência dos homens do Nordeste brasileiro.

Registra-se, que posteriormente chegaram outros migrantes de vários Estados, que também contribuíram para essa “amazonização”. Entretanto, a vinda de nordestinos foi significativa, ao ponto do Governo do Pará, criar estabelecimentos agrícolas para acolher essa leva, como a Colônia Bom Gosto em Santarém-PA, que até março de 1879, segundo Santos (1982, p. 47), receberam 600 nordestinos. Essa colônia não prosperou, obrigando os mesmos a entrarem na corrida exploratória da borracha. Moran (1981, p.68), assegura que “o discurso oficial continuava a ser de orientá-los para a colonização, mas, de um lado, muitos nordestinos queriam ir para a borracha na esperança de enriquecer e, de outro lado, o governo, por depender da exportação da borracha, não investia na colonização agrícola”.

O Baixo Amazonas-PA fez parte de toda essa dinâmica populacional e produtiva, pois era uma grande área de exploração da borracha. Sobre isso, Reis (1979, p. 168), destaca que o Tapajós era considerado “o rio da borracha” e Santarém, o centro que “comandava todo o comércio, financiador das expedições descobridoras e exploradoras”.

De acordo com Grandin (2010), Henry Ford, gastaria dezenas de milhões de dólares para financiar a implantação de duas cidades, Fordlândia e Belterra-PA, com moldes americanos e a implantação na região do plantio racional de seringas. O que a princípio era considerada uma verdadeira epopeia, transformou-se em um grande desastre. Esse investimento não prosperou, em virtude das doenças que atacaram essas plantações, o que acabou provocando outras formas de organização social na região.

Investimentos desse tipo, fizeram parte da história brasileira, que foi estruturada em torno de ciclos econômicos, que enfrentam constantes oscilações. Sobre isso, Nahum (2011, p.18), expressa essas oscilações ao registrar os diferentes Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs), onde “temos um gênero de política planejada que reinventa a região, quer como fronteira agrícola I PDA (1972-75), quer como fronteira agromineral II PDA (1975-79), ou como fronteira da biotecnologia, do ecoturismo e do desenvolvimento sustentável PDA (1992-95) e PDA (1994-97)”.

Após a constante sucessão dos ciclos econômicos, e com a decadência do ciclo da borracha, o território amazônico passava a contar então com uma grande quantidade de nordestinos, que contribuíram para a organização e constituição da mesma. Porém, esses migrantes passaram a organizar-se em comunidades. Sobre o processo de organização das mesmas, verifica-se, uma importante contribuição para as estruturas dessas comunidades, conforme é descrito abaixo:

Foi uma pequena revolução que os nordestinos expulsos pelas secas do fim do século XIX ou regressos dos seringais nos anos 1910 a 1920 realizaram entre nós. Criaram a pequena propriedade familiar: a roça. Formaram uma nova organização social: um tipo de campesinato. Esses colonos, em geral não enriqueceram, mas, a diferença dos seringueiros, castanheiros, vaqueiros, não eram mandados; trabalhavam por conta própria, como autônomos (HÉBETTE, 1992, p. 119).

A atuação desses nordestinos, trazendo consigo os seus costumes e os ‘amalgamando’ a realidade amazônica, ocasionou uma forma diferente de organização social do território, criando as pequenas propriedades. Entretanto, Santos (1980), faz uma ressalva a essa contribuição, destacando que esses nordestinos por não passarem por nenhuma espécie de treinamento ou seleção, mesmo sem ter consciência dessa ação, acabava se tornando em um “fazedor de desertos”. Penteado (1967), também acrescenta que em virtude dessa agricultura itinerante, os nordestinos criaram várias capoeiras, em consequência das derrubadas provocadas com seus instrumentos agrícolas preferidos; ‘o terçado e a caixa de fósforos’. Eram as formas e os instrumentos que eles estavam acostumados a lidarem no seu cotidiano.

Ainda sobre essa organização social realizada pelos nordestinos, percebe-se que:

Nas várzeas do Médio Amazonas o povoamento será reforçado com populações egressas dos seringais que aí vai desenvolver a agricultura de subsistência, o extrativismo vegetal e a pesca, sobretudo entre 1920 e 1940. Vê-se assim reforçar-se o povoamento de uma sub-região que desde o período dos primeiros viajantes era apontada como de maior povoamento: as várzeas do Médio-Baixo Amazonas. Todavia, nem todos migraram dos seringais. Muitos permaneceram nos seringais reforçando seus laços com a

terra, por meio de uma agricultura de subsistência associada ao extrativismo da borracha e da castanha, do comércio de peles e madeiras. O interessante a se observar é que a qualidade de vida dessas populações remanescentes nos seringais e nas várzeas tornou-se melhor do que durante a época áurea da borracha, quando, apesar da riqueza que corria nas mãos dos comerciantes e seringalistas, para não falar do que era acumulado pelos bancos e pelas casas exportadoras estrangeiras, as doenças e a mortalidade atingiam índices tanto maior quanto maior fosse a região produtora de borracha (...) (GONÇALVES, 2001, P. 37).

Percebe-se que aqueles que permaneceram nos seringais ou nas várzeas, tiveram mais oportunidades de desenvolver uma melhor qualidade e liberdade de vida, sem a presença de patrões ou atravessadores. Sobre esse contexto histórico, depreende-se que o surgimento das sociedades camponesas amazônicas, segundo Harris (2006), ocorre necessariamente entre a expulsão dos missionários em 1770 e a Cabanagem em 1830. Porém, com a agricultura de subsistência, surge a constituição do campesinato no território do Baixo Amazonas-PA. Pois, uma camada da população egressas dos seringais, ou permanecentes neles, após o seu declínio, vão se estabelecendo e desenvolvendo outra forma de produção, ancorada na subsistência. Imperava na época, as ideias racistas, alegando que para desenvolver a região era preciso a vinda de imigrantes europeus, japoneses, com outra noção de trabalho, ou as populações negras, aclimatadas ao clima local. Enquanto isso, essas elites locais tinham dificuldades de controlar as populações locais, compostas por caboclos, indígenas ou negros, que lutavam para se manterem livres, e constituírem assim um campesinato (GONÇALVES, 2001).

Essas ideias racistas foram bastante propagadas e ainda utilizadas para justificar o declínio da borracha. Porém, ideias desse tipo não são novidade, segundo Silva (2011, p. 287) “dinâmicas etnocêntricas, culturais e racistas acompanham a fronteira agrícola capitalista”. Os nordestinos, que em sua maioria, participaram desse processo, também receberam parcela de culpa nesse declínio, como se verifica abaixo:

Os amazônidas não-indígenas foram descritos como ocupantes de uma paisagem social desolada. Não sendo amazônidas autênticos (na qualidade de índios), e, muitas vezes, nem de origem regional (uma maioria significativa era constituída por nordestinos), esses antigos membros das brigadas da borracha foram retratados como parasitas incoesos e predatórios (e, num clássico exemplo de responsabilizar os pobres por sua pobreza, responsabilizados, implicitamente, e, muitas vezes, explicitamente, pelo fracasso na competição com a produção de borracha do Sudeste Asiático) (NUGENT, 2006, p. 38).

Apesar dessas críticas, os nordestinos contribuíram de maneira significativa para a organização do campesinato no Baixo Amazonas-PA. Sintetizando as características desse

território do Baixo Amazonas-PA, e fornecendo subsídios para entender a dinâmica camponesa presente na área, percebe-se que são:

(...) espaços onde o isolamento é a condição primeira da vida dos trabalhadores e a cooperação e o associativismo, uma prática constante e necessária no território, presente nos mutirões, da produção, da festa, da comemoração e nos momentos intensos de trabalho e de lazer, baseados na cultura dos vilarejos e comunidades ribeirinhas em meio à floresta e os fluxos das águas (RELATÓRIO ANALÍTICO DO TERRITÓRIO DO BAIXO AMAZONAS – PA, 2012, p.12).

Ao adentrar essas nuances do campesinato do Baixo Amazonas-PA, composto por sua diversidade, sobressai ainda o isolamento a que esses atores sociais estão submetidos. Entretanto, continuam lutando para permanecerem em seus territórios, apesar das adversidades.

2.3 Formação histórica das comunidades do Prata, Açaizal do Prata e Paca no Baixo Amazonas/PA.

Partindo pela BR 163, no sentido Santarém - Rurópolis - PA, depara-se com várias comunidades, incluindo aglomerados de casas, dividindo o território com pequenas lavouras de autoconsumo, grandes áreas de cultivo de grãos e também florestas, enfim, um verdadeiro mosaico contrastante. A altura do Km 67 depara-se com um pequeno ramal do lado esquerdo, que é um dos acessos às comunidades estudadas, percebível na Figura 2. Ao adentrá-lo, a princípio depara-se com uma área florestada, e logo após, algumas pastagens inicia-se a comunidade do Prata, a mais antiga da região.

Figura 2 - Um dos acessos às comunidades estudadas, seguindo a BR 163, sentido Santarém-Rurópolis-PA, no lado esquerdo, adentra-se um ramal de terra batida.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Após percorrer uns 3 kms, ao se observar para os lados do ramal, verifica-se o que denominaremos de “cemitérios de casas”. Isso pelo fato das imagens retratarem o que um dia já foram habitações de camponeses. Agora restam apenas os vestígios de antigas moradias, incluindo aglomerados de algumas árvores frutíferas, engolidas pela pastagem ou pelas plantações de soja (Figura 3).

Figura 3 - Vestígios de antiga moradia de camponês com árvores frutíferas remanescentes e plantação de soja ao fundo.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

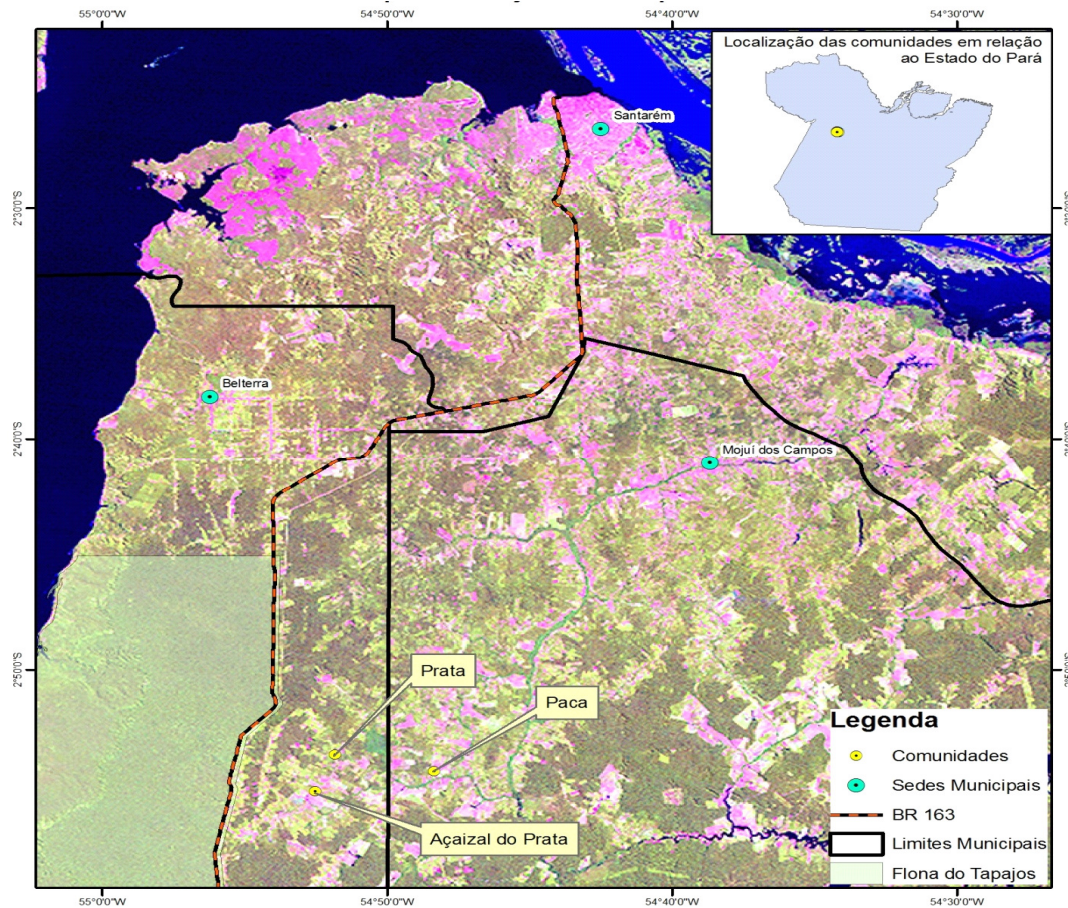
Ao seguir ramal adiante, algumas habitações vão surgindo envoltas nas plantações de soja, tendo como referencial comunitário, uma capela e uma Casa Familiar Rural, localiza-se aí, a comunidade do Prata. Mas à frente, praticamente contígua, depara-se com a comunidade do Açaizal do Prata, com as casas mais próximas umas às outras, tendo como referencial uma capela, uma escola, com as plantações de soja pressionando os seus terreiros, incluindo o campo de futebol. Apresenta ainda várias casas de farinhas e pequenos comércios, enfim é a que apresenta uma melhor estrutura organizacional. Seguindo o ramal e virando a esquerda, após um entrecruzar de caminhos descortinados por extensas plantações de soja, adentra-se na comunidade do Paca, com suas casas dispersas umas das outras e grandes plantações de soja, provocando o “ilhamento” dessas propriedades.

A locomoção entre essas comunidades e as cidades vizinhas, é feita principalmente de motocicletas e através de uma linha de ônibus, de propriedade de um dos moradores, que serve tanto, para escoar a produção para Santarém-PA, a maior cidade da região, que oferece diversos serviços para os comunitários, bem como para conduzir os moradores.

Essas comunidades, objeto da presente análise, são: Prata e Açaizal do Prata, localizadas no município de Belterra; e Paca, localizada em Mojuí dos Campos, no Oeste do

Pará, nas proximidades da Rodovia Cuiabá- Santarém-BR 163, conforme pode-se visualizar na Figura 4.

Figura 4 - Mapa de localização das comunidades do Paca, Açaizal e Açaizal do Prata no Estado do Pará.



Fonte: Organizado por Labgeo-IBAMA, 2014.

Sobre os municípios que comportam essas comunidades destaca-se que todos eles foram desmembrados de Santarém-PA. Nesse contexto, registra-se que Santarém-PA, segundo o IBGE (2011), apresenta uma população de 294.774 habitantes distribuídos em 22.887 km² e uma densidade demográfica de 12,87 hab/km². Esse quantitativo está dividido entre 215.947 habitantes da área urbana, que representa 73,25% em relação à população rural com um total de 78.827 habitantes, representando 26,75% do total da população. É uma cidade com uma forte influência regional, em virtude da infraestrutura e dos vários serviços e comércio, oferecidos.

Quanto a Belterra, foi desmembrado do município de Santarém, através da Lei nº 5.928 de 28 de dezembro de 1995, apresenta uma população de 16.318 habitantes, distribuídos em uma área de 4.398,407 km² e uma densidade demográfica de 3,71 hab/km². E comporta uma característica que destoa da maioria das cidades brasileiras, que é a maior parte dos

habitantes, 9.466 residem na zona rural, representando 58% da população, contra 6.852 na área urbana, representando 42% da população (IBGE, 2011). É uma cidade de menor porte, que oferece uma quantidade menor de serviços, sendo polarizada por Santarém-PA.

Já Mojuí dos Campos, também foi desmembrado de Santarém em 2012, após aprovação do plebiscito pelo TSE em 29 de maio de 2009. Apresenta uma população estimada em 15.341, com uma área territorial de 4.988,236 km². É um município recente, mas que apresenta grandes áreas com avanço da plantação de soja, em decorrência de suas terras planas. Sofre ainda forte influência de Santarém-PA, em relação aos serviços e infraestrutura em geral (IBGE 2015, Cidades).

As comunidades destacadas nesses municípios são espacialmente contíguas e, apesar de terem passado pela mesma pressão, apresentam comportamentos diferentes ante a expansão do agronegócio. As famílias foram pioneiras na ocupação não indígena neste território, se reproduzindo e mantendo seus ritmos de vida cotidianos, até final dos anos de 1990, quando suas terras passaram a ser assediadas por especuladores e produtores de grãos. Uma agricultura tecnicamente precária, níveis de renda que não remuneravam o trabalho e baixa assistência em saúde, educação e infraestrutura, levou a maioria das famílias a vender suas terras, restando poucas propriedades familiares, que ficaram ilhadas em meio às grandes plantações.

Para uma melhor compreensão dessa reconfiguração territorial, é preciso reportar-se ao passado, para então reconstituir essas transformações em curso, que estão imprimindo outras feições ao território. A formação dessas comunidades apresenta um padrão diferenciado das comunidades ribeirinhas, muito comum no Baixo Amazonas, conforme se observa.

Esses indivíduos tenderam a penetrar para o interior buscando terra livre longe dos rios principais onde se concentrava a maior parte das atividades tradicionais. Isso constitui um fato novo e muito importante na ocupação da Amazônia, que imperceptivelmente enunciava uma nova era (...). O seu padrão de ocupação consistia em indivíduos ou pequenos grupos de homens que penetravam na floresta, buscando um local favorável para se estabelecerem. Após uma busca que podia levar bastante tempo e exigir muito esforço, em geral escolhiam um lugar próximo a um riacho (igarapé) ou lagoa (VELHO, 1979, p. 201).

Destaca-se aí um padrão de ocupação diferente do habitual, as margens do rio. Muitos desses migrantes eram nordestinos, e foram decisivos para a constituição das comunidades ora pesquisadas. Entretanto, outros provenientes de várias partes do país, também contribuíram para esse processo.

Essa penetração para o interior da floresta em busca de novas áreas para constituir as moradias teve grande influência da falência dos seringais, como afirma Leroy:

Em 1927, foi aprovada pelo Congresso paraense uma lei que atribuía à Cia. Ford Industrial do Brasil um milhão de hectares na margem direita do Tapajós, numa área que passara a ser conhecida como Fordlândia, para exploração de seringais nativos e plantados (...). A Companhia Ford empregou a mão de obra regional, composta de paraenses e nordestinos remanescentes da época da borracha. Guarda-se na memória um “quebra panelas” desses trabalhadores contra as condições de alimentação oferecidas pela companhia. A experiência não deu certo – as plantações foram atacadas pela doença – e a Ford trocou partes das terras por outra área plana, com solo de melhor qualidade, mais próxima de Santarém – Belterra. Mais uma vez o projeto fracassou e, em 1945, o patrimônio foi incorporado ao Ministério da Agricultura. Conforme o jornal Província do Pará de 12 de julho de 1979, em Belterra e Fordlândia somavam 750 mil ha e, respectivamente, 6.400 e 2.600 há de área plantada com seringais. A produção era de 16 mil toneladas por ano (enquanto na Malásia era de 2 milhões). Tinham 1.649 habitantes, funcionários do governo e arrendatários (LEROY, 1991, p. 30 e 31, grifos nossos).

Esses registros históricos, com precisão de detalhes, nos auxiliam na compreensão da dinâmica espacial e populacional existente a época, que de certa forma contribuíram para o surgimento e consolidação de várias comunidades no entorno, após a falência do projeto Ford.

Sobre o surgimento dessas comunidades, Leroy (1991, p. 31), afirma que em virtude do fracasso do sistema de *plantation* racional, restava para o nordestino, a colonização da região. Muitas famílias cearenses, provenientes do Alto Tapajós, começam a fundar a Vila de Mojuí dos Campos, distante 30 km de Santarém-PA. Passaram a cultivar o algodão, e até a década de 50, esse planalto passou a ser ocupado por ex-seringueiros e “soldados da borracha⁷”, que se dedicaram a colonização.

As três comunidades; a do Prata, Açazal do Prata e Paca, que compõem a área de estudo e localizam-se nas mesmas proximidades geográficas, adéquam-se nesse tipo de organização, tomando como referencial o interior da floresta, para constituição dos núcleos populacionais, geralmente próximos a pequenos igarapés. Elas se formaram a partir da colonização nordestina na primeira metade do século XX, tendo como principais atividades a agricultura de subsistência e a comercialização de excedentes para a cidade de Santarém.

⁷ Soldados da borracha eram trabalhadores rurais transmigrados do nordeste para a Amazônia e paralelamente transformados em soldados seringueiros sob o manto imperioso da mobilização civil e militar que marcou a entrada brasileira na Segunda Guerra Mundial. LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. Resenha de “Mais Borracha para vitória”, de Adelaide Gonçalves e Pedro Costa. *Fronteiras do Tempo: Revista de Estudos Amazônicos*, v. 1, 2011, p.159.

Hébette et al. (2002), distingue dois modelos de colonização para distribuição de terras: a colonização dirigida, compreendida entre a oficial ou governamental e a particular; a segunda, a colonização espontânea, que na verdade não era tão espontânea assim, geralmente imposta pela necessidade. Esta última era marcada, pelo parentesco, vizinhança, origem regional ou étnica comum. A forma de colonização da área em estudo destaca-se como espontânea, por apresentar essas características elementares.

Tomando como referencial a colonização espontânea, destacam-se algumas características, que também foram percebidas, nas comunidades pesquisadas:

Na colonização espontânea, pequenos agrupamentos se formaram: aglomerados de uma ou duas dezenas de casa, com sua igreja ou seu templo rústico, sua escola, seu lugar de reunião ou uma construção diversificada, que faz às vezes dele; ou ainda um povoado com sua escola, seu comércio, seu bar, oficinas de artesãos; mais adiante centros maiores, tipicamente comerciais, possivelmente com uma escola secundária, um pequeno posto de saúde, algumas farmácias, um posto de polícia, e, é claro, um padre e pastores, tudo desenvolvido no ritmo das necessidades e dos recursos. É característico que, na colonização oficial, o termo que prevaleceu para localizar terras e habitantes seja “travessão”, quer dizer, transversal, estrada vicinal, as diversas vicinais sendo distinguidas anonimamente umas das outras pela orientação norte ou sul, em relação à grande estrada e pela quilometragem (km 6 da Vicinal 209 sul, por exemplo), enquanto que na colonização espontânea, fala-se de “comunidades” às quais os habitantes atribuíram nomes significativos para eles: Boa Esperança ou Nova Esperança, Santa Maria, Sítio Novo, Pau Seco, Céu Azul, Nova Jerusalém. Essas denominações, de conotações frequentemente religiosas, refletem a nostalgia dos lugares de origem, tanto quanto o sentimento de uma vida nova e a fé em um futuro melhor (HÉBETTE et al., 2002, P. 185-186).

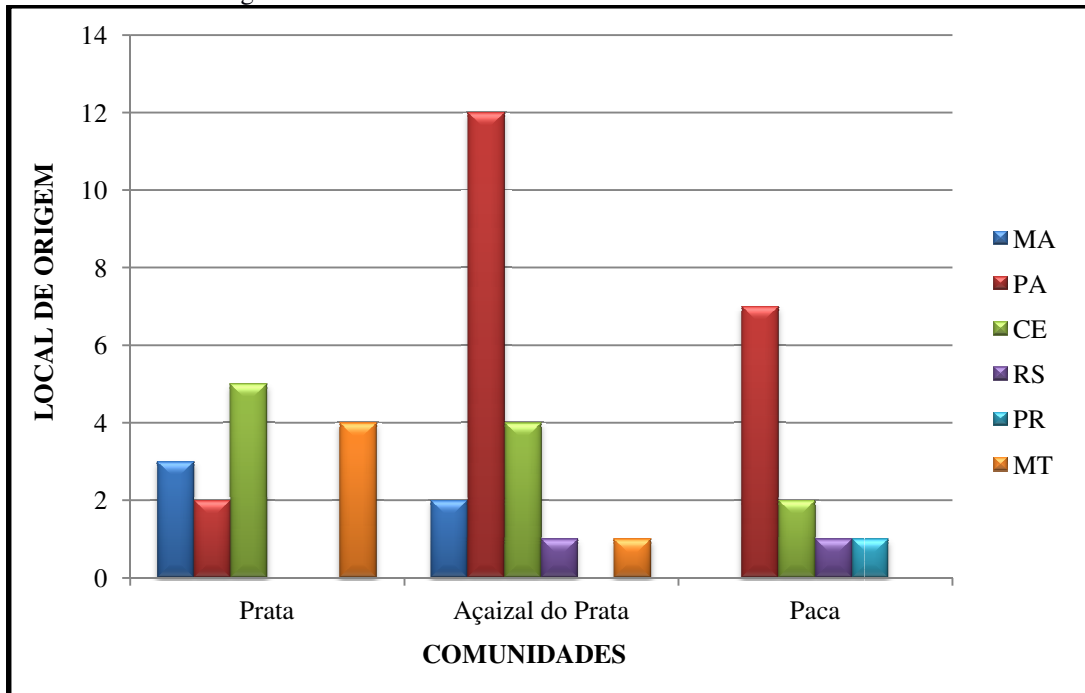
Essas características são percebíveis nas comunidades pesquisadas, ao identificar a sua forma de constituição e organização. Ao fazer menção a marcante presença nordestina em Santarém, Pinto (2010), destaca que estes mantinham seus laços e os que aqui já se encontravam, procuravam apoiar os chegantes, com a finalidade de manter os laços patrícios, iam até recebê-los no desembarque na praia, e fundavam sociedades de amparo mútuo. Tudo isso, para prover lhes, assistência, orientação e amparo, afinal, grandes levam se dirigiam para essa região, fugindo da seca.

As famílias entrevistadas⁸ neste estudo representam segunda, terceira e até a quarta geração dos migrantes, o que reflete na maioria que se declara paraense. O Gráfico 1 retrata o local de procedência inicial dos comunitários entrevistados. Destaca-se que são provenientes

⁸ Entrevistas realizadas entre setembro de 2013 e agosto de 2014.

de diversas regiões do país. Verifica-se uma predominância de paraenses na comunidade de Açaizal do Prata e Paca. Esses em sua maioria, já são da segunda geração, que se declaram paraenses. Já os cearenses são predominantes no Prata, e com uma presença marcante no Açaizal do Prata. Alguns provenientes do Mato Grosso, estão inseridos na Comunidade do Prata, e do Paraná, na Comunidade do Paca.

GRÁFICO 1 - Local de origem das famílias nas comunidades.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Muitos desses migrantes, e outros provenientes dos seringais, constituíram as comunidades estudadas. Sobre a formação das mesmas, identifica-se que a comunidade do Prata, segundo entrevista com moradores pioneiros, após colhedores de leite de massaranduba e caçadores localizarem um igarapé de águas límpidas, denominaram o local de Prata, em meados de 1945, é a mais próxima BR 163.

Os seus fundadores eram de origem nordestina, e mantinham laços de parentescos entre si. Muitos se deslocaram para essa área, após a falência do Projeto de exploração da borracha de Henry Ford em Belterra-PA. Chegou a ser composta por 43 famílias que se dedicavam ao extrativismo vegetal, incluindo resinas (leite de maçaranduba), peles de animais e plantavam mandioca, arroz e outros gêneros alimentícios. Nos anos de 1970, serviu como núcleo para a organização sindical, vindo a se tornar referência na constituição de um sindicalismo combativo que se tornou referência nacional na luta contra a ditadura militar. Essa comunidade chegou a formar movimentos e lideranças comunitárias bastante expressivas.

Quanto a organização territorial dessas comunidades, observa-se que na do Prata, as casas não são dispostas em núcleos centrais, mas um pouco afastadas uma das outras, e entre elas destacam-se pequenas plantações de milho, mandioca, hortaliças. Porém, ao seu redor constata-se a presença de plantações de soja. A parte central da comunidade está demarcada com a presença de uma capela e uma escola.

Atualmente na comunidade do Prata, só restam 5 famílias, convivendo com a cultura mecanizada da soja em suas imediações e mais 2 famílias de imigrantes do Mato Grosso (produtores de soja) que chegaram como resultado desta dinâmica. A partir do início dos anos 2000, começou a migração das famílias para diferentes espaços. Posteriormente, em 2010, essa comunidade retoma um “elemento agregador” e que ainda funciona como uma espécie de sustentáculo tanto para ela, bem como para a região. Trata-se de uma Casa Familiar Rural – CFR, Figura 5, uma instituição educacional surgida na França, na década de 40, como uma alternativa para os filhos de agricultores.

Figura 5 - Casa Familiar Rural na comunidade do Prata.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

A CFR iniciou ofertando o Ensino Fundamental e, atualmente, oferta também duas turmas de Ensino Médio, com o curso de Técnico em Agropecuária, por meio de convênio com o IFPA- Instituto Federal de Educação do Pará de Castanhal. Adota a Pedagogia da Alternância, onde os alunos permanecem um período na escola e o outro em casa, auxiliando os pais nas atividades. Como objetivo, destaca-se a necessidade dos jovens de se

profissionalizarem e permanecerem nas comunidades, representando uma espécie de resistência ao avanço das culturas mecanizadas estabelecidas na área.

Figura 6 - Horta pertencente à Casa Familiar Rural.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Na Figura 6, visualiza-se a horta da CFR, como parte também do projeto da escola, que funciona como uma espécie de “oásis educacional”, pois através da sua pedagogia diferenciada, propõe se firmar como um elemento agregador, que favoreça a permanência dos alunos e seus pais no território. Comporta alunos de diversas comunidades do entorno. Essa comunidade consegue agregar as outras em torno de si, no que diz respeito aos serviços educacionais oferecidos e festividades.

A comunidade do Açaizal do Prata, surge poucos anos após a do Prata, em meados de 1950, segundo alguns moradores mais antigos. Ela se constituiu com características parecidas, com indivíduos provenientes do Ceará e do Maranhão. As informações colhidas atestam, que um Senhor cearense chamado Belarmino havia firmado um trato com uma família residente no Ceará, que lhe era próxima, que ao estabelecer-se economicamente no Pará e encontrar um lugar adequado, voltaria para buscá-los. Ele cumpriu a promessa em 1956, ao mandar buscar de uma só vez, cinco irmãos e demais membros da família dos Almadás. Eles estabeleceram na área que foi denominada de Açaizal em virtude da grande quantidade de açaí existente, que mais tarde, passou a se chamar Açaizal do Prata, ao fazer alusão a comunidade anterior e limítrofe.

No decorrer das entrevistas, foi possível constatar a ocorrência de conflitos que envolveram essas comunidades. Considerando que os membros da família Almada, provenientes do Ceará, e devotos da Igreja Católica, depararam-se com outros membros da comunidade que eram simpatizantes e afiliados ao sindicato rural, e com o aumento dos membros dessas comunidades, passaram a enfrentar conflitos. Estavam então diante de uma disputa, envolvendo simpatizantes da Igreja Católica e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Assim, com o conflito instituído, os membros da comunidade simpatizantes da Igreja Católica passaram a se estabelecer junto à comunidade do Açaizal do Prata, enquanto que a comunidade do Prata, passou a enfrentar esvaziamento em virtude dessa desavença.

Antes, essas duas comunidades eram praticamente contíguas, depois foram fazendo certas delimitações, tomando como referencial certos marcos naturais. Atualmente os limites de separação das mesmas são indefinidos, pois as grandes propriedades de plantações de soja, que se estabeleceram no entorno, foram destruindo os referências iniciais de limites fronteirícios.

Figura 7 - Vista parcial de casas na comunidade de Açaizal do Prata, cercadas por plantações de soja.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

No que diz respeito à organização territorial, a Figura 7, retrata as casas dispostas umas mais próximas das outras, o que fortalece os laços entre os comunitários. Ao redor de cada casa, sobressaem-se pequenos plantios, incluindo hortaliças, milho e, sobretudo mandioca, com destaque para a produção de farinha, com uma boa quantidade de “casas de farinha”, lugar onde os vizinhos se juntam para realizar uma espécie de mutirão, para auxiliar no

descascar da mandioca e preparar a farinha. Sobre esses plantios, o cultivo da soja avança, disputando espaço para ampliação.

Esses encontros transformam-se em verdadeiros eventos sociais. A maioria das casas apresentam criações de pequenos animais, como porcos, galinhas e patos, entretanto, essa criação enfrenta grandes problemas, pois as plantações de soja avançam por seus terreiros.

Figura 8 - Casa de farinha em pleno funcionamento - Comunidade do Açaizal do Prata.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

A comunidade do Açaizal do Prata, apresenta uma grande quantidade de casas de farinha, conforme verifica-se na Figura 8, reforçando o quanto a produção de farinha faz parte do cotidiano da comunidade.

No centro da comunidade localiza-se uma capela onde se reúnem os comunitários para as festividades, e uma escola mais ao lado, uma pequena venda, com um campo de futebol, com os limites praticamente indefinidos pelas plantações de soja, que insiste em se consolidar como “a bola da vez”.

Um elemento agregador nessa comunidade, que merece destaque, conforme expressa a Figura 9, é uma Hidrelétrica Sociedade Comunitária, que atende a localidade do Açaizal do Prata, a do São Raimundo, outra comunidade próxima. Segundo informações obtidas junto a

José de Arimatéia⁹, atual presidente da associação local, que administra a distribuição de energia nas comunidades, ao perceberem o quanto a soja estava expandindo pelas áreas das comunidades adjacentes, eles identificaram que se essas comunidades tivessem energia elétrica, os seus membros permaneceriam no campo e não deixariam seduzir-se pelos encantos dos valores oferecidos para venderem as terras. A comunidade reuniu-se e começaram a traçar planos para a construção de uma usina hidrelétrica comunitária. Porém, o poder público, não se mostrou interessado em tal investimento.

Após várias reuniões, e depois de considerar algumas alternativas para a solução do problema, como a instalação da energia solar, descartada em virtude do elevado preço e do subaproveitamento da mesma devido à limitação de usos de determinados aparelhos, que só eram permitidos com energia elétrica, os moradores desistiram de implantar a energia solar.

Porém, ao tomarem conhecimento de que determinado morador de outra comunidade havia desenvolvido um sistema de aproveitamento de energia elétrica, eles entraram em contato com esse morador. Após reunirem-se com o mesmo e discutirem várias propostas, e ao constatar o potencial energético presente na região, através de um igarapé que corria nas imediações, decidiram implantar também em sua comunidade, conforme se observa na Figura 9.

Figura 9 - Placa informativa da Hidrelétrica Sociedade Comunitária Açaizal e São Raimundo.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

A pequena hidrelétrica é administrada pelos comunitários, na atualidade 45 famílias estão associadas à distribuição de energia hidrelétrica comunitária. O presidente comunitário,

⁹ Entrevista realizada em agosto 2014, com o presidente da comunidade do Açaizal do Prata.

registra a dificuldade de adentrar novos membros, pois a capacidade energética já atingiu o seu limite. Figura 10 demonstra a área do reservatório da mesma.

Figura 10 - Vista parcial do reservatório da Hidrelétrica Comunitária.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Na constituição das comunidades do Prata e Açaizal do Prata, citadas acima, registra-se a presença dos “camponeses do planalto”, que após migrarem em função da seca que atingiam o nordeste, ou egressos dos seringais, adentraram-se na floresta, em busca de áreas apropriadas para estabelecerem moradias, conforme exposto anteriormente.

A outra comunidade, a do Paca, expressa na Figura 11, localiza-se a uns 10 km das já citadas, porém com uma área territorial contígua. Segundo os moradores, ela surgiu em 1974, com famílias provenientes do Paraná e do Ceará, incluindo também algumas do Pará, fruto da política expansionista da época. Mesmo assim, ainda percebem-se laços de parentesco entre os seus membros. Chegou a atingir em média 40 famílias. Eles se dedicaram a produção de subsistência, à exploração de castanha, chegaram também a plantar 5 mil pés de seringueiras, mas esse plantio não prosperou.

Figura 11 - Visita a casa de camponeses na comunidade do Paca.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Nessa comunidade, identifica-se uma diferença das demais; os camponeses que a constituíram, fazem parte de outra leva de migrantes, provenientes da política expansionista, incluindo os projetos de ocupação, com destaque para a abertura da Transamazônica e da Santarém-Cuiabá, construídas na década de 1970. Esses já se adéquam as características dos “camponeses de estradas”. Até a sua área territorial localiza-se posterior às demais, ou seja, tiveram que adentrar mais na floresta a época, para se estabelecerem, e isso foi feito sob a influência da abertura das duas rodovias.

Em relação à questão territorial, as casas estão dispostas bem mais distantes umas das outras, ao seu redor apresentam pequenas plantações de hortaliças, arroz, milho e mandioca, cercadas pelas plantações de soja (Figura 12). Criam animais de pequeno porte, como galinhas, porcos, e também um pequeno rebanho bovino. Na atualidade restam apenas 5 famílias, que mantém laços de parentesco entre si. Essa comunidade não apresenta nenhum elemento físico agregador como às outras, mas apresenta os laços familiares como fator influenciador de permanência.

Figura 12 - Plantações de mandiocas pertencentes a camponês, rodeadas pelo cultivo de soja na comunidade do Paca.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Dentre todas, a comunidade do Prata, era uma das mais ativas nas reivindicações sociais. Segundo Leroy (1991), na década de 1970, dois agentes da pastoral, um seminarista e um frei franciscano, chegaram a se estabelecer na mesma e passaram a desenvolver um núcleo sindical. Ao ponto de em 1975, criarem algo inédito na região: um Grupo de Revenda, que após arrecadações via rifa, começaram a comprar no comércio de Santarém-PA, bens que depois eram vendidos aos membros da comunidade, por um preço mais acessível. Essa atitude inovadora tinha a função de evitar a atuação dos atravessadores e dos comerciantes que visavam à busca exacerbada do lucro. Com a ajuda externa, chegaram até a comprarem um caminhão para transportar os comunitários do interior da floresta e compraram também um barco para servir no transporte de outras comunidades ribeirinhas.

Leroy (1991, p. 65), chega a afirmar que “no plano político os Grupos de Revenda, significavam perda de poder da rede política tradicional, que passava geralmente pelos comerciantes, e surgimento de uma nova força social (...)”, mesmo em dimensões menores. Com tudo isso, chegaram a criar 100 grupos de revenda em todo o município de Santarém-PA. Em meados de 1981/82 esses grupos entraram em estagnação, por falta de atenção dos seus dirigentes, acreditando que já tinham atingido os seus objetivos.

Foi possível constatar que nas três comunidades, seus membros também participaram de garimpos. Pois na maioria das famílias, ao menos um membro já tinha se deslocado para algum da região ou de outros Estados. Isso também contribuiu para a aquisição de áreas de terras na comunidade, enquanto deixavam as famílias nas mesmas e se adentravam nos garimpos em busca de melhorias.

3 CAPÍTULO 2 - O TERRITÓRIO DO AGRONEGÓCIO: COMO “ENCANTO”

De forma extremamente articulada, afinada e amparada em subsídios creditícios e políticos o agronegócio da soja avança por diversos territórios, tentando consolidar-se como única alternativa viável para o desenvolvimento. É um discurso acompanhado de ações com tendências homogeneizadoras, visando imprimir a ideia de que esse é o único caminho a ser trilhado no campo, e que outras práticas não se adequam nessa lógica.

Em decorrência da implantação do agronegócio de grãos, sobretudo no Oeste do Pará, propagou-se a ideia de que o progresso viria ‘via grãos’. Sem contudo, expressar quem seriam os reais beneficiados com esse “tal progresso”. Assim, foi produzido um discurso que buscava influenciar o maior número de pessoas possível.

O presente capítulo procura abordar a sua consolidação e estratégias expansionistas sobre o mundo, permeando também o território brasileiro, com destaque para as áreas amazônicas, em especial o Oeste do Pará.

Então, foi construído um discurso favorável à vinda desse tipo de cultivo, procurando “encantar” a população local, no sentido de que essa seria uma alternativa viável para o território. Registra-se a princípio, que esse encantamento atingiu de forma diferente os diversos segmentos da sociedade, e alguns nem se encantaram, pois já presumiam o seu desenrolar.

3.1 O agronegócio da soja e as estratégias expansionistas no mundo

Um pequeno grão pertencente à família das leguminosas, que recebe o nome científico de *Glycine max (L.) Merril*, faz parte da família Fabaceae (leguminosas), popularmente conhecido como soja, teve a sua domesticação na Ásia Central, pelos chineses, há cerca de 5 mil anos, inicialmente cultivada para fins alimentícios e medicinais. Desde então, espalhou-se pela Ásia e há 300 anos disseminou-se pelo Ocidente, especialmente na América (HASSE, 1996).

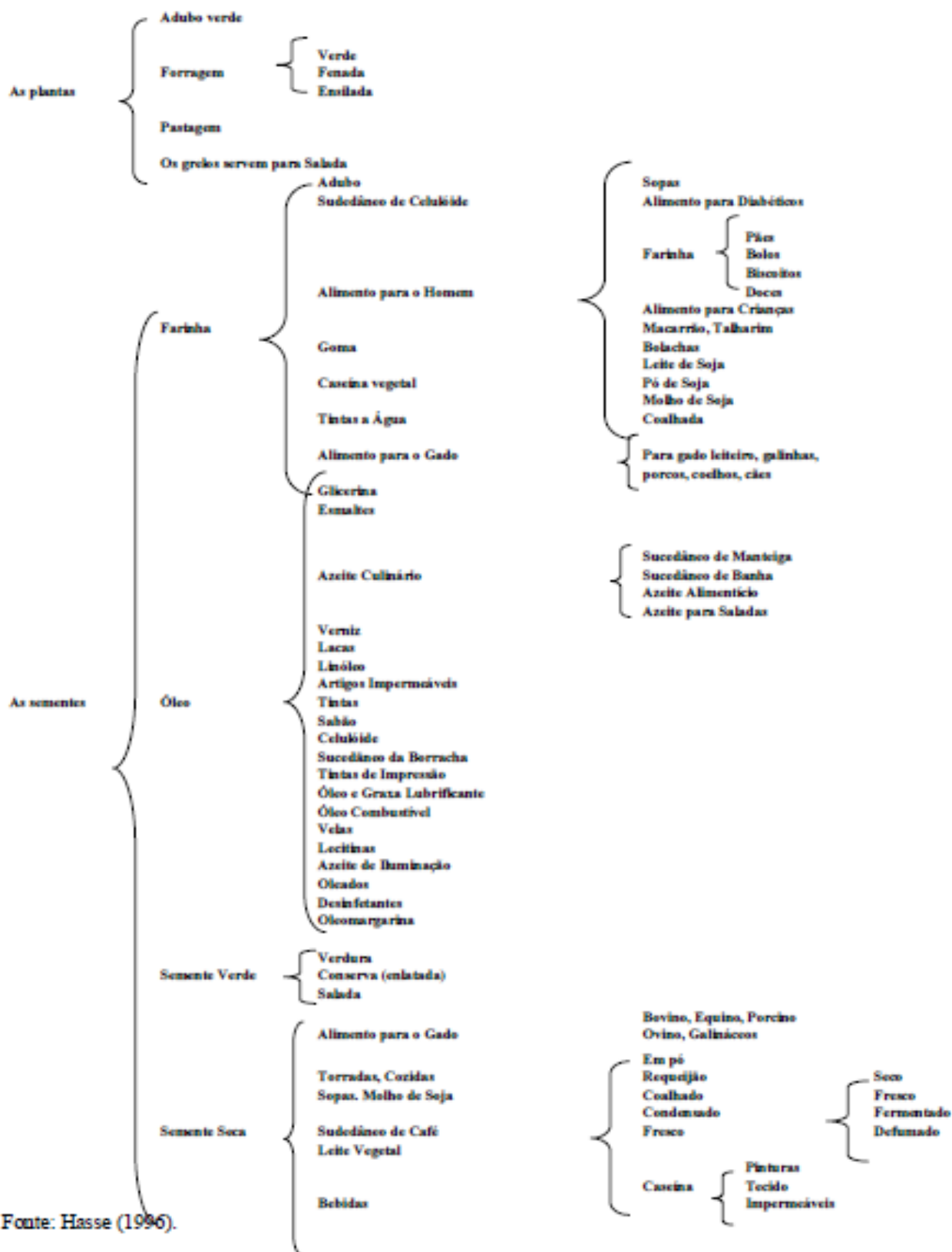
Considerando o contexto histórico, expressado por Bertrand et al. (1987), no período colonial, somente a China lidava com grandes quantidades de exportações da soja. Entretanto, a partir da década de 1930, a soja passa a se desenvolver no Novo Mundo, através dos estímulos da Associação Americana da Soja. Em virtude dos acontecimentos da revolução chinesa, que suspendeu as exportações de soja da Manchúria em 1949, o cenário torna-se

favorável para a produção dos Estados Unidos, que passa a assumir o comércio mundial. As importações foram ampliadas para a Europa e Japão. Porém, com a determinação de suspensão das exportações de soja em 1973, pelos Estados Unidos, os preços subiram consideravelmente, o que acabou influenciando a produção do Brasil, da Argentina e do Paraguai, ao ponto de tornarem-se concorrentes dos Estados Unidos.

Em relação à produção mundial da soja, existem três ramificações: a soja a granel, óleo de soja e o farelo de soja; o farelo destina-se à Europa, para alimentar porcos e aves, quanto a maior parte do óleo vai para a Ásia, toda essa produção, inclusive a do Brasil, vai depender da demanda futura da China (FEARNSIDE, 2006).

Assim, a soja torna-se uma “planta universal”, utilizada como matéria-prima para uma série de subprodutos para a alimentação de animais domésticos e humanos. A sua lista de utilização é extensa e figura nos mais variados usos e aproveitamentos (Figura 13).

Figura 13 - Diagrama dos usos da soja.



Fonte: Hasse (1996).

Por onde passa, a soja carrega consigo o condão de provocar intensas alterações. Entretanto, esse “condão transformador”, não acontece em forma de mágica, ele é amparado em diversas estratégias expansionistas orquestradas, tornando-se uma das principais representantes do agronegócio. E falando-se em ações orquestradas, Paulino (2008, p. 229) assevera que para sustentar-se o agronegócio depende de determinados fatores: questões fundiárias – flexibilidade de fronteiras, modelo fundiário concentrador; disponibilidade de mão de obra e acesso a fundo público.

Em busca desses fatores para serem regidos sobre a batuta do agronegócio, constata-se a adoção de diversas estratégias expansionistas, dentre elas, a busca por terras em áreas tropicais para expandirem suas culturas. Afinal, a terra é um fator fundamental nessa regência, pois:

A terra dado o seu caráter imóvel é “globalizada” na medida em que o capital se desloca criando novas frentes de expansão, comprando ou alugando terras e promovendo mudanças quanto ao seu uso e/ou regime de propriedade. “O trabalho, por sua vez, pode ser afetado de diferentes maneiras com a destruição de antigas relações de produção, precarização e crescente proletarianização dos trabalhadores, estímulo à mobilidade espacial, criação de uma variedade de formas de subcontratação do trabalho da unidade de produção familiar etc.” (MARQUES, 2008, p. 55).

E essa busca por novas áreas para expansão do agronegócio propaga-se pelos países periféricos. Para entender melhor essas estratégias expansionistas do agronegócio, é preciso entender a atuação da pequena parcela dos “agronegociantes” que compõem esses países. Galeano (1989), esclarece que eles agem como umas espécies de sentinelas, que pelo fato de se beneficiarem com pequenas migalhas, abrem as portas para os saques. Porém, em função do volume dos negócios, essas porções não se enquadram assim como “tão pequenas migalhas”.

Petras (2007), também expressa que os países periféricos, sobretudo os da América Latina não apresentam uma burguesia progressista, e conseqüentemente ausência de um projeto nacional. E com isso, essa classe firma fortes laços com as multinacionais, tornando-se empresas imperiais, beneficiando-se desse processo histórico.

Ao abordar essa vertente, sobre a ótica do poder político e empresarial, orquestrados e arquitetadas para favorecerem a opção do agronegócio, Desmarais (2013, apud KNEEN, 1995, p. 69), cita um exemplo clássico dessa situação. Com a finalidade de somar influência política com a empresarial, a multinacional agroalimentar Cargill, destinou o seu vice-presidente para trabalhar como consultor comercial do Presidente Nixon, e mais tarde outro

executivo seu redigiu políticas econômicas para Reagan, tornando-se negociador para assuntos agrícolas no governo americano. Isso aconteceu nos governos de Reagan, Bush e Clinton.

Sobre essas empresas, Ploeg (2008, p. 26), as denomina de “impérios alimentares” e expõe que essas corporações empresariais submetem a agricultura independente da sua localização, a tal pressão externa, a ponto de transformá-la em agricultura empresarial, criando uma feroz competição, procurando eliminar tanto outros empresários bem como os camponeses.

Toda essa situação é amparada em benefícios que são frutos das políticas neoliberais, que ocasionaram dinâmicas territoriais, envolvendo uma série de mudanças, dentre as quais, destacam-se:

As reformas políticas prescritas pelo "novo modelo econômico" facilitaram a concentração de terras e outros meios de produção, colocando o pequeno produtor camponês numa relação conflituosa com os grandes proprietários e com o agronegócio que favoreceu os últimos, forçando os camponeses a abandonarem ou venderem suas terras, dada a produtividade insuficiente, a valorização crescente das terras e taxas extorsivas de crédito comercial (PETRAS e VELTMEYER, 2008, p. 83 e 84).

A adoção dessas políticas neoliberais, aliados ao *boom* das *commodities* acabou provocando sérias alterações na forma de produzir, sobretudo nos países periféricos. Faz-se necessário registrar com propriedade, a descrição dessas consequências, principalmente para os trabalhadores e camponeses, que enfrentaram sérias dificuldades para se manterem em espaços competitivos:

As "reformas estruturais" implementadas nos anos 1980 no segundo dos três ciclos de implementações políticas neoliberal foram concebidas para abrir as economias na região para as forças do mercado mundial - para libertá-las das restrições reguladoras do Estado de bem-estar social. Foram também concebidas para favorecer empresas capitalistas e fazendeiros em detrimento de empresas não-capitalistas e pequenos proprietários camponeses, considerando marginalmente produtivos e incapazes de se ajustarem adequadamente à nova ordem mundial (...) A maior parte do crescimento teve pouco a ver com a reforma liberal, sendo mais consequências das condições favoráveis nos mercados mundiais, do *boom* das *commodities* - resultado da demanda chinesa. Entretanto, os progressos e avanços ocorreram a um custo excessivamente alto, suportado, na maior parte, pela classe trabalhadora e pelos camponeses, que não dispunham de recursos, proteção do Estado e políticas de suporte para o "ajuste" à ordem neoliberal mundial. Com essas condições, agricultores capitalistas e empresas foram capazes de se beneficiar e lucrar com o conseqüente impulso das exportações não tradicionais, tais como soja, que requer um esforço de investimento de capital e insumos caros, bem como de licenças para a exportação emitidas pelo governo. A diferença entre agricultores e os camponeses aumentou: os primeiros, preparados para se ajustar às novas condições e exigências; os últimos, afundando se em dívidas, pobreza e crise e em

matéria de segurança social e de alimentação, para não falar dos meios de sobrevivência (PETRAS e VELTMEYER, 2008, p. 85).

Essa descrição de atuações pormenorizadas das políticas neoliberais permite-nos visualizar sérias consequências a que foram submetidas às classes menos favorecidas, enquanto os grandes capitalistas beneficiaram-se dessas ações, os menos favorecidos, sobretudo os camponeses, ficaram a margem, enfrentando grandes mudanças territoriais expropriativas. Aliada a essas políticas neoliberais, vale registrar alterações na produção de soja americana, como principal representante do agronegócio, que também, acabaram influenciando a produção do resto do mundo. Entender essa alteração é fundamental, afinal foi através dela, que a soja se propagou para outras áreas.

As mudanças na produção de soja americana, com o forte estímulo à produção de milho e retração da área com soja, têm afetado todas as produções mundiais de grãos e oleaginosas, com efeitos em cadeia sobre a área, produção, preço e estoque, não apenas de soja, mas de algodão e outros *commodities* agrícolas. A primeira consequência da substituição de área de soja por milho nos EUA foi a elevação nos preços de soja e estímulo ao aumento de área com soja, especialmente nos principais países produtores (Brasil e Argentina) para atenderem as demandas mundiais e manter os estoques em níveis satisfatórios (PEREIRA NETO, 2008, p. 152).

Essas mudanças na produção mundial foram influenciadas pelo programa do etanol americano, e pela necessidade de produção de rações para animais em virtude do aumento do consumo mundial de carne. Com isso, houve aumento considerável da produção de grãos no mundo, sobretudo o da soja.

Nesse intrincado mercado de grãos, onde a China é a maior consumidora, a liderança é mantida pelos EUA, Brasil e Argentina, e as empresas que dominam esse mercado são: ADM, Bunge y Born, Cargill e Louis Dreyfus (PEREIRA NETO, 2008).

Quadro 2 - Balanço de oferta e demanda mundial de soja.

BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA MUNDIAL DA SOJA							
(milhões de toneladas)							
PRODUÇÃO	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14 JUL	2013/14 AGO	Var (%) – 2012-13 2013/14
Estados Unidos	91,4	90,6	84,2	82,1	93,1	88,6	8%
Brasil	69,0	75,3	66,5	82,0	85,0	85,0	4%
Argentina	54,5	49,0	40,1	49,5	53,5	53,5	8%
China	14,9	15,1	14,5	12,8	12,5	12,5	-2%

Índia	9,7	9,8	11,0	11,5	12,0	12,3	7%
Paraguai	6,5	7,1	4,0	9,4	8,4	8,4	-11%
Canadá	3,6	4,4	4,3	4,9	5,3	5,3	8%
Outros	102,2	103,2	98,7	97,5	109,3	104,8	7%
TOTAL	260,4	263,9	239,2	267,6	285,9	281,7	5%
EXPORTAÇÕES							
	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14 JUL	2013/14 AGO	Var (%) – 2012-13 2013/14
Brasil	28,6	30,0	36,3	39,2	41,5	41,5	6%
Estados Unidos	40,8	41,0	37,2	35,8	39,5	37,7	5%
Argentina	13,1	9,2	7,4	7,1	12,0	13,7	93%
Paraguai	4,1	5,2	3,6	5,5	5,0	5,0	-9%
Outros	4,9	6,4	7,9	9,1	9,2	9,5	5%
TOTAL	91,4	91,7	92,3	96,6	107,2	107,4	11%
IMPORTAÇÕES							
	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14 JUL	2013/14 AGO	Var (%) – 2012-13 2013/14
China	50,3	52,3	59,2	59,0	69,0	69,0	17%
EU – 27	12,7	12,5	12,0	12,3	12,1	12,1	-1%
México	3,5	3,5	3,6	3,4	3,6	3,6	6%
Japão	3,4	2,9	2,8	2,7	2,8	2,8	2%
Taiwan	2,5	2,5	2,3	2,4	2,5	2,5	4%
Outros	14,4	15,0	13,4	14,4	14,5	14,5	1%
TOTAL	86,9	88,7	93,2	94,1	104,5	104,5	11%
CONSUMO/ ESMAGAMENTO							
	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14 JUL	2013/14 AGO	Var (%) – 2012-13 2013/14
China	48,8	55,0	61,0	64,7	67,7	67,7	5%
Estados Unidos	47,7	44,9	46,4	45,2	46,1	46,1	2%
Argentina	34,1	37,6	35,9	32,9	38,0	37,0	12%
Brasil	33,7	36,3	38,1	35,3	37,0	37,0	5%
EU - 27	12,6	12,4	12,2	12,5	12,2	12,2	-2%
Índia	7,4	9,4	9,6	9,7	10,0	10,0	3%
Outros	24,9	25,8	24,7	27,6	28,5	28,5	3%
TOTAL	209,2	221,3	227,8	227,7	239,5	238,5	5%

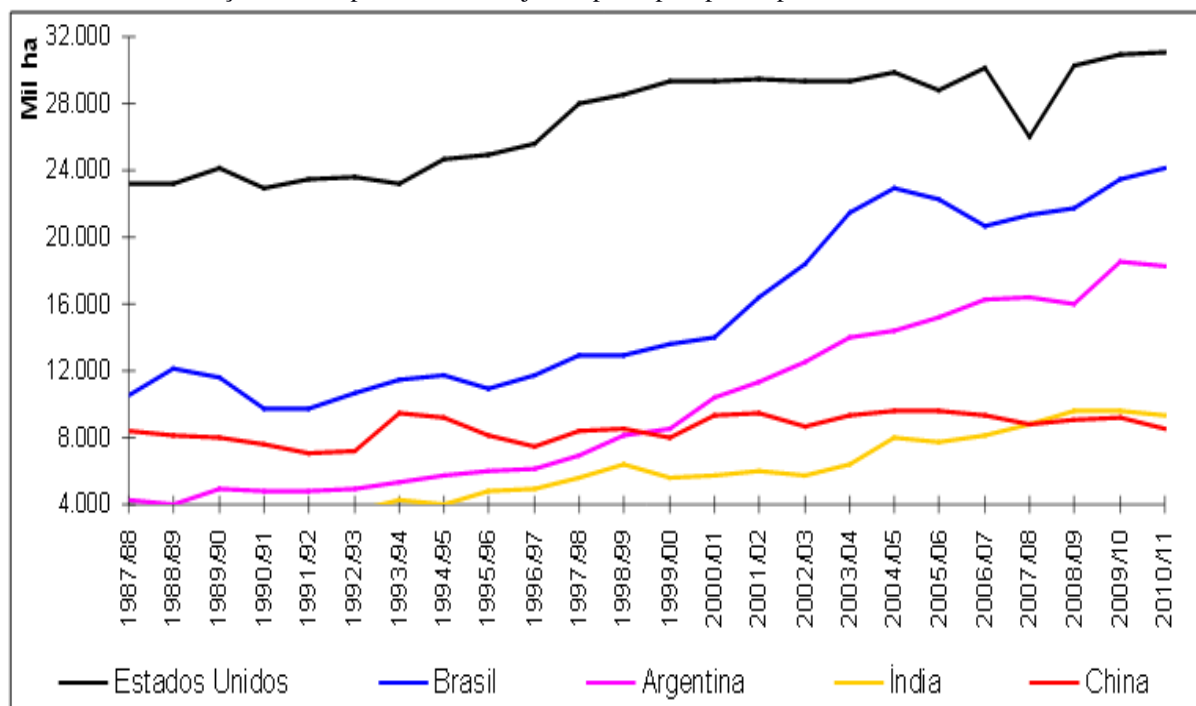
Fonte: USDA, elaboração: Ocepar/Getec, Agosto- 2013.

O Quadro 2 retrata o balanço de oferta e demanda mundial de soja, depreende-se dos dados que a produção concentra-se nos Estados Unidos, Brasil e Argentina, respectivamente, perfazendo um total de 80% de toda produção. Para a safra 2014/15, a USDA estima um crescimento de 7%, em torno de 20,9 milhões de toneladas, tomando como referencial a safra anterior. Os responsáveis por esse aumento serão respectivamente Estados Unidos e Brasil.

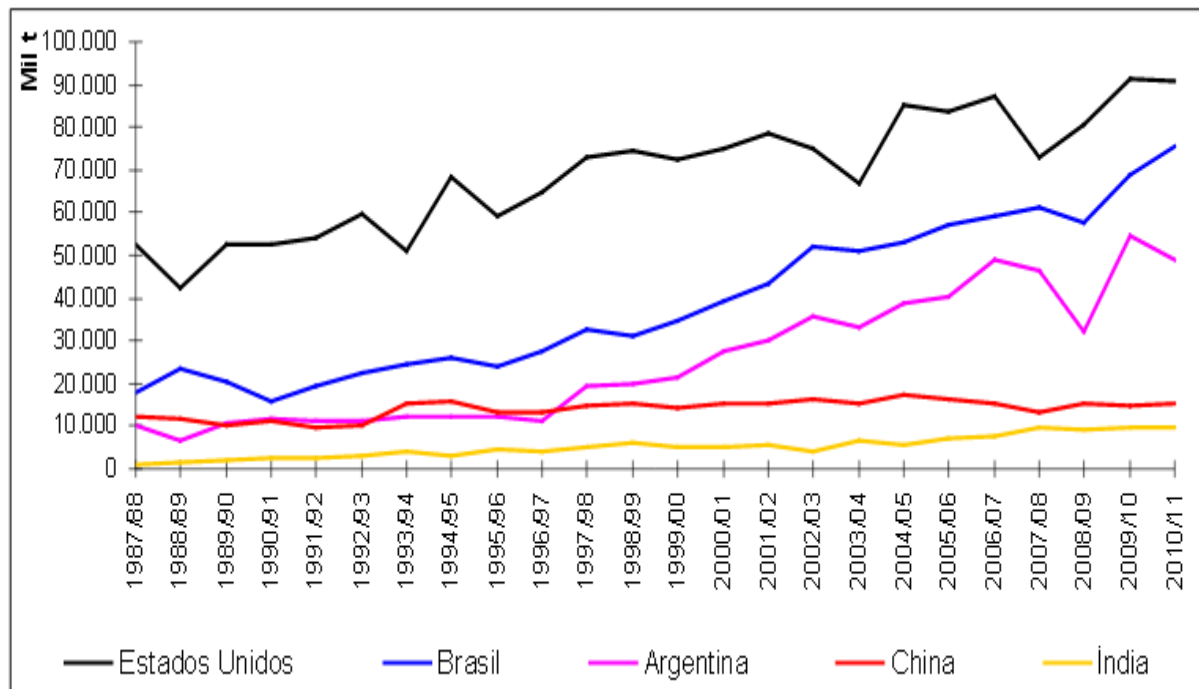
Quanto às exportações, as maiores expressões são os Brasil, Estados Unidos e Argentina, invertendo um pouco a ordem de produção. Porém o maior desataque percebe-se nas importações, onde a China destaca-se como o maior mercado consumidor em virtude dos altos índices populacionais, da elevação da renda, bem como da sua indústria em constante crescimento, mas com sinais de retração. Com esses dados, ela dita os ritmos da produção e da expansão, influenciando assim os preços e suas oscilações.

Ao verificar os dados das últimas 5 safras, constata-se que ao longo desse período houve um crescimento de 15%, com oscilações em virtude de secas e crises econômicas, a exemplo a safra de 2011/12, com queda na produção geral. Faz-se necessário registrar que esse é um comércio com certo grau de variações e instabilidade, sujeito a alterações bruscas, a depender de manobras econômicas, políticas, naturais, dentre outras.

GRÁFICO 2 - Evolução da área plantada com soja nos principais países produtores.



Fonte: USDA (2011).

GRÁFICO 3 - Evolução da produção mundial de soja nos principais países produtores.

Fonte: USDA (2011).

A análise da evolução conjunta dos Gráficos 2 e 3, que retratam respectivamente a evolução na área e na produção mundial de soja, permitem identificar que o incremento tanto na área como na produção, ficam a encargo da Argentina, Índia e Brasil. Isso se deve a adoção de inovações tecnológicas que refletem nesse incremento. Respectivamente a produção cresceu 9,02%, 8,35% e 6,74% a.a, enquanto que as ampliações da área foram respectivamente, de 7,70%, 7,35% e 4,35%.

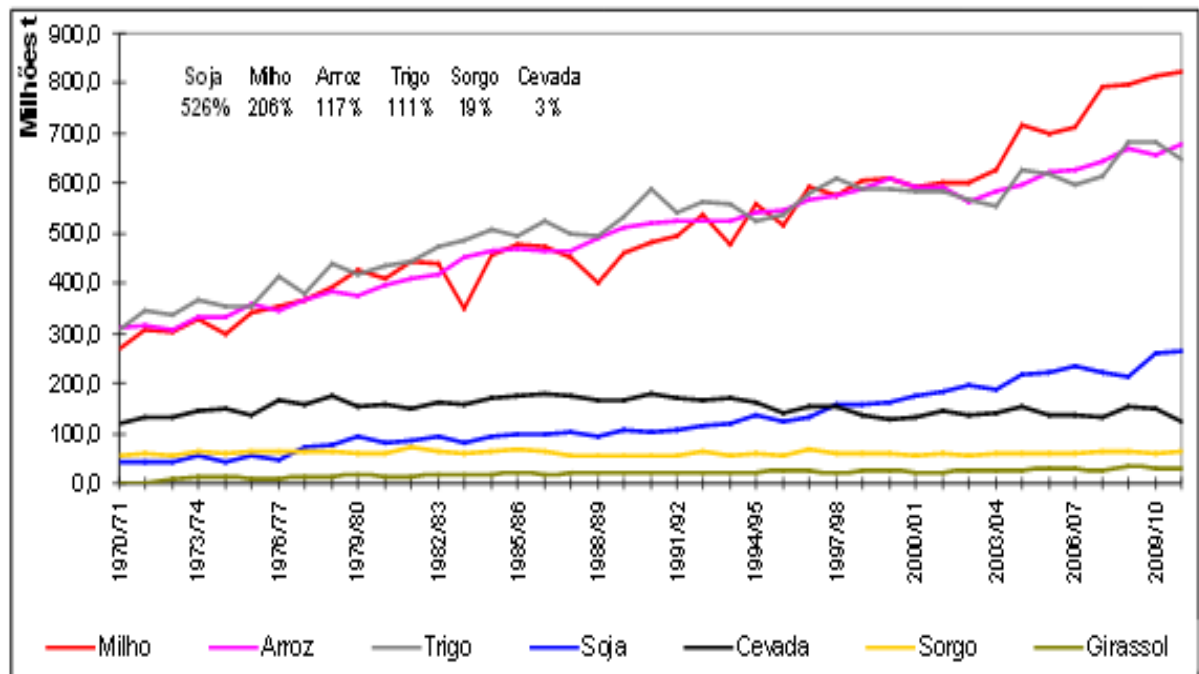
Em decorrência desse ritmo de expansão, o agronegócio da soja estabeleceu-se e consolidou em diversas regiões. Torna-se essencial destacar alguns elementos que contribuíram de forma decisiva para a sua consolidação. Gonçalves et al. (2012, p. 152 e 153), asseguram que muitos foram os fatores que influenciaram no incremento da produção de soja, entretanto, destacam cinco principais:

1. A soja apresenta alta quantidade de proteínas vegetais (em torno de 40%) de excelente qualidade tanto para a alimentação animal como humana;
2. A oleaginosa possui considerável teor de óleos (ao redor de 20%) que pode ser usado para diversos fins, como a alimentação humana e a produção de biocombustíveis;
3. A soja é uma commodities e, portanto, tem grande padronização e uniformidade, podendo ser produzida e negociada por amplo número de produtores de diversos países;
4. A oleaginosa apresenta alta liquidez e demanda;

5. *Sobretudo nas últimas décadas, houve expressivo aumento da oferta e tecnologias de produção que permitiram ampliar significativamente a área e a produtividade da oleaginosas.*

Assim, as junções desses fatores contribuíram decisivamente para a expansão dessa oleaginosa, em detrimento de outros grãos. Oliveira (2006, p.23), registra que em relação ao mercado mundial de grãos, o destaque são três *commodities* agrícolas: o trigo, o milho e o arroz, pois fazem parte da base alimentar da humanidade. Entretanto o aumento da área cultivada com soja ultrapassou todos esses cultivos, enquanto as outras culturas enfrentaram declínio nesse mesmo período.

GRÁFICO 4 - Produção mundial de grãos – 1970/71 a 2010/11.



Fonte: USDA (2011).

Nota: De acordo com a fonte dos dados, não houve produção mundial de girassol, em escala significativa, na safra 1970/71, impossibilitando o cálculo de crescimento na produção do grão.

No Gráfico 4 que retrata a produção mundial de grãos, percebe-se que a soja destaca-se dentre os outros. Um detalhe a ser observado, é que na safra de 2010/11, a soja ficou aquém da produção de milho, trigo e arroz. Fora esse detalhe, verifica-se que houve um incremento na produção de 526%. No quantitativo geral esses índices não se sobressaem da soja. Ao analisar esses dados, tomando como referencial a área cultivada, verifica-se que os avanços tecnológicos influenciaram na produtividade, aumentando assim a produtividade em relação à área.

3.2 A soja no território brasileiro; destaque para o Baixo Amazonas-PA

Dentre as *commodities* agrícolas que são produzidas e exportadas pelo Brasil, o complexo da soja ocupa o primeiro lugar segundo o MDIC (2013). O Quadro 3 retrata isso, ao abordar os principais produtos da pauta exportadora brasileira em 2013.

Quadro 3 - Principais produtos exportados pelo Brasil - US\$ Milhões- 2013.

	Valor/ Value	Δ% 2013/12	Part % Share
1 – Minérios / Minerios / Ores	35.083	5,5	14,5
2 – Material de transporte / Transport material	31.584	28,4	13,0
3 – Complexo soja / Soja y derivados / Soybeans & prods	30.965	18,5	12,8
4 – Petróleo e combustíveis / Petroleo y combustibles / Oil and fuel	22.398	-27,7	9,2
5 – Carnes/ Meats	16.272	6,6	6,7
6 – Químicos / Chemicals	14.635	-3,6	6,0
7 – Açúcar e etanol / Azúcar y etanol / Sugar & ethanol	13.711	-8,8	5,7
8 – Produtos metalúrgicos/ Productos metalúrgicos / Metallurgic products	13.262	-14,8	5,5
9 – Máqs. e equipamentos / Máqs. y aparatos / Machines & equipments	8.979	-15,1	3,7
10 – Papel e celulose/ Papel y celulosa / Paper & pulp	7.155	7,5	3,0
11 – Café / Coffee	5.248	-18,5	2,2
12 – Equipamentos elétricos/ Aparatos eléctricos / Electrical equipment	4.432	-3,6	1,8
13 – Calçados e couro / Calzados y cuero/ Footwear & leather	3.87	11,6	1,6
14 – Fumo e sucedâneos / Tabaco y derivados / Tobacco and its products	3.272	0,5	1,4
15 – Metais e Pedras Preciosos / Metales preciosos y piedras / Precious metals and stones	3.205	-1,0	1,3

Fonte: SECEXMDIC.

Conforme se identifica no Quadro 3, o complexo da soja, tomando como referencial os dados de 2013, continua em expansão. Ele lidera o ranking das principais *commodities* que fazem parte da balança comercial brasileira. No ano analisado houve um aumento de 18,5%.

A soja continua com lugar de destaque na pauta das exportações brasileiras. Ao tomar como análise a Tabela 1, verifica-se que no ano seguinte, ela continua em expansão, gerando recorde para a balança comercial. Pois a soja mesmo triturada apresentou um quantitativo de 45.692 mil toneladas em 2014, exportada para a China, Espanha, Países Baixos e Tailândia. Entretanto, a China ainda continua liderando as compras. Quanto ao farelo, 13.716 mil toneladas, foram destinadas a Países Baixos, França, Alemanha e Indonésia.

Tabela 1 - Produtos com recorde no valor exportado em Jan-Dez/2014.

PRODUTOS	RECORDES PARA JAN/DEZ 2014			PRINCIPAIS MERCADOS
	US\$ milhões	Var. % sobre jan-dez/13	Qtdt (mil tn)	
SOJA MESMO TRITURADA	23.277	2,0	45.692	China, Espanha, Países Baixos e Tailândia
FARELO E RESÍDUOS DA EXTRAÇÃO DE ÓLEO DE SOJA	7.001	3,1	13.716	Países Baixos, França, Alemanha e Indonésia
CARNE DE BOVINO CONGELADA, FRESCA OU REFRIGERADA	5.794	8,1	1.228	Rússia, Hong Kong, Venezuela e Egito
CELULOSE	5.291	2,2	11.029	China, EUA, Países Baixos e Itália
COURO E PELES, DEPILADOS, EXCETO EMBRUTO	2.937	17,8	489	China, Itália, EUA e Hong Kong
ÓXIDOS E HÍDROXÍDOS DE ALUMÍNIO	2.409	29,5	8.634	Canadá, Noruega, Islândia e Emirados Árabes
CARNE DE SUÍNICO CONGELADA, FRESCA OU REFRIGERADA	1.446	17,9	418	Rússia, Hong Kong, Cingapura e Angola
MEDICAMENTOS PARA MEDICINA HUMANA E VETERINÁRIA	1.277	5,2	27	Dinamarca, Venezuela, Argentina e EUA
OBRAS DE MÁRMORE E GRANITO	871	1,0	1.077	EUA, Canadá, México e Colômbia
PARTES E PEÇAS DE AVIÕES, HELICÓPTEROS, OUTS. VEÍC. AERÉOS	597	14,7	1	EUA, França, Espanha e Bélgica
MÍDUEZAS DE ANIMAIS, COMESTÍVEIS	527	17,4	203	Hong Kong, Angola, Moldóvia e Egito
ÁCIDOS CARBOXÍLICOS, SEUS ANIDRÍDOS, HALOGENETOS, ETC.	462	9,6	298	Argentina, EUA, Itália e Rússia
TUBOS E SEUS ACESSÓRIOS, DE PLÁSTICOS	399	21,2	36	Países Baixos, Argentina, Chile e Colômbia
APARELHOS P/INTERRUPÇÃO, PROTEÇÃO DE ENERGIA, SUAS PARTES	323	4,9	11	Argentina, Estados Unidos e Peru
APARELHOS MECÂNICOS P/PROJETAR/PULVERIZAR LÍQUIDOS/SÓPOS	227	9,6	17	Paraguai, Bolívia e Argentina

Fonte: SECEX/MDIC.

Porém, antes de adentrar em maiores detalhes sobre os índices e fatores influenciadores da produção de soja, torna-se necessário lançar um olhar sobre o contexto histórico. Desde longas datas a soja desembarcou no território brasileiro. Costa (1996), assegura que historicamente no Brasil, a soja foi introduzida na Bahia em 1882, em Campinas, São Paulo em 1892, e no Rio Grande do Sul, em 1900, onde se iniciou a primeira produção em escala comercial. Após uma longa trajetória, espalhou-se por diversas regiões do Brasil, passando a constituir uma das maiores fontes de óleo vegetal.

Ao detalhar sobre essa trajetória, Oliveira (2006), acrescenta que no processo de expansão da área cultivada de soja no território brasileiro, a mesma iniciou na região Sul do Brasil, que manteve a hegemonia até o final da década de 1990, após expandindo-se para os cerrados do Centro-Oeste, tornando-se líder na produção. A expansão também prosseguiu para as regiões Sudeste e Nordeste, com destaque para o Oeste da Bahia, sul do Maranhão e Piauí, e por fim, atingiu a região Norte, com destaque inicial para o Tocantins e por último estabeleceu-se na região amazônica.

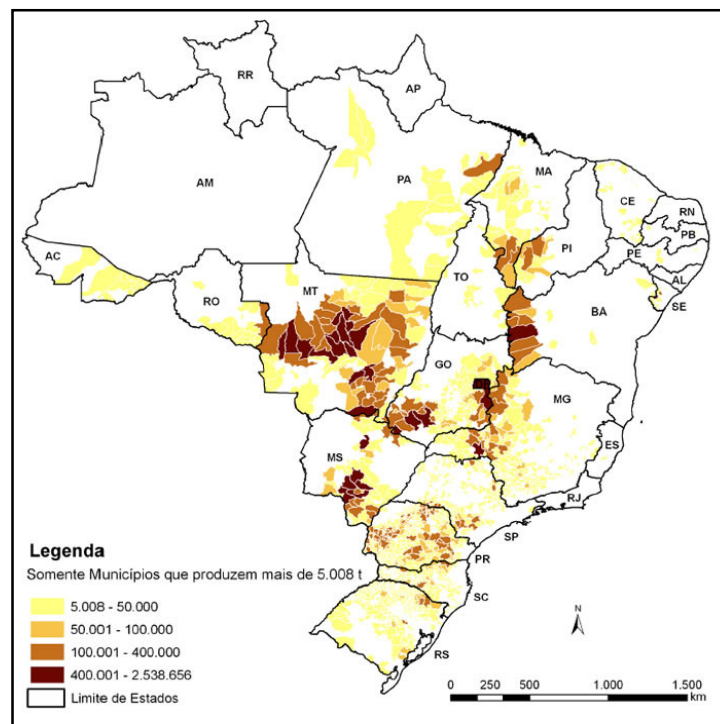
Após consolidar-se por vastas áreas do território nacional, a área de produção de soja no país, vem aumentando consideravelmente. Essa expansão, segundo Fearnside (2006, p. 288) foi influenciado pelos seguintes motivos:

- a. *A produção anual por hectare no Brasil é maior do que a da América do Norte, além do melhor desempenho na estação de crescimento, o que diminui os períodos de trabalho intenso na época do plantio e colheita, em relação a outras áreas produtoras na zona temperada;*

- b. Declínio da pescaria da anchova em 1970, na costa do Peru, em virtude da depleção pela sobrepesca prolongada, e os efeitos do fenômeno El Niño /Oscilação do Sul onde a farinha de peixe passou a ser substituída pela soja nas rações para animais na América do Norte e Europa;
- c. Uma estação seca ocorrida na América do Norte, que influenciou na suspensão das exportações de soja à Europa, apud (SMITH et al., 1995);
- d. Elevações nos preços da soja, que influenciou na expansão da área cultivada no Paraná, aliada a uma gada ocorrida na região Sul do país em 1975, que estimulou o declínio das lavouras do café. Destaca-se ainda a implementação dos direitos concedidos aos meeiros em virtude do estatuto da terra de 1964 e influência dos custos do salário mínimo na contratação dos trabalhadores, apud (KAIMOWITZ; SMITH, 2001);
- e. Expansão das culturas da soja para o cerrado, em virtude de grandes pesquisas e a realização de plantios sem adição de fertilizantes nitrogenados;
- f. Outro fator de grande influência foram os vários subsídios direcionados para a plantação de soja.

Como se percebe, muitos foram os fatores, que em consonância favoreceram a expansão da cultura da soja no território brasileiro. Com uma produção de 85.656 milhões de toneladas, uma área plantada com 30.135 milhões de hectares, uma produtividade de 2.842 kg/ha, o Brasil é considerado o segundo maior produtor mundial de soja (CONAB, 2013).

Figura 14 - Mapa da Produção de soja no Brasil - municípios que produziram mais de 5.008 t. em 2013.



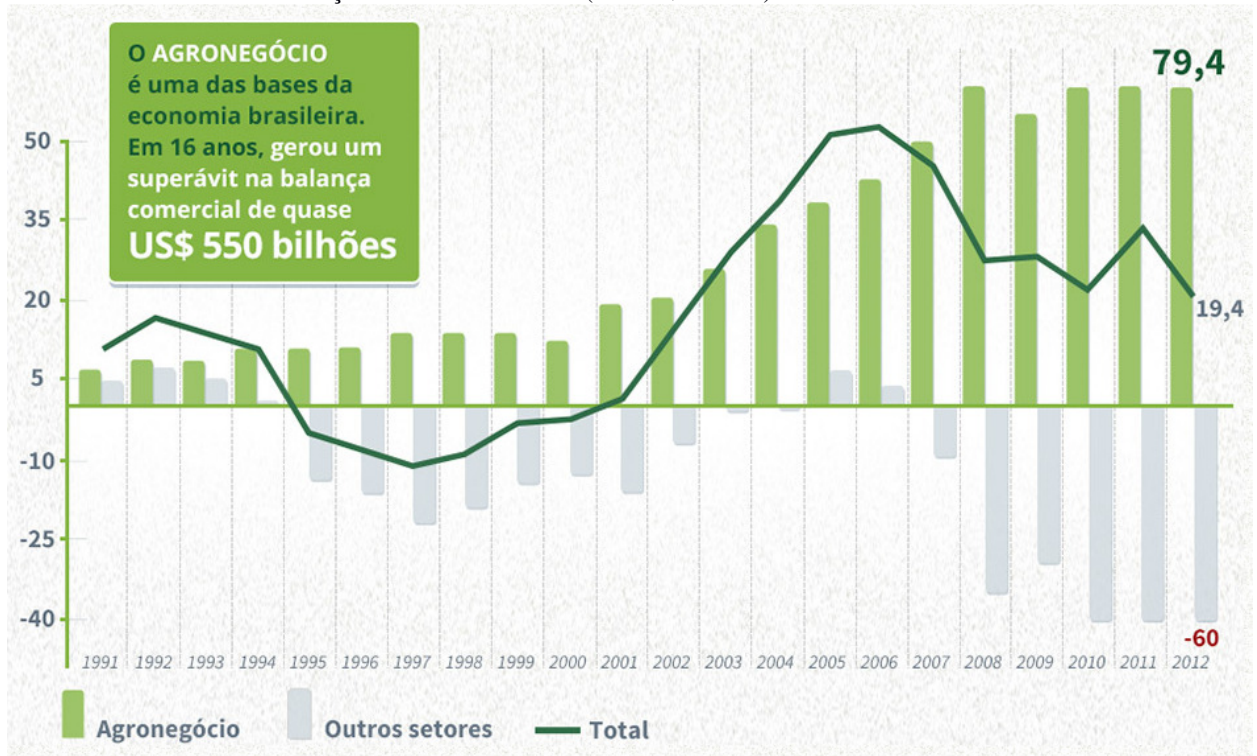
Fonte: CONAB/IBGE.

A Figura 14 retrata essa produção, com destaque para os municípios que produziram mais de 5.008ton., em 2013, destaca-se que essa produção está se expandindo por todo o

território nacional, com maior concentração no estado do Mato Grosso e Paraná, com 48,5 %, Goiás e Rio Grande do Sul, com 25%, e a região conhecida como Matopiba, composta por municípios localizados no Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, com 9,2% de toda a produção nacional (MAPA, 2013).

Ao se fazer uma leitura da realidade da produção agrícola brasileira, depreende-se que esta se mantém subordinada aos interesses externos. Assim, para entender a sua dinâmica, é imprescindível analisá-la a luz das políticas externas. Bertrand et al. (1987), afirma que para compreender esse processo expansivo, é preciso considerá-lo, tomando como referencial as transformações globais em consonância com a agricultura e sociedade brasileira.

GRÁFICO 5 - Saldo da Balança Comercial do Brasil (em US\$ bilhões).



Fonte - Agrostat (MAPA)¹⁰.

O agronegócio apresentou expressão significativa, gerando em 16 anos um superávit na balança comercial brasileira de quase US\$ 550 bilhões. Afinal, representado por uma série de *commodities* voltadas para a exportação, com nenhum ou pouco valor agregado, representou um considerável peso para a balança (Gráfico 5). E nesse cenário, expansionista percebem-se ainda as seguintes atuações:

¹⁰ - Gráfico disponível em: <http://agroinvestbrasil.com.br/agronegocio-brasil>.

Destaca-se, também, a expansão do agronegócio, impulsionada pela maior abertura do mercado brasileiro e pela ampliação de investimentos diretos de empresas multinacionais do sistema agroalimentar no país. A produção agrícola é palco de profundas mudanças, com aumento na escala de produção, mecanização crescente e redução dos postos de trabalhos (MARQUES, 2008, p. 60).

Essas mudanças incidiram diretamente sobre a dinâmica territorial brasileira, ocasionando alterações de diversas ordens. Essas escalas de produção se espalharam por diversas partes, expandindo suas fronteiras. Sobre estas, percebe-se que:

A fronteira é resultado das contradições socioespaciais de reprodução da sociedade capitalista. A busca de novas áreas por produtores e empresas no interior do país reflete processos de exclusão social, reprodução ampliada do capital, inserção precária de grupos sociais e difusão de valores culturais e ideológicos (SILVA, 2011, p. 285).

Com isso, passou-se então a identificar a expansão dessas fronteiras sobre partes do território brasileiro, atingindo áreas de florestas, comunidades de camponeses, quilombolas e indígenas, em uma busca desenfreada por recursos.

Sobre essa temática, Sauer e Pietrafesa (2013), destacam a expansão das fronteiras ao longo do contexto histórico, tomando como referencial o período de 1940, com acentuação em 1964, onde se verifica políticas de expansão econômica agropecuária no Brasil. O objetivo central da “Marcha para o Oeste”, visava a ocupação dos chamados “espaços vazios”, com a finalidade de dirimir os conflitos relacionados a posse de terra no Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil. A partir de 1960, destaca-se a “Revolução Verde” e a adoção dos pacotes tecnológicos, que procuravam modernizar as plantações, sem contudo resolver a questão da expansão das fronteiras.

Esclarecimento interessante é oferecido por Desmarais (2013), em relação a Revolução Verde, ao afirmar que antes de serem apenas pacotes tecnológicos, eles eram também culturais. Pois procurava desvalorizar as práticas agrícolas ditas “tradicionais e retrógradas”, que se fundamentam na cultura e conhecimentos locais, e com isso, estimulavam os camponeses a mudarem para a agricultura convencional, tornando-os dependentes de tecnologia e insumos. Como bem atesta um provérbio popular “quem controla as sementes, controlará o semeador”.

Após a continuação da expansão dessas fronteiras, registra-se posteriormente uma intensificação desses movimentos tanto para a Amazônia como também o cerrado, com fortes incidências na Bahia, Piauí, Maranhão e Tocantins.

Com o Estado Desenvolvimentista, favoreceu-se abertura de mercado, com propostas de desenvolvimento baseadas em investimento estatal e financiamento externo, com o intuito de transformar o país em uma “grande potência” a qualquer custo. Quanto as questões sociais, acreditavam-se que seria uma inclusão natural. Porém, em 1980, chega ao fim esse ciclo, com incertezas, quanto ao novo cenário político e econômico, considerando por alguns, apesar de controvérsias, como “a década perdida”.

Na década seguinte, em 1990, vivencia-se a ascensão do Estado Neoliberal e todas as suas reestruturações. Onde o Estado deixava de ser indutor e planejador do desenvolvimento, cedendo lugar para o mercado e iniciativa privada.

Ao analisar o contexto histórico, verifica-se que o Brasil tornou-se receptor de capital e de tecnologia, conforme se descreve abaixo:

É assim que o Brasil, como receptor de capital e de tecnologia, dá a sua contribuição para o ajuste espacial, assentindo com o lugar que os países centrais lhes reservaram na divisão territorial do trabalho. Desse modo, ainda que o agronegócio tenha a seu dispor tecnologias de ponta, que segue fadado a integrar o circuito mundializado da mercadoria como fornecedor de produtos primários, por um lado, e consumidor de bens manufaturados, por outro, haja vista que estes são cada vez mais imprescindíveis para a cadeia produtiva, notadamente da agricultura (PAULINO, 2008, p. 229).

O país torna-se apenas um mero receptor de capital e tecnologia, postos a atender o comportamento do mercado externo, incluindo suas estratégias e oscilações, sem contudo ocasionar melhorias significativas na qualidade de vida da sua população, afinal o foco é a produção.

Com isso, o Brasil preparou toda uma infraestrutura para a implantação e consolidação do cultivo da soja. Feranside (2008), destaca que nenhuma outra forma de uso da terra foi capaz de atrair tanta atenção, peso político e investimentos, chegando inclusive a indução da construção de oito hidrovias (Figura 15), três estradas de ferro e uma vasta rede de rodovias.

Figura 15 - Hidrovias para transporte da soja.



Fonte: Fearnside, 2006¹¹.

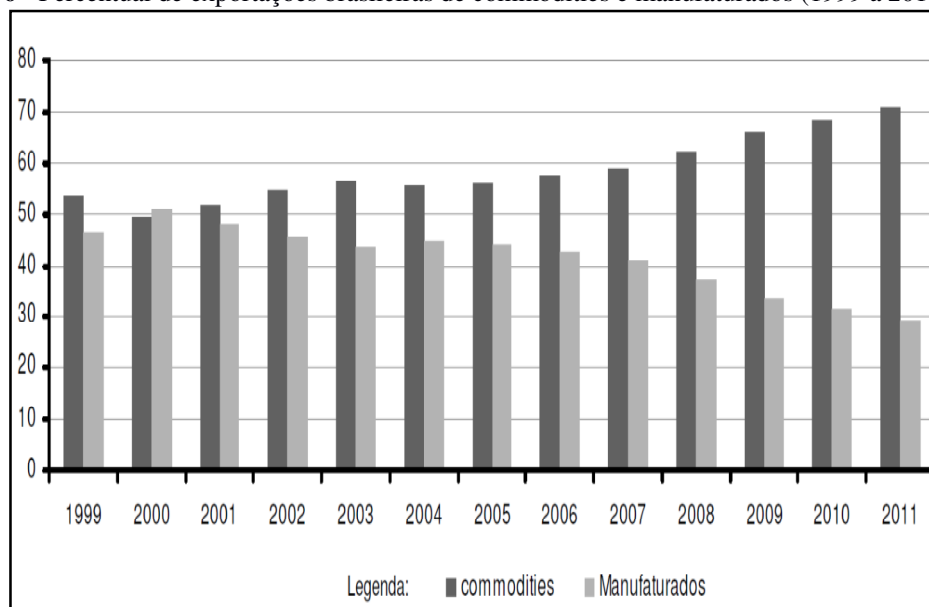
Apesar de a princípio esse cenário apresentar-se como dinâmico e promissor, apresenta grandes contradições. Segundo Oliveira (2003), representa uma “barbárie e modernidade”, ao apresentar um discurso e uma roupagem moderna, envolvendo grandes índices de produtividades, amparados ainda no latifúndio e no sistema de *plantation*, reproduzindo exclusão social e problemas ambientais.

Essas contradições são expressas nos índices de crescimento, conforme observa no Gráfico 6. O mesmo retrata uma evolução dos *commodities* em relação aos manufaturados das exportações brasileiras ao longo do período de 1999 a 2011. É nítido o decréscimo dos manufaturados e o aumento considerável da produção de *commodities* ao longo desse período. Considerando que essa evolução, tem relação com a elevação dos preços dessas *commodities*

¹¹-Nota: Hidrovias 1, 4 e a parte sul da 5 são parcialmente operacionais; 2 e 3 estão em fase avançada do processo de licenciamento; a parte norte da 5 é um ‘projeto vampiro latente’, e 6, 7 e 8 estão em fases preliminares de discussão. Há outras hidrovias existentes e planejadas em outras partes do País, mas estas não são relacionadas diretamente à soja.

no mercado internacional, entretanto, as mesmas apresentam nenhuma ou baixa industrialização, o que pouco beneficia o país que as produz.

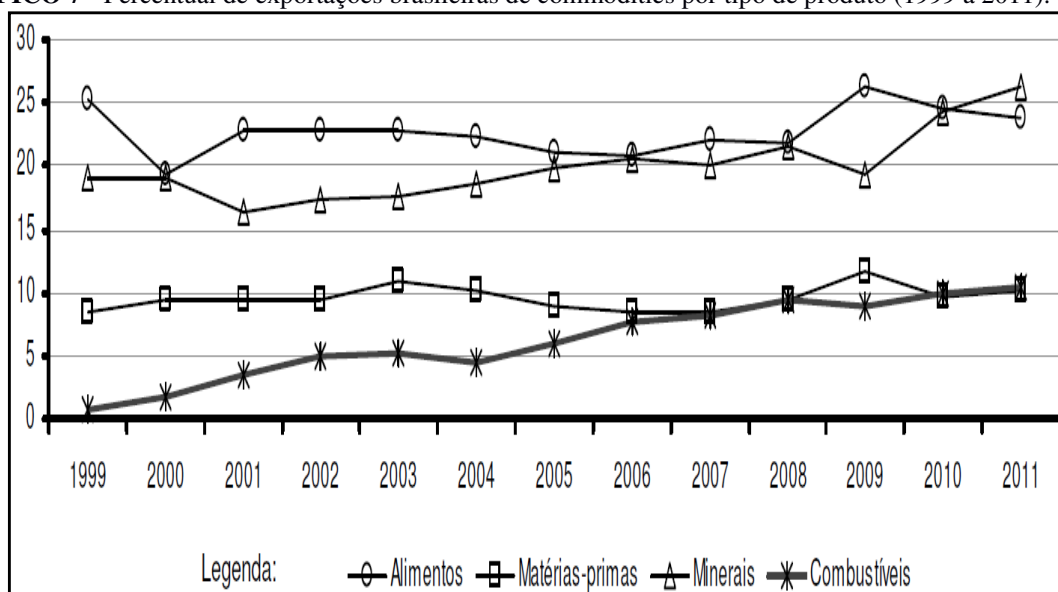
GRÁFICO 6 - Percentual de exportações brasileiras de commodities e manufaturados (1999 a 2011).



Fonte: MDIC (BRASIL, 2012). Autor: Túlio Assis Souza e Michele Polline Veríssimo, 2013.

Após analisar o aumento na evolução da produção dos *commodities* em relação aos bens manufaturados, no Brasil, torna-se essencial conhecer quais são os tipos de produtos exportados e quais sofreram aumento ou retração ao longo do mesmo período compreendido entre 1999 a 2011.

GRÁFICO 7 - Percentual de exportações brasileiras de commodities por tipo de produto (1999 a 2011).



Fonte: MDIC (BRASIL, 2012). Autor: Túlio Assis Souza e Michele Polline Veríssimo, 2013.

O Gráfico 7, retrata o percentual expresso nas exportações brasileiras, incluindo alimentos, matérias-primas, minérios e combustíveis. Ao analisar o gráfico, constata-se que os alimentos, focos do presente estudo, experimentaram uma leve queda em 2000, manteve certa estabilidade até 2009, quando vivenciou uma alta. Essas oscilações têm relação com as crises econômicas. Vale registrar que no grupo desses alimentos, estão incluídos os grãos da soja, já citados como uma das principais *commodities*.

Com essa análise, destaca-se o quanto as *commodities*, sobretudo as agrícolas, participam com efetividade da balança comercial brasileira. Entretanto, esse aumento, tende a causar desestrutura na produção de outros gêneros alimentícios, pois;

É por isso, que nas últimas décadas, tem ocorrido no Brasil uma rápida expansão das culturas de produtos agrícolas para a exportação (café, cana-de-açúcar, soja, laranja etc.), quase sempre em detrimento daqueles produtos alimentícios destinados ao mercado interno (arroz, feijão, mandioca etc.), produtos esses que deveriam servir ao consumo da população brasileira (OLIVEIRA, 2012, p.77).

Esse tipo de expansão de culturas agrícolas, voltadas à exportação, é perceptível ao tomar-se como referencial a área do Brasil plantada com os cinco principais grãos.

Tabela 2 - Brasil área plantada com os cinco principais grãos (mil hectares).

	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
Arroz	3.018	2.967	2.875	2.909	2.765	2.820	2426,7	2.400	2.373	2.344
Feijão	4.224	4.088	3.993	4.148	3.609	3.990	3262,1	3.075	3.366	3.174
Milho	12.964	14.055	14.766	14.172	12.994	13.806	15178,1	15.829	15.829	15.166
Soja	22.749	20.687	21.313	21.743	23.468	24.181	25042,2	27.736	30.173	31.504
Trigo	2.362	1.758	1.852	2.396	2.428	2.150	2166,2	1.895	2.210	2.758
Total	45.317	43.554	44.799	45.368	45.263	46.947	48.075	50.936	53.951	54.946

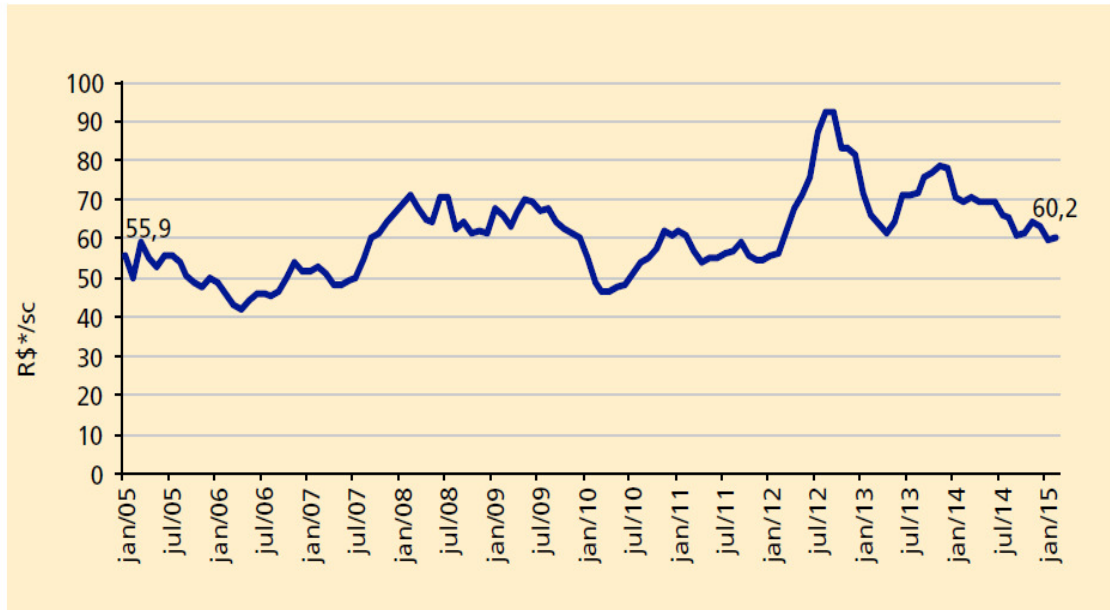
Fonte: AGE/MAPA e SGE/Embrapa.

Na Tabela 2, verifica-se o quanto a soja ocupa os maiores percentuais, sempre em crescimento, com exceção em 2006/07, período em que sofreu uma leve retração na área cultivada. Porém, nas safras seguintes segue em franca expansão. Enquanto isso, os outros grãos, além de sofrerem constantes oscilações, ainda apresentam reduções consideráveis ao

longo do período analisado. Apenas a área destinada ao cultivo do milho, apresenta certa estabilidade, com pequenas variações.

Essas variações, também são perceptíveis no preço da saca da soja, que oscilam muito a depender do comportamento do mercado, influenciado por uma série de fatores, tanto de ordem econômico, político bem como de condições climáticas.

GRÁFICO 8 - Evolução no preço da saca da soja.



Fonte: CEPEA-USP- * saca de 60 kg, deflacionados p IGPI-DI.

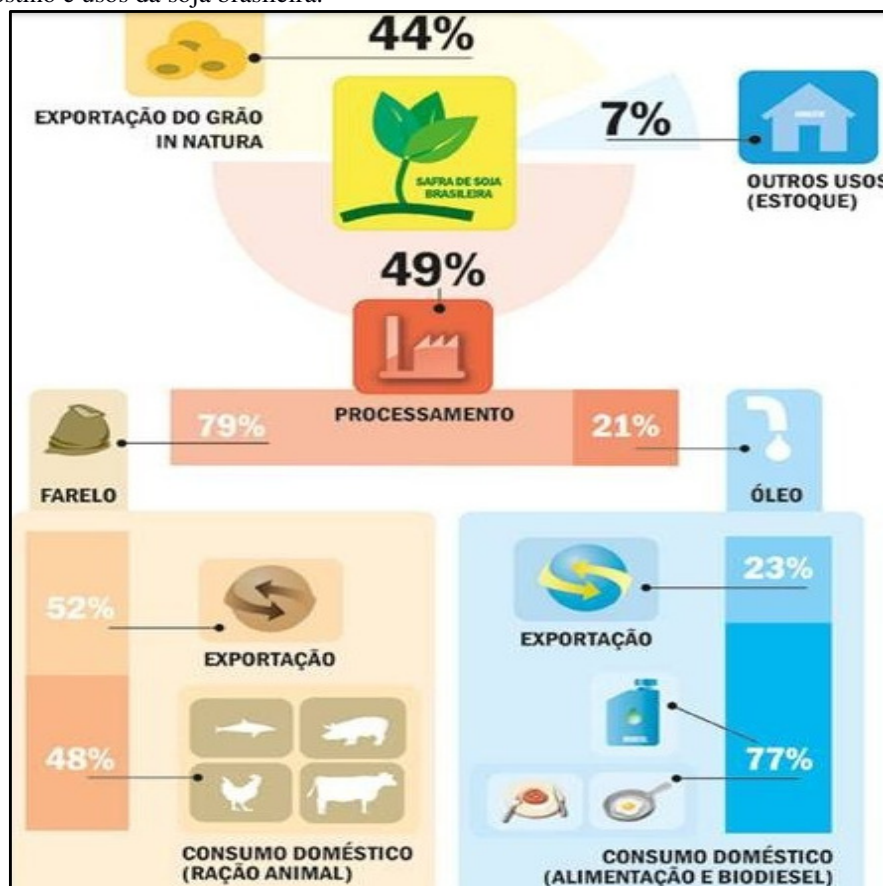
O Gráfico 8 retrata essas oscilações, fundamentando a tese de que é um cultivo que sofre constantes interferências de fatores de diversas ordens, tanto econômicos, políticos e climáticos. E essas interferências tem atuações diretas sobre as dinâmicas territoriais; expandido ou retraindo as áreas cultivadas. Ao observar o citado gráfico, percebe-se algumas oscilações que merecem atenção pormenorizada. Em 2010 houve uma queda nos índices de produção, influenciada pela queda nos preços da soja no mercado doméstico e o aumento dos valores dos fertilizantes, bem como devido a uma ferrugem asiática. Foi necessário adotar medidas como o vazio sanitário (período em que todas as terras destinadas ao cultivo de soja, ficam sem serem cultivadas). Porém não foi erradicada em virtude de fortes chuvas entre maio e setembro. Essa resistência também estimulou um maior uso de fertilizantes (CNA, 2010).

O mesmo gráfico também apresenta um aumento significativo nos índices de produção no ano de 2012. Segundo o IMEA (2012), isso aconteceu devido a quebra da safra nacional, da Argentina e dos Estados Unidos, onde atingiu em média R\$ 95,00, valor mais alto até então. Esse aumento ocorreu em virtude da redução na oferta.

Mesmo enfrentando esses processos de oscilações, o complexo de soja (grão, farelo e óleo), representam grandes geradores de divisas cambiais para o Brasil, tornando o autossuficiente nessa produção, conseguindo abastecer o mercado interno e vendendo o excedente para o externo (MAPA, 2014).

Considerando o que foi retratado anteriormente (Tabela 1), os produtos e os principais mercados consumidores da soja produzida no Brasil e destinada à exportação, torna-se prudente destacar o destino e os usos da produção de soja destinada ao mercado interno. A Figura 16 expõe de forma esquemática, como é utilizada a produção brasileira de soja. De tudo que é produzido no País, 44% é destinado à exportação *in natura*, em especial para a China, enquanto que 7% é direcionado para outros usos como shampoo, esmalte sabonete, etc., e estoque. Os 49% são utilizados no processamento de óleo e farelo, destinados sobretudo para alimentação humana e animal, bem como na produção de biocombustíveis, como o biodiesel. É essencial esclarecer que desse processamento, 52% do farelo e 23% do óleo são direcionados para exportação (CECHINEL, 2014).

Figura 16 - Destino e usos da soja brasileira.



Fonte: Aprosoja-MT.

Em decorrência dos seus vários usos e busca de áreas para se expandir, a soja então avança para a Amazônia, no Oeste do Pará, e encontra cenários propícios para sua expansão, em virtude do estoque de terras a preços reduzidos e que ainda apresentam características favoráveis a esse tipo de cultura, com algumas correções no solo, compensando os custos de produção, em relação a outras regiões já consolidadas.

Entretanto, essa expansão em novas áreas envolve meios ilícitos como: grilagem de terra, com apoio de cartórios e órgãos públicos, violência contra agricultores familiares, indígenas, povos e comunidades tradicionais (Gayoso, 2013). Essa expansão também é apoiada em agroestratégias, que segundo Almeida (2009, p.102) “compreendem um conjunto de iniciativas para remover os obstáculos jurídicos formais à expansão do cultivo de grãos e para incorporar novas extensões de terras aos interesses industriais...”.

Essas estratégias funcionaram no processo de expansão da cultura de grãos na Amazônia. Tomando como referencial os dados da CONAB (2013), a soja chega ao Pará nos anos de 1997/1998. Em relação a sua chegada ao Território do Baixo Amazonas-PA, segundo (IBGE, 2013; CONAB, 2013; CPT, 2010), começou a ser produzida em Santarém em 1997, porém Venturieri et al. (2007), afirmam que foi em 1999. Assim, apesar de não ser uma data uníssona, percebe-se que foi no final dos anos de 1990.

Entretanto, os primeiros cultivos experimentais de soja no território do Baixo Amazonas-PA, aconteceram na cidade de Santarém- PA, na área do planalto, em 1994, desenvolvida por iniciativas do grupo empresarial local, Quincó. Esse experimento, contou com o apoio da EMBRAPA, porém, não se obteve sucesso nessa empreitada. Assim, novas investidas desse grupo com amparo do Governo do Estado do Pará foram feitas em 1996, incluindo a contratação de uma firma específica, a Agrária Engenharia e Consultoria S.A. do Paraná, para lidar com esse plantio. Vários outros experimentos, com uso de tecnologia mais adequada, foram desenvolvidos com variação de cultivares, que proporcionaram ciclos mais longos, com vocação comercial. Esses resultados foram alardeados por uma caravana composta por representantes e interessados do poder público municipal que viajaram para o Mato Grosso, propagando a viabilidade da produção na região de Santarém-PA (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM, 1997).

Após essas investidas, a produção de soja em Santarém-PA, assume proporções em escala comercial e os primeiros registros de exportação desse grão, segundo Homma (*apud* ALMEIDA, 2005), datam de 1997, incluindo 165 toneladas, com destino a Roterdã, Holanda.

Vários foram os motivos que tornaram Santarém um polo produtor e exportador. Rodrigues (2004) destaca alguns motivos influenciadores tais como; hidrovias Teles Pires-

Tapajós e também o projeto de asfaltamento da BR 163, aumentando a competitividade e os lucros. Por sua vez, Bickel (2004), registra a construção do porto graneleiro da multinacional Cargill (Figura 17), inaugurado em abril de 2003, mesmo sem licenciamento ambiental, o que causou sérios embates e repúdio envolvendo várias associações e representações sociais, a variante da soja utilizada na região, que apresenta alta produtividade e boa adaptação às condições climáticas mais úmidas da Amazônia e ainda o preço da terra que a época de R\$ 50 elevaram até para R\$ 1.500/ha, porém ainda inferior aos R\$ 14.000 a R\$ 19.000/ha da região sul do país. Além do preço, a farta disponibilidade de terra antropizadas, que de acordo com Araújo et al. (2008), giravam em torno de 500 a 600 mil hectares, localizadas em áreas planas, o que facilitava a processo de mecanização.

Figura 17 - Porto graneleiro da multinacional Cargill em Santarém no Pará.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

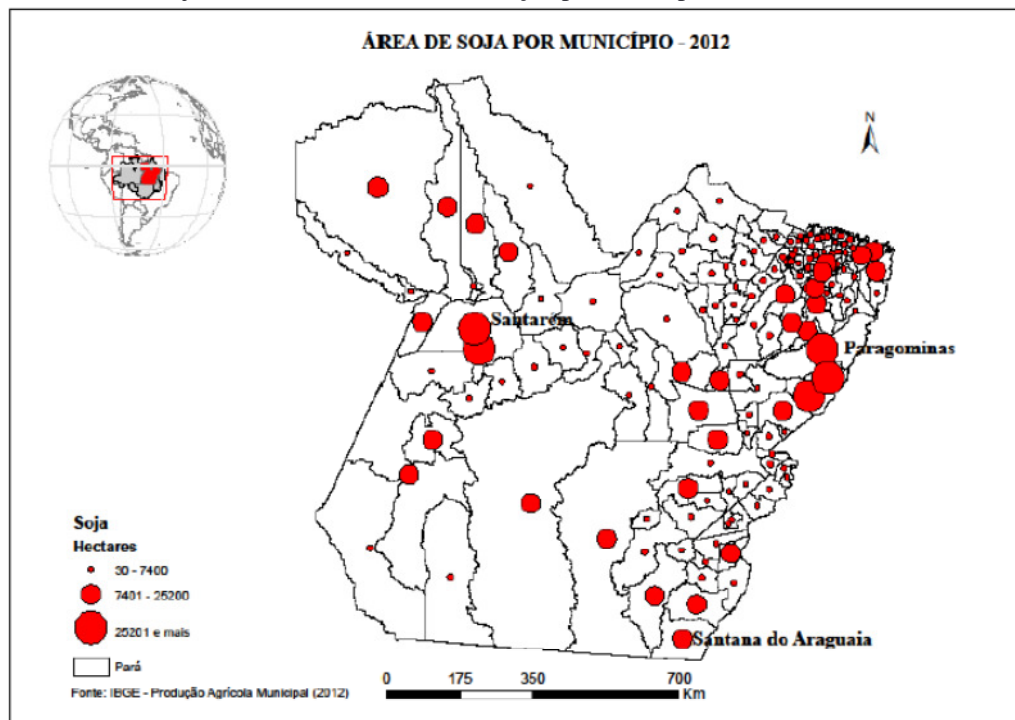
Além desses fatores, o território em questão vinha enfrentando problemas com a pecuária extensiva em virtude da febre aftosa, e os camponeses dessas áreas não disponham de incentivos, além de praticar a agricultura de subsistência, sem nenhuma assistência técnica.

Mesmo considerando essas vantagens, registram-se também algumas desvantagens, no Baixo Amazonas, sobretudo nos municípios de Santarém e Belterra, segundo Carvalho (1999), Rodrigues (2003) e Bickel (2004), onde foram identificadas as melhores áreas planas para o cultivo da soja; eram áreas pequenas, não legalizadas, ocupadas por pequenos camponeses que desenvolviam atividades de subsistência, e os produtores necessitam de grandes áreas para produzir os grãos. O que gerou uma série de conflitos envolvendo assédios

por terra. Com isso, muitas comunidades foram desarticuladas mediante essa expansão assistida.

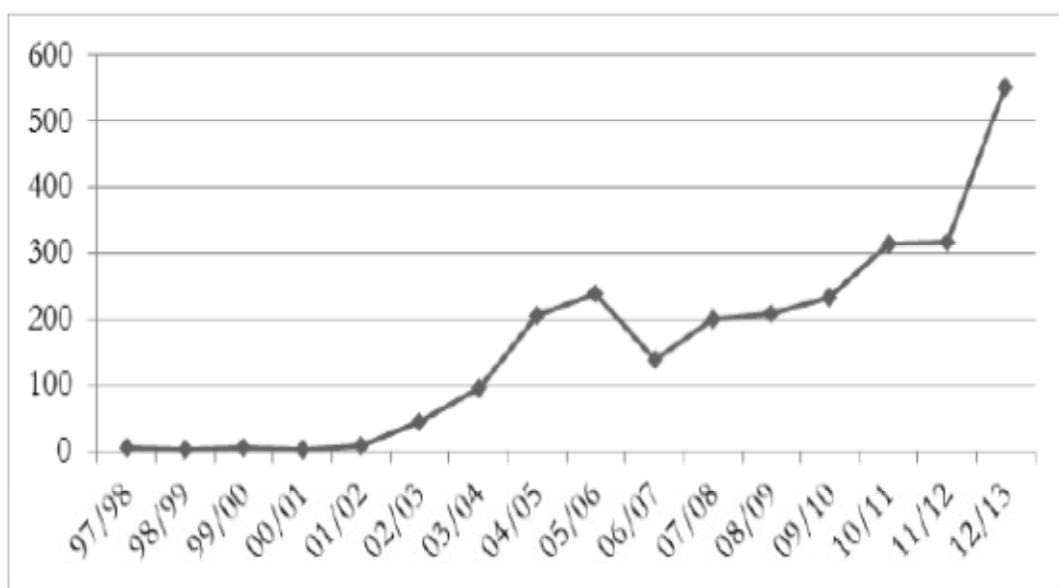
A expansão do cultivo de soja também foi percebida em vários outros municípios do Pará. Segundo Sauer e Pietrafesa (2013), existem outros dois polos já consolidados de cultivo de soja no Pará, um em Paragominas, Noroeste do Estado (que apresenta a maior área com plantio de soja no Pará) e outro em Santana do Araguaia, Sul do Estado. A Figura 18 retrata um aumento significativo da área cultivada com soja, nesses municípios, com destaque para uma maior concentração na região de Paragominas. Segundo a CONAB (2013), na safra de 1997/1998 eram de 2,6 mil hectares, em 2012/13 subiram para 172 mil hectares.

Figura 18 - Cultivo de soja no Estado do Pará – distribuição por município (2012).



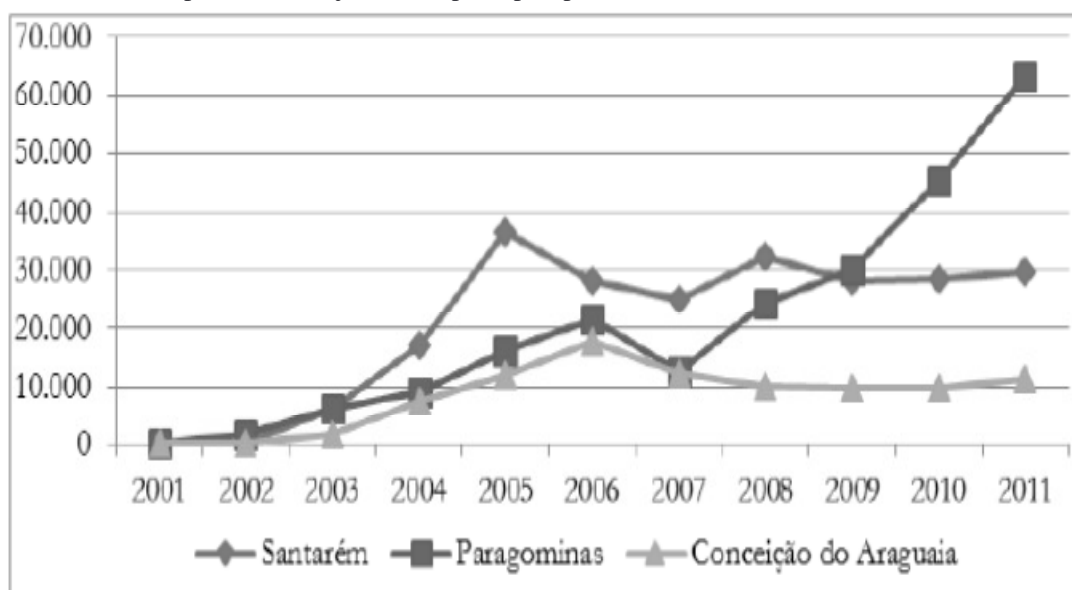
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2012). Elaboração: Ralph de Medeiros Albuquerque – Mader/FUP.

Também se verifica aumento considerável na produção de soja no Estado do Pará. O Gráfico 9 retrata essa expansão, tomando como referencial as safras de 1997/98 a 2012/13. Assim, a partir de 2002/2003, observa-se um aumento significativo na produção, (esse aumento coincide com o período da construção do Porto da Cargill, em Santarém, que acabou estimulando a produção de soja), com uma queda na safra 2006/2007. Essa queda, segundo Oliveira (2003), ocorreu em virtude de uma crise enfrentada pelo setor, agravada no Brasil devido uma seca no Sul e chuvas abundantes no Centro-Norte. Após apresentar algumas oscilações, aumenta vertiginosamente em 2012/2013.

GRÁFICO 9 - Produção de soja no estado do Pará (em mil toneladas).

Fonte: Série histórica: soja – safras 1997/98 a 2012/13 – CONAB (2013).

Como mencionando anteriormente, no Estado do Pará, a produção de soja concentra-se em três polos: Santarém, Paragominas, Conceição do Araguaia. Nesses polos, houveram aumentos significativos na área cultivada e na produção. Sauer e Pietrafesa (2013), tomando como parâmetro, os dados do IBGE (2013), expressam que em 2001 era pouco mais de mil hectares, porém em 2011 saltou para mais de 100 mil hectares. Milani et al. (2008), atesta que esse quantitativo superou a média nacional e a de outros países produtores de soja.

GRÁFICO 10 - Área plantada de soja nos três principais polos do Pará (em hectares) 2001-2011.

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2013).

O Gráfico 10, expressa o comportamento da cultura da soja nos três polos do Pará. O território de Santarém, apesar de apresentar a maior área cultivada com soja até 2006, perde espaço nos anos seguintes para a região de Paragominas. Assim, após alterações consideráveis a partir de 2007/2008, a área cultivada passa a estruturar-se nas seguintes proporções: Paragominas concentra 58% (63 mil hectares); Santarém, incluindo o Baixo Amazonas 28% (mais de 29 mil hectares) e a região de Conceição do Araguaia com 10% (mais de 11 mil hectares cultivados com soja).

Mesmo apresentando aumento considerável nos índices de produção de soja no Estado do Pará, torna-se necessário destacar que segundo, Sauer e Pietrafesa (2013), se tomarem como referencial a produção nacional de soja, o Pará não representa muito nas estatísticas das áreas, pois comportam apenas 1 % da área nacional, mas sim a velocidade com que essa expansão acontece Filgueiras et al. (2007), ainda destaca outro fator que merece ser frisado nesse processo expansivo em áreas de fronteiras agrícolas; que apesar de verificar-se aumento na produção, esta estaria ligada ao aumento de novas áreas produtivas do que a implementação de tecnologia, mesmo em meio aos discursos com viés inovadores.

Mas ao falar do processo de expansão territorial da cultura mecanizada da soja, torna-se essencial conhecer os motivos, os agentes, e as estratégias que motivaram esses “desbravadores” a deixarem suas terras, seu torrão natal, para instalarem-se em outras regiões. Essa é uma parte interessante da temática em tela, que envolve uma complexidade territorial e indenitária com diversos arranjos. Detalhes interessantes dessa “diáspora”, incluindo motivos influenciadores, formas de atuações, visões adotadas, são descritas com propriedades abaixo:

Trata-se por uma expansão capitalista explicada ao mesmo tempo pela concentração de terras no Sul do país, que com os latifúndios "fechou" a fronteira de ocupação; pela excessiva divisão dos minifúndios na área de colonização ítalo-germânica e, de um ponto de vista cultural, por uma espécie do mito de desbravador e de uma superioridade assumida por muitos descendentes de imigrantes, sempre em busca de "novas fronteiras" para "colonizar" (...) Assim, o propalado pioneirismo desses migrantes sulistas deve ser bastante relativizado. Primeiro, porque não estão simplesmente ocupando "terras de ninguém" e / ou que somente eles sabem como tornar produtivas; segundo, porque a modernização agrícola do lucro imediato que promovem nem sempre é assim tão "moderna", provocando danos ecológicos com práticas que incluem até mesmo o velho sistema indígena de queimada (em proporções muito maiores); e, terceiro, porque a modernização político-cultural que difundem também se restringe quase sempre apenas a alguns grupos, a maioria difundindo práticas e morais conservadoras das quais os CTGs geralmente constituem um dos bastões mais eficazes (HAESBAERT, 1996, p.392 -394).

Como se observa esse processo expansivo é extremamente emblemático e apresenta diversas facetas que não podem ficar à margem ao discorrer sobre a temática. Envolvem

questões referentes à ocupação de terras que já eram utilizadas para outras atividades, por outros grupos sociais e problemas ambientais e culturais. Além desses elementos, percebem-se ainda certas características específicas, como se verifica abaixo:

Alguns indivíduos personificam de maneira mais radical esta "condição moderna", agentes da globalização, da busca obsessiva pelo novo e de uma verdadeira paixão pelo movimento, pela "abertura de novas fronteiras", como afirmam. São "desbravadores", "novos bandeirantes", geralmente grileiros que estão sempre seguindo em frente, contratando capangas para "limpar o terreno" e prepara-lo para as levas de migrantes sedentos por terra barata e lucro, mas com um mínimo de infraestrutura e "legalidade". O atual processo "moderno", capitalista, de destruição de territórios extrapola as relações cotidianas e se projeta numa escala nunca antes verificada (...) (HAESBAERT, 1996, p.374 e 375).

Muitos desses migrantes, além de deslocarem-se para diversos pontos do país, também se estabeleceram no Território do Baixo Amazonas-PA, trazendo consigo características do *modus operandi* citado acima. Monteiro (2008), ao falar sobre esses migrantes que chegaram à região, expressa que em virtude da dificuldade de se reproduzirem socialmente em suas terras como pequenos agricultores, saem em busca de “uma fronteira aberta no país:” o território em tela. Ocasionalmente assim, dois movimentos distintos: um expansionista, onde os produtores mantêm as suas propriedades mais extensas nos estados de origem e outro movimento migratório, onde os produtores vendem as suas propriedades com proporções menores e migram em busca de novas áreas.

Na área em estudo, envolvendo as três comunidades, foi possível constatar essa dinâmica, ao perceber propriedades com plantações bem mais extensas, onde os proprietários não moravam na área, e poucos empregados desenvolvem as atividades da lavoura, pois tudo é mecanizado.

Figura 19 - Grande Fazenda produtora de soja, com silo para armazenamento de grãos, nas imediações da comunidade do Paca.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Na Figura 19, visualiza-se uma grande fazenda produtora de soja, nas imediações da comunidade do Paca, em suas dependências foi possível perceber silo para armazenagem de grãos, bem como depósitos cheios de fertilizantes, utilizados na correção dos solos. Inclusive não foi possível localizar o proprietário da área para entrevista. Essa propriedade se adequa no primeiro movimento expansionista, citado acima.

O outro tipo de movimento expansionista, envolvendo áreas com proporções menores, com as famílias residindo elas mesmas tocando as lavouras, apenas em alguns casos, contratam alguns trabalhadores temporários, para auxiliarem em serviços não mecanizados, também foi possível visualizar na área (Figura 20).

Figura 20 - Plantação de soja, com menor extensão, onde a própria família lida com a lavoura, na comunidade Açaisal do Prata.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Como exemplo da forma de expansão, onde os produtores venderam as terras, no seu Estado de origem e migraram para o Oeste do Pará, em busca de novas oportunidades de adquirir áreas com maiores extensões também são percebíveis. Foi entrevistada uma família produtora de soja, que migrou de Lucas do Rio Verde – MT, em 2004 para cultivar soja no planalto santareno, na comunidade do Prata:

As maiores dificuldades que enfrentamos aqui que lá onde morávamos era mecanizado, aqui não era. As áreas eram de pastagem. Mas começamos a plantar soja, milho e arroz em uma propriedade de 205 ha. Vinhemos para aqui, pois poderia aumentar a área da plantação, lá não, só tinha gente grande. Inclusive os vizinhos daqui até se dão bem, tem uma boa relação com eles. Pretendem ficar aqui (Suzenir Moreira de Almeida- Família produtora de soja na Comunidade do Prata, 2015).

Em relação a essas comunidades que apresentam cultivo de soja em suas áreas, verifica-se que é um tipo de atividade que gera poucos empregos diretos. Durante as entrevistas, só constatou-se um único registro de um comunitário local que trabalhava nos maquinários utilizados nas lavouras de soja. Os empregos que esse tipo de atividade gera, estão ligados ao comércio e serviços, tais como venda e manutenção de maquinários, armazéns.

Ao analisar o quantitativo da mão de obra utilizada nas lavouras de soja, Carvalho (1999), assegura que no Maranhão, verifica-se em média um trabalhador por cada 167 ha, em áreas com plantações mais extensas observa-se um para cada 200 ha.

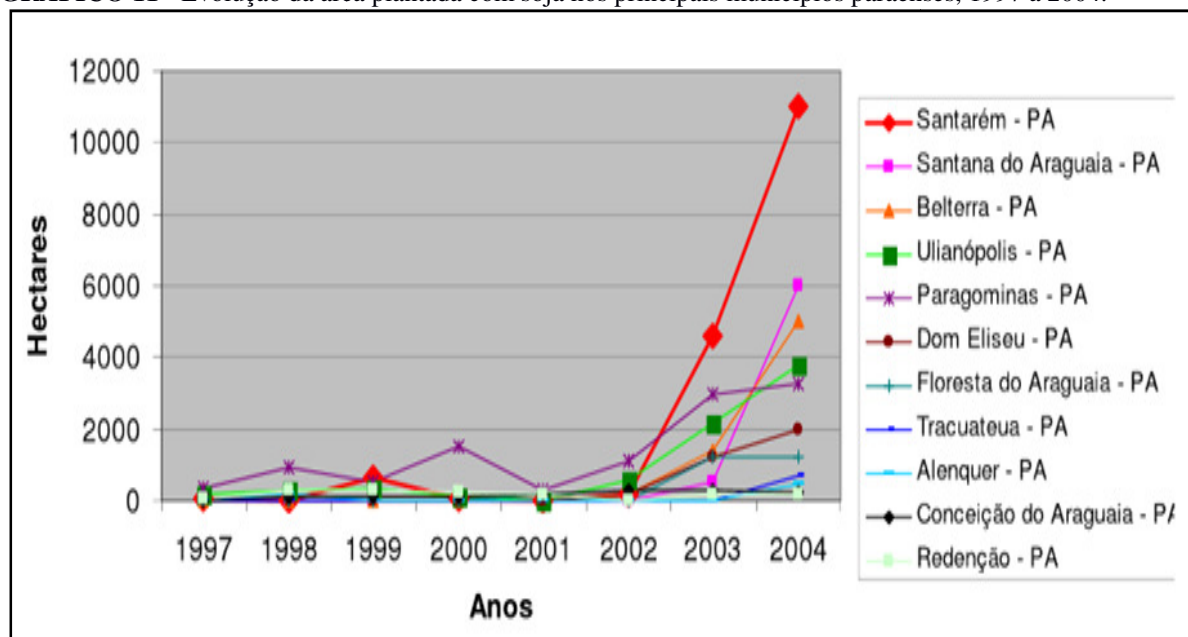
Nessa dinâmica expansiva territorial, esses investidores ou migrantes, ao chegarem à região, encontraram um cenário que de certa forma, apresentou-se como favorável ao encanto do agronegócio. E isso contribuiu para a venda das terras a preços atrativos a época, mas que depois se transformavam em armadilhas para os que venderam, pois não era o suficiente para adquirirem outros bens de valor equiparado. Essas vendas foram influenciadas por uma série de fatores. As principais características dessa região são descritas por Monteiro (2008, p. 10):

- i. Estagnação da economia rural familiar, principalmente dos sistemas de produção convencionais (mandioca, grãos, frutas), com baixa eficiência tecnológica, reduzida organização (cadeias fragmentárias em torno do mercado local e regional). Pesa também a remuneração do trabalho em níveis de subsistência, nenhum esforço direcionado de pesquisa, produção na difusão tecnológica dirigida para promover a economia rural em escala familiar;

- ii. Preço da terra praticamente simbólico e terras em posse de pequenos proprietários não regularizadas, sendo este um mecanismo de manutenção de uma falsa desvalorização dos imóveis rurais;
- iii. Deliberação das elites locais em aderir à modernização de suas bases produtivas, abandonando principalmente a pecuária, atividade rural em que os médios e grandes proprietários de terra haviam se ancorado nos anos 1980 e 1990.

Todas essas características vivenciadas pela região favoreceram o processo de expansão de cultivo da soja, imprimindo outra dinâmica territorial. Segundo a Comissão Pastoral da Terra - CPT (2004) e Puty (2007), imperaram nessa região um comércio ilegal de terras, e grandes agressões a pequenos agricultores, inclusive, o preço da terra passou de R\$ 300,00 ha, para R\$ 3.000,00. Isso ocasionou uma grande desarticulação e conflitos envolvendo questões relacionadas a terra. No Gráfico 11, verifica-se a expansão do cultivo da soja no Estado do Pará, e em especial no município de Santarém. Ele retrata o período áureo dessa expansão que se concentrou de 1997 a 2004. O que ocasionou grandes dilemas na dinâmica social da região.

GRÁFICO 11 - Evolução da área plantada com soja nos principais municípios paraenses, 1997 a 2004.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal, 2005.

Nesse período, onde essa evolução da expansão da área plantada com soja foi considerável em Santarém e Belterra-PA, bem como em outras áreas do Baixo Amazonas-PA, constata-se que houveram várias dinâmicas territoriais interessantes. Dentre elas destaca-se a atuação do mercado de terras, com estratégias diferenciadas, em virtude do grande estoque de

terras, envolvendo meios ilícitos, como grilagem, com influência de redes de cartórios e demais órgãos públicos.

Nesse mercado de terra, Costa (2011, p.334), identifica três categorias que apresentam valorizações diferentes; “terras com mata, terras de pastagem e terras de lavoura”. O preço da terra sofre influência a depender da localização, da infraestrutura para escoamento e se é uma área mecanizável ou não. Na Tabela 3, verifica-se que na região que compreende municípios do Baixo Amazonas-PA, houve uma valorização diferenciada, com destaque para as terras mecanizáveis, que já eram ocupadas por camponeses de longas datas. Os municípios de Santarém, Belterra, Alenquer, Monte Alegre e Oriximiná e áreas do entorno da Transamazônica, e com áreas com pastagens formadas ou terra agrícola, apresentaram as maiores valorizações. Também foram as mesmas áreas, onde se identificou a expansão do cultivo de grãos. Outro ponto a destacar é que as áreas que apresentam terras com matas, próximas a BR 163, também sofreram valorização, semelhantes com as áreas agrícolas. O que não aconteceu com as terras de matas que localizavam distante da BR 163, bem como da Transamazônica.

Tabela 3 - Preço da terra por tipo na região de Santarém: 2010-2011.

Tipo de Terra	2010 (R\$/ha)	2011 (R\$/ha)
Mata (Monte Alegre/Alenquer/Oriximiná) distante da BR	220	400
Mata (Monte Alegre/Alenquer/Oriximiná) próximo à BR	450	500
Mata (Santarém/Belterra/Transamazônica) distante da BR	350	500
Mata (Santarém/Belterra/Transamazônica) próximo à BR	750	1.000
Pastagem formada (Monte Alegre/Alenquer/Oriximiná) mecanizável	450	900
Pastagem formada (Monte Alegre/Alenquer/Oriximiná) não mecanizável	400	550
Pastagem formada (Santarém/Belterra/Transamazônica) mecanizável	850	1.200
Pastagem formada (Santarém/Belterra/Transamazônica) não mecanizável	500	600
Pastagem nativa em várzea (Monte Alegre/Alenquer/Oriximiná)	80	120
Terra agrícola (Monte Alegre/Alenquer/Oriximiná)	475	1.000
Terra agrícola (Santarém/Belterra/Transamazônica)	800	1.500
Terra agrícola com café/cacau (Trairão/Rurópolis/Medicilândia)	3.500	5.000

Fonte: FNP, 2011, p. 43.

Os dados contidos na Tabela 4, foram provenientes de pesquisa realizada por Gayoso (2012), junto ao Cartório de 1º Ofício de Santarém-PA e expressam um pouco o teor das características de algumas negociações realizadas, envolvendo a aquisição de terras no período de 1999-2009. Verifica-se sobre os mesmos que dos 257 negócios realizados na

região de Santarém-PA, 2009, envolveram áreas com extensão menor de 100 hectares. O que reforça a tese de que o avanço do agronegócio de grãos se deu, sobretudo, nas áreas de camponeses. Consta-se também, que o período entre 2001 a 2005, foi o intervalo que mais aconteceram negociações envolvendo terras, um total de 188. As áreas compreendidas entre 1000 a 5000 hectares foram as que apresentaram menor negociação, apenas 19. Período considerando de intensa expansão da cultura de grãos. Essas negociações referem-se à compra e venda permutas e contratos de comodatos.

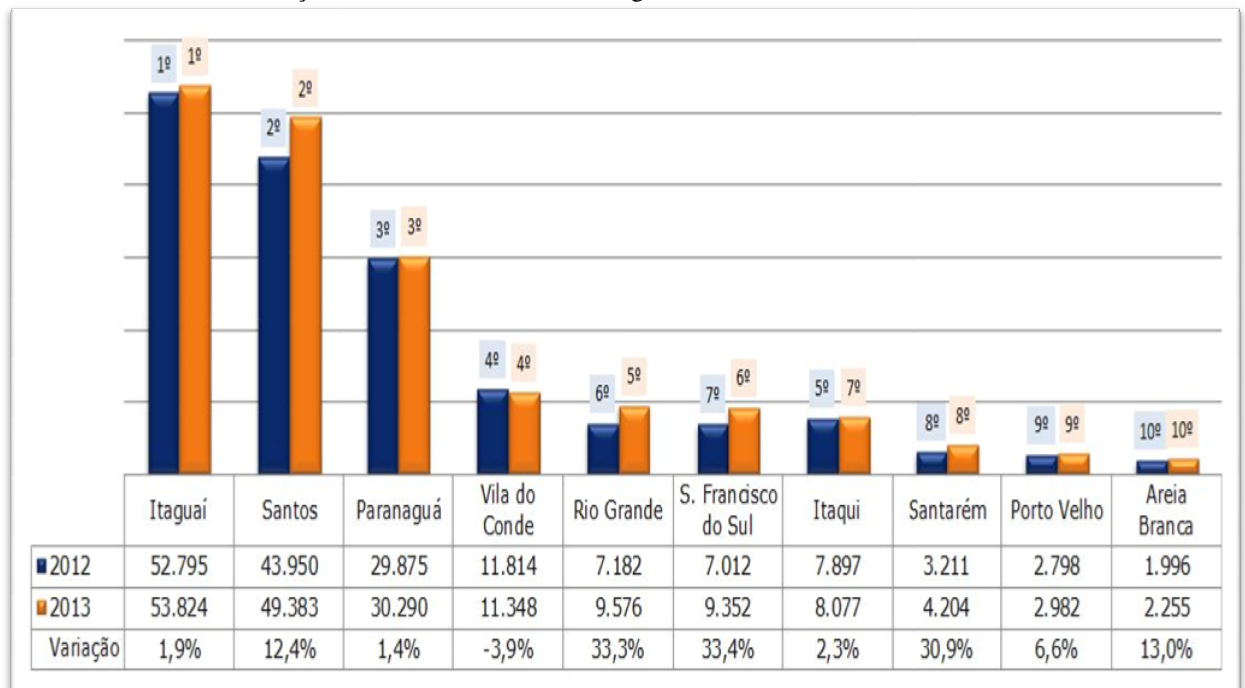
Tabela 4 - Número de negócios por estrato de área, na Região do Baixo Amazonas, de 1997-2009.

Ano	Número de Negócios						Total
	Estrato de Área (ha)						
	0 < 100		100 < 1000		1000 < 5000		
	N	%	N	%	N	%	
1997 - 2000	16	94,10	1	5,9	-	-	17
2001 - 2005	162	86,17	24	12,77	2	1,06	188
2006 - 2009	31	59,61	4	7,69	17	32,7	52
Total	209	81,32	29	11,28	19	7,40	257

Fonte: Pesquisa no cartório do 1º Ofício, Santarém, 2010.

Foi uma expansão considerável, e nesse contexto o Estado funcionou como mentor, como assegura Noronha e Schlesinger (2006), ao fornecer tecnologia, infraestrutura e financiando fazendas de soja e processadores de grãos por meio do Banco da Amazônia. A EMBRAPA também contribuiu, fornecendo estudos sobre a qualidade dos solos, e até a Prefeitura Municipal de Santarém fazendo propaganda para estimular a vinda dos produtores.

A construção do Porto da Cargill, mais tarde, em 2003, com já citado, também contribuiu para essa expansão de grãos do Mato do Grosso e do Pará. Como se observa nas movimentações de Granéis Sólidos, movimentados pelos Portos Organizados em 2013, Santarém aparece no oitavo lugar, em virtude das exportações de grãos (Gráfico 12).

GRÁFICO 12 - Movimentação de Granel Sólido Portos Organizados- 2012 e 2013.

Fonte: ANTAQ em mil toneladas.

Tomando como referencial o cenário expansivo do Porto da Cargill em Santarém-PA, e ao analisar o desempenho das exportações portuárias a granel, este ocupou o oitavo lugar na movimentação de *commodities* no ano de 2013. Inclusive, de uma forma geral, houve um aumento significativo nas exportações de soja no mesmo ano, um total de 42,8 milhões de toneladas (US\$ 22,8 bilhões), com maior movimentação no Porto de Santos. Desse quantitativo, 28,7% foram provenientes do Mato Grosso, 18,5% do Rio Grande do Sul e 17,5% do Paraná (PORTOS DO BRASIL, 2013).

Após discorrer sobre os motivos influenciadores e os agentes envolvidos nesse processo expansivo, torna-se prudente destacar a logística para escoar toda essa produção de grãos. A Figura 21 destaca as vias de acesso utilizadas para esse transporte. A produção sai do Mato Grosso, sobretudo nos arredores dos municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop, percorrendo a BR 163, até chegar ao Porto de Santarém-PA, onde segue através de balsas pelo Oceano Atlântico, com destino aos mercados consumidores da Europa e da Ásia.

Figura 21 - A logística de escoamento da soja pela BR 163.



Fonte: Amazonia.org.br.

Entretanto, nesse trajeto, alterações significativas estão sendo feitas, no distrito de Miritituba, pertencente ao município de Itaituba-PA, com a finalidade de encurtar a distância e baratear o transporte. Nesse distrito, foi construído um entreposto, que recebe as carretas carregadas de grãos e transfere esses carregamentos, para serem conduzidos através de balsas, pelo rio Tapajós, até o Porto de Santarém-PA. Segundo Barros, (2013, p.1), “não só haverá um encurtamento das distâncias, mas também o uso de barcaças representa economia no transporte, pois cada uma carrega 200 mil toneladas de grãos, ou seja, faz o serviço de 50 caminhões”.

Diante desse cenário, que se desenha, enquanto a BR 163, não está completamente asfaltada, várias empresas (Bunge, Cargill, Hidrovias do Brasil e Cianport), começaram a desenvolver projetos de criação de um novo corredor de exportação. Essa nova logística

envolve investimentos no valor de R\$ 3 bilhões, em média, em infraestrutura e instalações de estações de transbordo, armazéns, terminais portuários, empurradores e embarcações. Tudo isso para escoar a produção de até 20 milhões de toneladas de grãos, provenientes do Mato Grosso, singrando os portos da Bacia Amazônica (AMAZONIA.ORG.BR/2013).

Inclusive, alguns trechos da BR 163, ainda não estão asfaltados, principalmente entre as cidades de Novo Progresso-PA e Rurópolis-PA, o que em muito dificulta o processo de escoamento de grãos. Em algumas situações, muitos caminhoneiros ficam vários dias parados na estrada, principalmente quando chove, pois as carretas não conseguem subir determinados trechos, e acabam ficando dias esperando que as condições melhorem para seguir viagem.

Figura 22 - Trecho da BR 163, entre Novo Progresso-PA e Rurópolis, formando 15 km de congestionamento em virtude de atoleiro na estrada.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

A Figura 22 capta um desses momentos, onde se formou uma fila de carretas, perfazendo um total de 15 km, entre Novo Progresso e Rurópolis-PA. Esses congestionamentos são comuns na região, em virtude das chuvas, o que torna muitos trechos intrafegáveis, e os caminhoneiros chegam a esperar dias, para seguirem viagem. Alguns caminhoneiros, que não conheciam a realidade da estrada e tomam como referencial outros trechos da BR 163 no Estado do MT, chegaram a expressar que haviam se arrependido de

aceitar o frete para transportar grãos em estradas tão complicadas. Aguarda-se que o processo de asfaltamento seja concluído, tanto para facilitar o escoamento de grãos, bem como o tráfego dos moradores da região.

3.3 A produção da soja e o desmatamento no Baixo Amazonas-PA.

Ao analisar a produção de soja na Amazônia brasileira, a mesma está atrelada a uma série de fatores, como por exemplo, o preço das *commodities*, bem como os subsídios governamentais, que atuam de diversas formas, sobretudo na implantação de infraestrutura.

A princípio é essencial destacar que essa produção envolve certos investimentos de grande soma de capital, incluindo maquinaria, preparação de terreno e insumos agrícolas. O que a torna uma cultura praticada essencialmente por grandes empresários em detrimento de pequenos agricultores, tornando-a extremamente concentradora de renda (KAIMOWITZ et al., 1999). Segundo Fearnside (2006), toda essa concentração de renda, gera uma grande influência política associada às poderosas elites locais, criando certas repercussões negativas nas sociedades em que se verificam essas transformações em curso.

Destaca-se também, segundo Helfand (1999) e Fearnside (2006), a facilidade que esses grandes produtores tem para adquirirem crédito agrícola para a compra de insumos, incluindo sementes, agrotóxicos, tratores e demais maquinários, a taxas menores, levando em consideração o risco de inadimplência. Esse tipo de crédito ainda é influenciado por “lobbies” de grandes proprietários, com isso a soja é a cultura preterida pelos bancos, em virtude dos títulos de terra seguros.

Em relação a essa produção, Fearnside (2006, p. 305), destaca alguns limites que interferem nesse processo nas grandes áreas da Amazônia, tais como: fosfatos, que necessitam serem importados de outros lugares, os melhores solos de terra roxa (Alfisol) em escala comercial, estão em áreas de topografia acidentada. Entretanto, a região em estudo conta com um diferencial, pois “O polo de Santarém tem uma jazida grande de calcário perto de Itaituba”. Esse aparato favorece ainda mais a produção, considerando que a recomendação é a seguinte: “O calcário deve ser reaplicado a cada três anos. A exigência de calcário é de 4-8 t/ha, que é calculado com base na saturação de alumínio no solo conforme a recomendação do escritório local da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (BRASIL, EMBRAPA, 1998, p. 62)”.

Figura 23 - Comina, empresa mineradora, localizada nas imediações entre Itaituba e Rurópolis-PA, que produz calcário, utilizado no cultivo da soja.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

A Figura 23 retrata a Comina, uma empresa mineradora, que explora calcário dolomítico, utilizado nos cultivos de soja nas fazendas produtoras, no Território do Baixo Amazonas-PA. Além dessa, registra-se também a Cal Reis, (Figura 24), que se localiza também na mesma área e também explora calcário, uma ao lado da outra.

Esse percentual beneficia ainda mais a região em tela, o que tende a atrair os produtores, pois em áreas de florestas desmatadas recentemente, requer 2 t/ha de calcário, contra 4-6 t/ha em cerrado (HOMMA; CARVALHO, 1997).

Figura 24 - Cal Reis, empresa mineradora, produtora de calcário, localizada nas imediações entre Itaituba e Rurópolis-PA.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

As atuações conjuntas desses fatores estimulam o acréscimo ou decréscimo da produção de soja. Diante desse processo expansivo do agronegócio da soja no Baixo Amazonas-PA, torna-se pertinente analisar a relação entre o desmatamento e a produção de soja. E ao referir-se ao desmatamento Rodrigues (2004), enfatiza que este altera o clima global, também é uma das principais fontes de emissão de carbono na atmosfera, ocasionando aumento do efeito estufa.

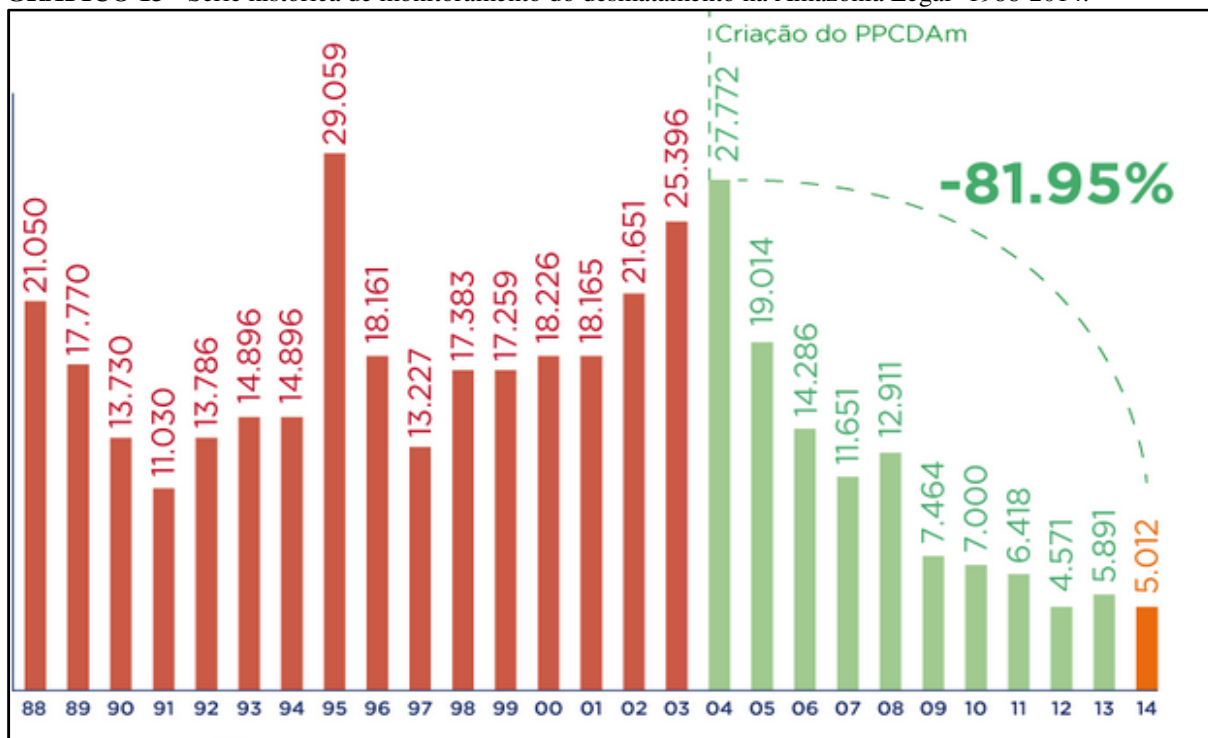
Em decorrência desse cenário, surge um questionamento extremamente pertinente; afinal o cultivo da soja provocou o desmatamento? Muitos estudos foram desenvolvidos com a finalidade de expor as verdadeiras causas do desmatamento, destacando, sobretudo a relação existente entre este e as estratégias de desenvolvimento econômico que são implementadas para a região.

Antes de discorrer sobre as elucidações dos estudos sobre as causas do desmatamento, faz-se necessário demonstrar os índices do mesmo. Ao observar os índices de desmatamentos na Amazônia Legal¹², constata-se que estes apresentaram algumas oscilações. O Gráfico 13

¹²- Amazônia Legal é formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, de Mato Grosso, do Pará, de Rondônia, Roraima e do Tocantins. Segundo o Inpe, os números divulgados pelo Prodes são mais importantes

demonstram de forma bastante didática as oscilações, acréscimos e decréscimos nesses índices, tomando como referencial o período que esses dados começaram a ser contabilizados 1988 a 2014.

GRÁFICO 13 - Série histórica de monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal- 1988-2014.



Fonte: MMA, 2015.

É fundamental destacar que o desmatamento nesse território, está ligado à expansão da produção de grãos e pecuária. Ao analisar os dados historicamente, constata-se que em 1995, registraram-se os maiores índices de desmatamento, 29.059 km², seguidos pelo ano de 2004, com 27.772 km². Esse incremento tem ligações com as políticas econômicas, que favorecem essa expansão.

A alta apresentada em 2004 levou o governo a implantar nesse período, o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). Esse plano compreendia políticas públicas, incluindo criação de áreas de proteção e ações voltadas para a manutenção da floresta em pé, envolvendo atividades de monitoramento, fiscalização e controle contra o desmatamento ilegal.

porque são mais precisos do que os do sistema de detecção do desmatamento em tempo real (Deter), que divulga informações mensalmente.

Durante todo esse tempo de registros, a menor taxa de desmatamento, foi registrada em 2012, com um total de 4.571 km². Desde a criação do PPCDAm, identificou-se uma redução de 81,95%. O ano de 2014 contribui com essa redução, ao apresentar um quantitativo de 5.012 km². Destaca-se que o quantitativo para a Amazônia Legal, estipulado pela legislação ambiental brasileira sobre mudança do clima até 2020 é uma taxa anual de no máximo 3.915 km².

Considerando o quantitativo por Estados na última década, os que mais apresentaram redução na taxa de desmatamento foram: Mato Grosso (-91%), Rondônia (-82%) e Pará (-79%). Já os que menos apresentaram foram: Acre (-58%), Amapá (-33%) e Roraima (-30%). Vários fatores influenciaram nesses dados, fiscalizações mais intensas, a expansão agrícola, bem como desmate em pequenas áreas agrícolas e assentamentos rurais de reforma agrária (MMA, 2015).

Para se ter uma visão mais detalhada da situação do desmatamento na Amazônia Legal, a Tabela 5, apresenta esses quantitativos entre 2004 até 2014. Registram-se algumas oscilações vivenciadas ao longo dos períodos. O Estado do Pará apresentou grandes índices de desmatamentos, superando o Estado do Mato Grosso a partir de 2006.

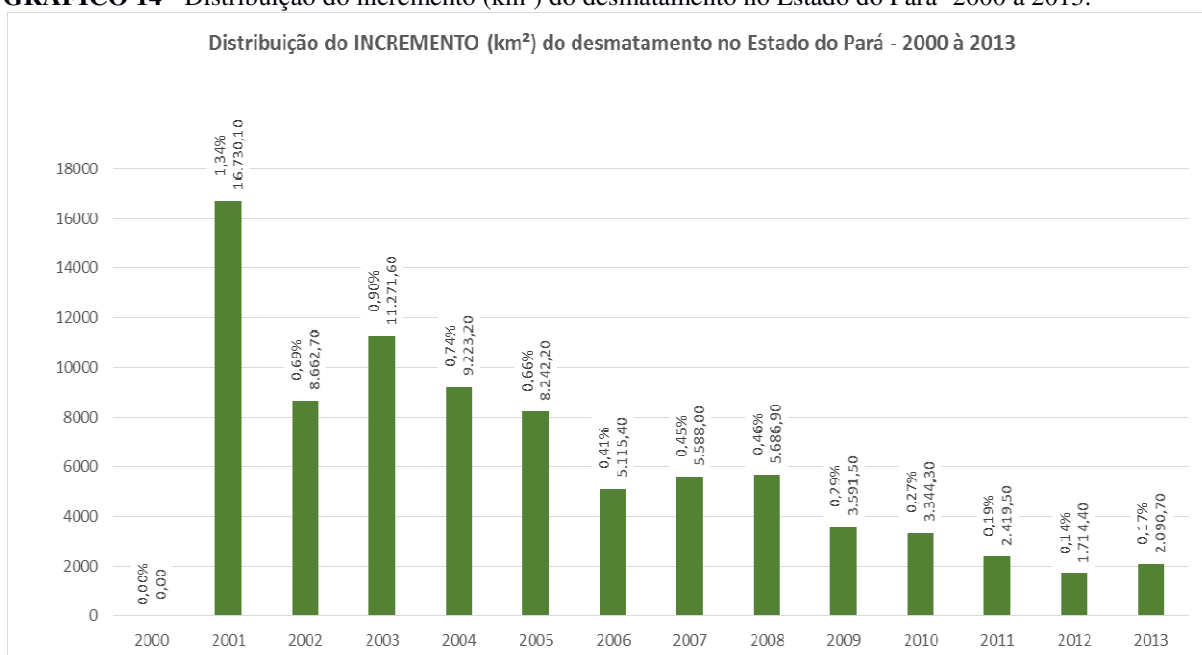
Tabela 5 - Taxas de desmatamento na Amazônia Legal - 2004 – 2014.

Estado\Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var. 2014-2013	Var. 2013-2004
Acre	728	592	398	184	254	167	259	280	305	221	309	40%	-58%
Amazonas	1232	775	788	610	604	405	595	502	523	583	500	-14%	-59%
Amapá	46	33	30	39	100	70	53	66	27	23	31	35%	-33%
Maranhão	755	922	674	631	1271	828	712	396	269	403	257	-36%	-66%
Mato Grosso	11814	7145	4333	2678	3258	1049	871	1120	757	1139	1075	-6%	-91%
Pará	8870	5899	5659	5526	5607	4281	3770	3008	1741	2346	1887	-20%	-79%
Rondônia	3858	3244	2049	1611	1136	482	435	865	773	932	684	-27%	-82%
Roraima	311	133	231	309	574	121	256	141	124	170	219	29%	-30%
Tocantins	158	271	124	63	107	61	49	40	52	74	50	-32%	-68%
Amazônia													
Legal	27772	19014	14286	11651	12911	7464	7000	6418	4571	5891	5012	-15%	-82%

Fonte: INPE, 2014.

Como a área da pesquisa está localizada no estado do Pará, foram considerados os índices de desmatamento do mesmo para análise mais detalhada. Analisando os dados, verifica-se que desde 2006, apresenta os maiores índices nas taxas anuais de desmatamento, Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia, PRODES (2014)¹³.

¹³ O sistema de monitoramento do desmatamento na Amazônia é realizado pelo INPE, o primeiro sistema foi criado em 1988, chamado de Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes). Ele serve para

GRÁFICO 14 - Distribuição do incremento (km²) do desmatamento no Estado do Pará- 2000 a 2013.

Fonte: INPE, 2013.

Segundo o Gráfico 14, que retrata o incremento do desmatamento no Estado do Pará, verificam-se constantes oscilações ao longo do período analisado. Após 2006, os índices desse incremento experimentaram oscilações, ora com um aumento, ora com reduções. Essas variações estão ligadas as políticas econômicas, as formas de repressões, dentre outros.

Ao considerar os dados atuais, os índices sofreram algumas alterações. O Estado do Mato Grosso, está liderando os índices do desmatamento e o Pará, está em segundo. Em termos gerais, na Amazônia Legal, constatou-se 2.780 Km² de desmate, com um aumento de 65% do desmatamento tomando como referencial o período anterior, entre agosto de 2013 a junho de 2014, quando se atingiu 1.690 Km². Desse quantitativo, o Estado que mais desmatou, foi o Mato Grosso, com um aumento de 149% em relação ao período anterior. Já o Pará, ficou em segundo lugar nos índices de desmatamento, com 639 km², seguido por Rondônia, com 582 km. Apesar da atuação das atividades madeireiras e das queimadas, houve

produzir os dados do desmatamento na Amazônia Legal a corte raso, através das taxas anuais que tomam como referencial o período até 1º de agosto do corrente ano, com a finalidade de auxiliar no planejamento de ações de longo prazo. Toma-se como referencial imagens Landsat e de outros satélites. O outro sistema de monitoramento é o Detecção do Desmatamento em Tempo Real (DETER) criado em 2004, que tem por finalidade de produzir levantamentos rápidos mensal o Deter é um sistema criado em 2004 com objetivo de produzir levantamento rápido mensal de alerta para suporte à fiscalização e controle de desmatamento, indicando áreas de corte raso quanto em processo de desmatamento por degradação florestal. Dados produzidos pelo sistema são enviados ao IBAMA, de 15 em 15 dias, para serem realizadas atividades de fiscalizações. Fonte: <http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php>. Acesso em 12 de set de 2015.

uma redução de 81, 95% em relação a junho de 2014, em toda a Amazônia Legal (MMA, 2015).

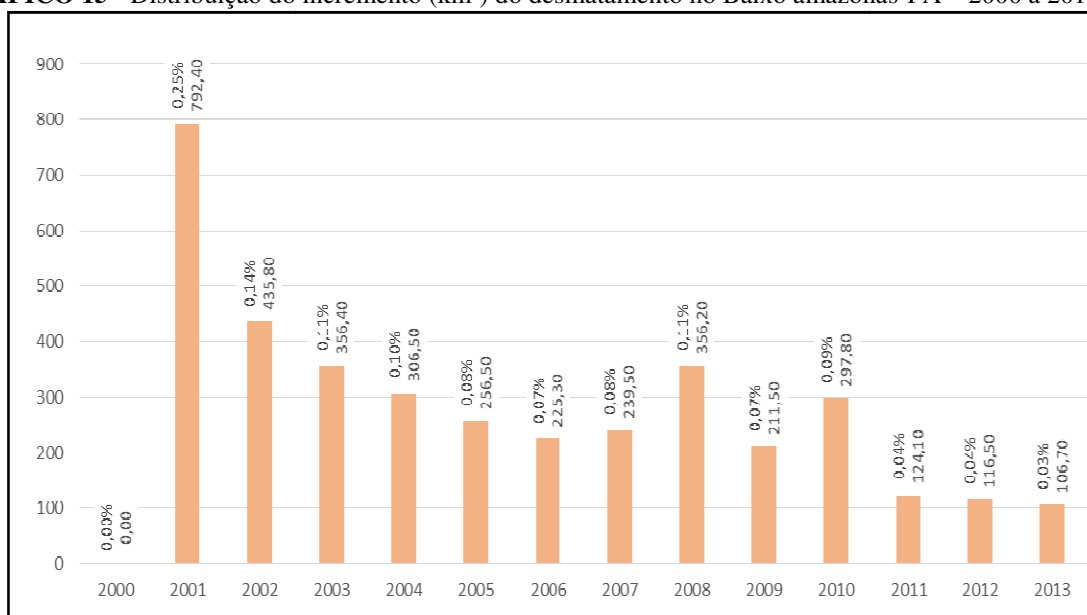
A ação de desmatamento no Pará tem um *modus operandi*, bem característico, pois ele acontece predominantemente em áreas públicas, envolvendo grilagem e sérios conflitos, incluindo populações tradicionais. De acordo os dados do PPCDAm, até julho de 2014, o Pará detinha 11 municípios na lista dos maiores desmatadores da Amazônia.

As causas desses desmatamentos são variadas, segundo alguns estudos. Dentre os principais estudos sobre a temática, destacam-se as seguintes interpretações: Carvalho (1999), Bickel (2003 e 2004) e Rodrigues (2004), destacam como fator de promoção do desmatamento a cultura da soja, de forma direta e indireta. A atuação da forma direta verifica-se através da compra de áreas florestadas, que são desmatadas para cultivo de uma ou duas safras de arroz e posteriormente a soja. Indireta, pois utilizam áreas que antes eram ocupadas por agricultores tradicionais e por pastagens, e estes passam a adentrar novas áreas de florestas, provocando novos desmatamentos.

Por sua vez, Margulis (2001) e Brandão et al. (2005), apresenta uma visão contrária, ao destacar que a maior promotora do desmatamento na Amazônia, é a pecuária, em vez da soja, em virtude do alto custo do desmatamento e também da correção do solo para plantio de grãos. Para Alencar (2005), as diferenças econômicas regionais provocam também diferenças entre os principais atores que promovem o desmatamento.

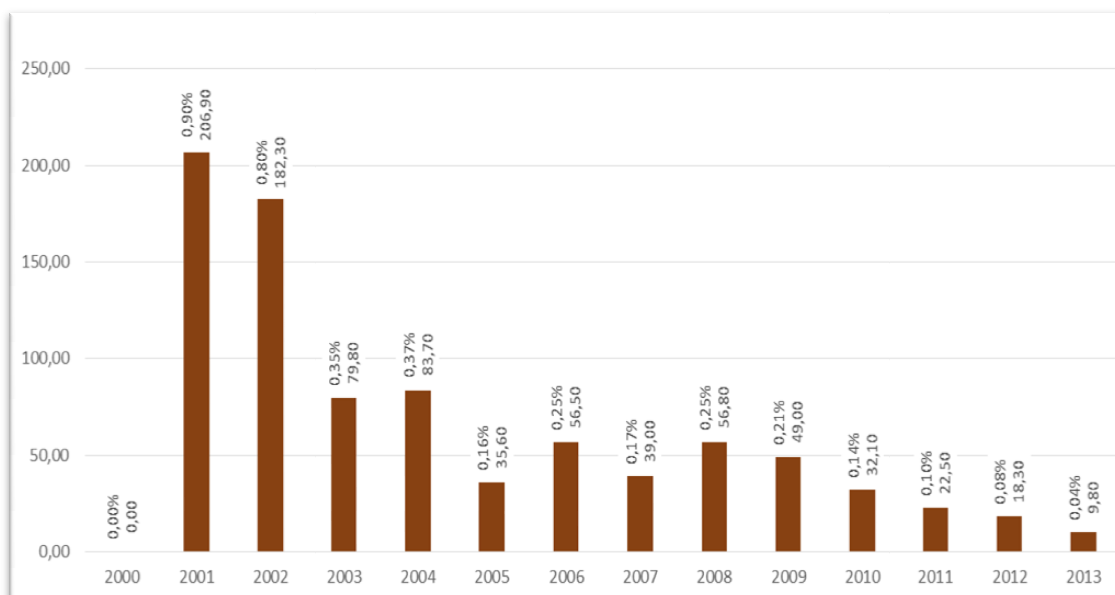
Estudos sobre o desmatamento e pecuária, desenvolvidos por (CASTRO 2007; CASTRO, MONTEIRO e CASTRO, 2002 e CASTRO e MONTEIRO, 2007) e sojicultora e mercado de terras (GAYOSO DA COSTA, 2012), retratam uma intensa relação, onde as florestas originárias eram utilizadas para a exploração madeireira, servindo para capitalização monetária e financeira, e em seguida eram transformadas em “Terra de Pastagem” e posteriormente, toda área ou parte dela em “Terra de Lavouras”. Esses mesmos estudos atestam que no Território do Baixo Amazonas-PA, além da dinâmica expressa acima, verificou-se em alguns casos, a supressão da “Terra de Pastagem”, para a transformação das florestas originárias em “terras” e estas para “Terras de Lavouras”.

O Gráfico 15, demonstra constantes oscilações nos índices de desmatamento no Baixo Amazonas-PA ao longo do período de 2000 a 2013. Segundo as entrevistas colhidas, entre 2000 a 2005, foi um período de intensa expansão da cultura de grãos, que refletiram nos índices de desmatamento. O período de 2008 e 2010, também expressou um considerável aumento, aliados à política econômica.

GRÁFICO 15 - Distribuição do incremento (km²) do desmatamento no Baixo amazonas-PA – 2000 a 2013.

Fonte: INPE, 2014.

As comunidades foco do presente estudo, pertencem as áreas de Santarém-PA e Belterra-PA, por isso, torna-se essencial analisar o comportamento do desmatamento ao longo do período de 2000 a 2013, para ter-se uma ideia desses índices.

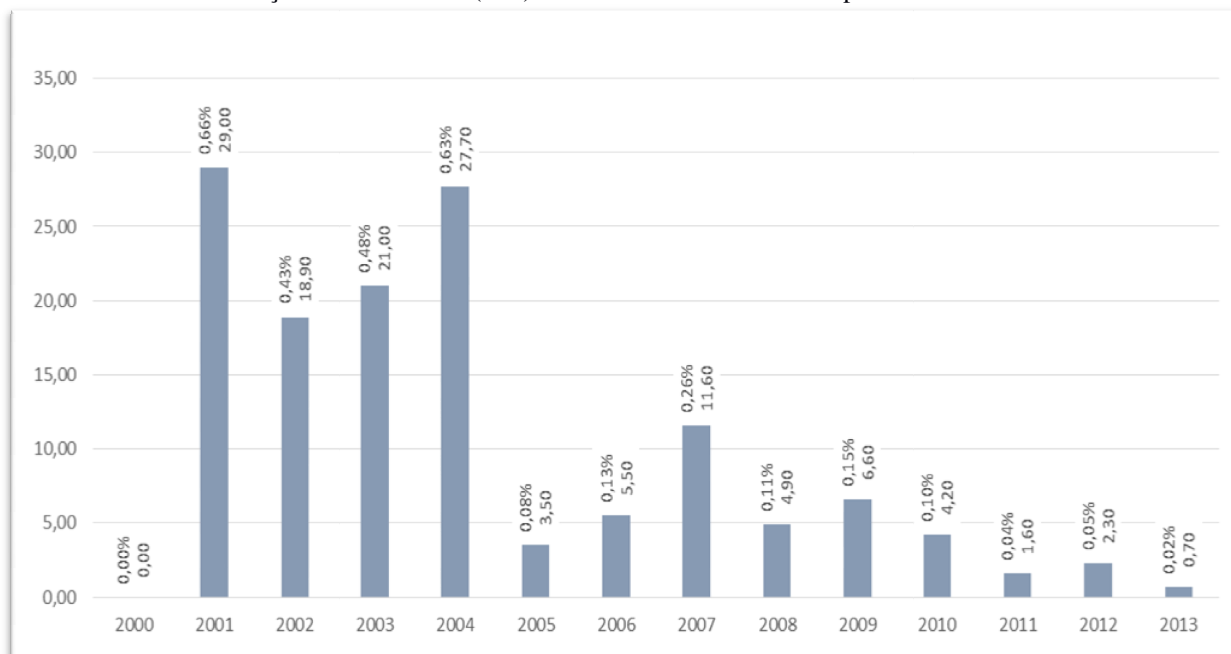
GRÁFICO 16 - Distribuição do incremento (km²) do desmatamento no município de Santarém-PA – 2000 a 2013.

Fonte: INPE, 2014.

No município de Santarém-PA, percebe-se através do Gráfico 16, que o incremento dos índices de desmatamento sofreu oscilações, crescendo no período de implantação do cultivo mecanizado de grãos entre 2001 a 2004. Em 2005 houve um decréscimo considerável,

com mais algumas oscilações a depender do momento econômico, e uma significativa redução em 2013.

GRÁFICO 17 - Distribuição do incremento (km²) do desmatamento no Município de Belterra-PA. 2000 a 2013.



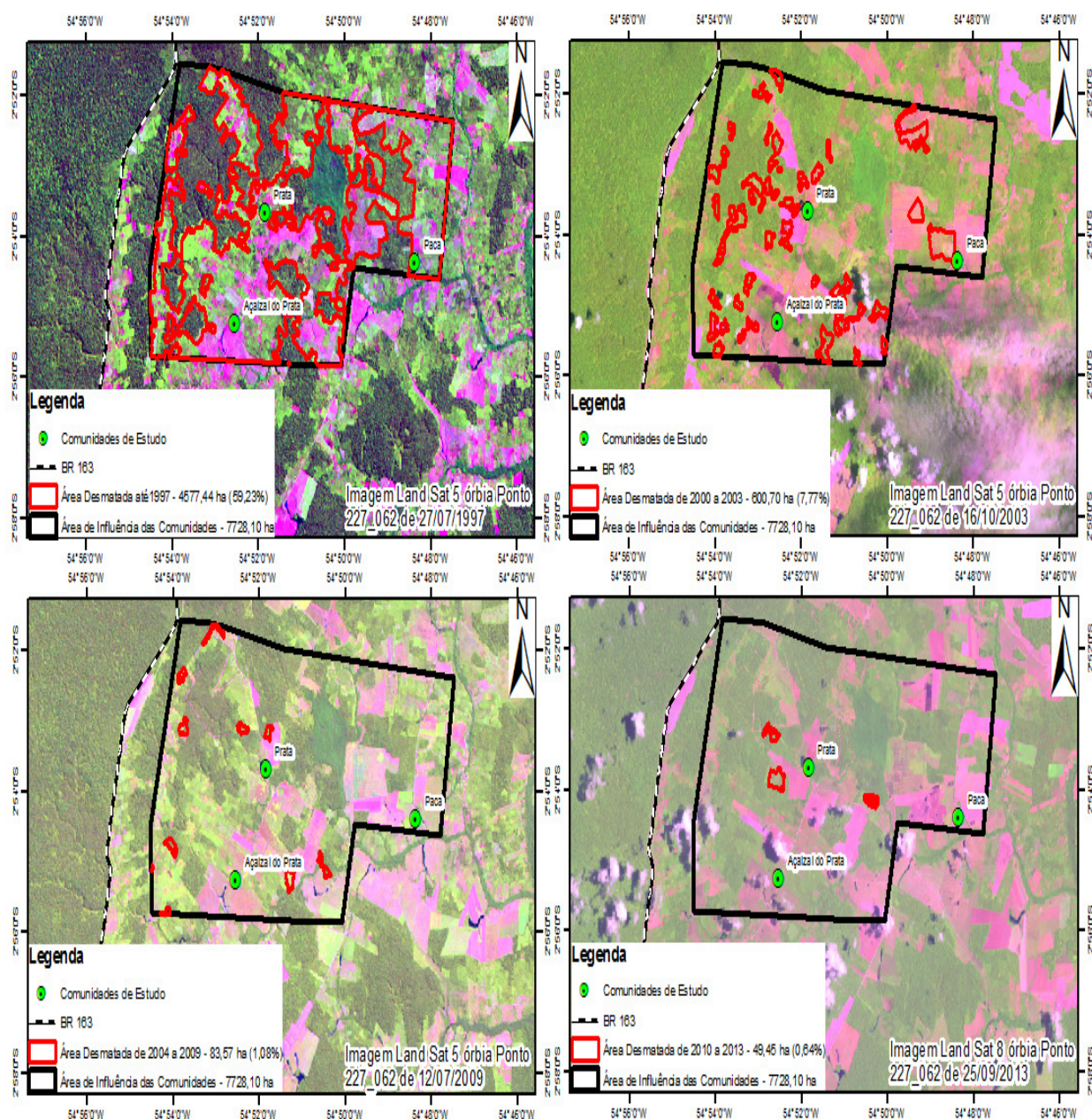
Fonte: INPE, 2014.

Quanto ao Gráfico 17, que aborda o incremento do desmatamento em Belterra-PA, entre 2000 a 2013, percebe-se uma extrema concentração. De 2001 a 2004, houve uma concentração considerável, em decorrência da implantação e posterior consolidação do cultivo da soja nessa área, com oscilações bruscas posteriores.

Após a análise dos dados, destaca-se que ao expandir nesse território, a fronteira agrícola ocasionou um desmate direto em áreas que continham florestas nativas, bem como ofereceu uma maior pressão indireta sobre florestas mais distantes dos centros urbanos. Muitos camponeses e pecuaristas venderam as suas terras para os produtores de grãos e migraram para áreas florestadas mais adentro, reiniciando o processo de derrubadas, para consolidação posterior.

Constata-se ainda, uma atuação recorrente na área de estudo; “[...] os terrenos preferenciais de ocupação da soja na região oeste paraense são as áreas já utilizadas para a pastagem e a agricultura, representando 90%. As terras que possuem cobertura vegetal primária ainda estão limitadas a 10% do total ocupado” (BENATTI, 2003, p. 13).

Figura 25 - Mapa mostrando a evolução do desmatamento na região das comunidades estudadas. 1997 a 2013.



Fonte: LABGEO-Gerex-IBAMA-2014.

De forma extremamente pormenorizada, foi feita uma análise multitemporal da evolução do desmatamento na área das comunidades pesquisadas, no período entre 1997 a 2013 (Figura 25). Observa-se que em 1997, quando a soja ainda não tinha sido implantada na região, a mesma apresentava 4.577,44 ha desmatada de um total de 7.728,10 ha. Porém em 2013, já com os plantios de soja mecanizado, apresentou uma área desmatada de 49,45 ha, um total de 0,64%. Com essa análise multitemporal, reforça-se a ideia de que o maior avanço do cultivo de soja no Oeste do Pará, na área em estudo, ocorreu sobre áreas já antropizadas e consolidadas, por camponeses de longas datas.

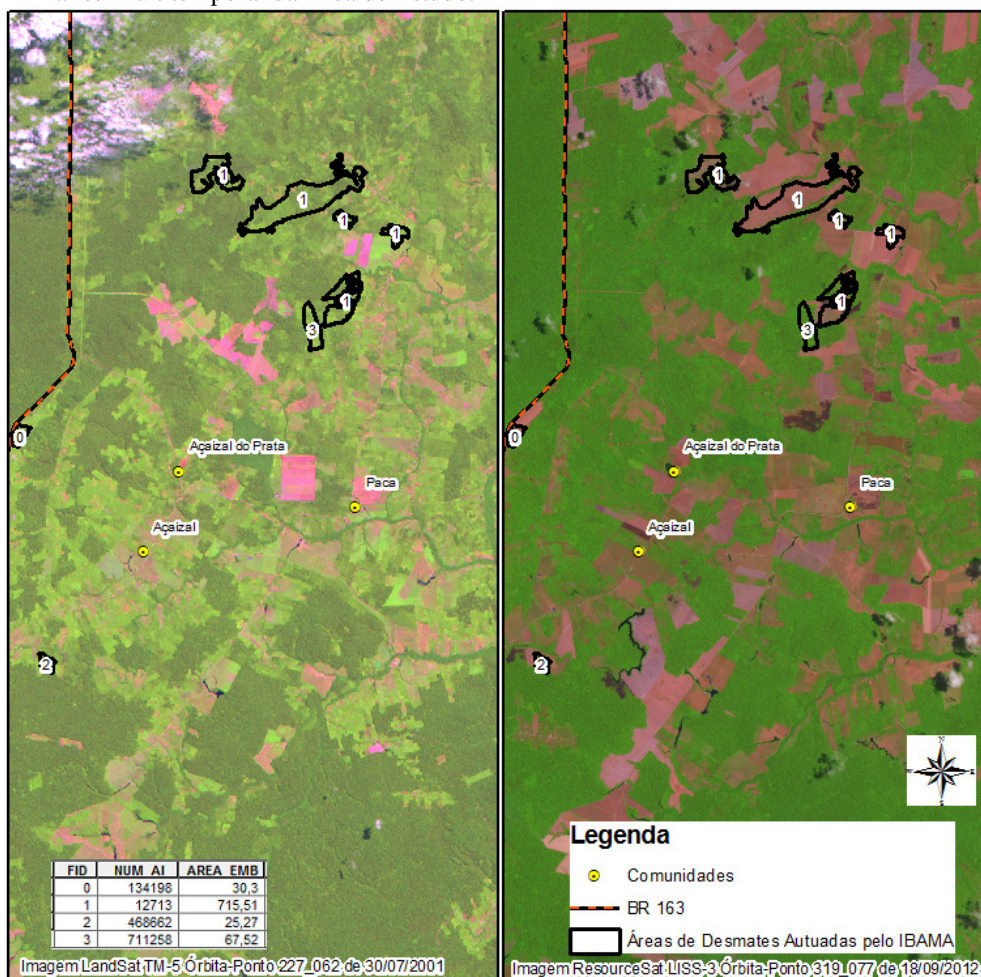
Porém, não se pode afirmar que a expansão do agronegócio da soja sobre esse território dos camponeses não provocou desmatamentos. A análise desses dados esconde uma outra realidade, pois o PRODES responsável por fornecer esses dados pormenorizados do desmatamento, considera o desmate a corte raso. Entretanto, muitas dessas áreas já estavam em estágios de regeneração, afinal muitos dos camponeses utilizam a técnica do pousio¹⁴. Assim, mesmo não aparecendo nas estatísticas oficiais, diversas áreas consideradas como “juquiras”¹⁵ foram derrubadas para o plantio de soja, ocasionando o desmatamento das mesmas. Por isso, que na área em estudo não se verifica desmates tão intensos em floresta nativa.

Ao destacar essa relação Fearsnide (2006, p. 292), afirma que “poucos sojicultores cortaram floresta para a soja; ao invés disso, eles compram terras já desmatadas dos pequenos agricultores, que se movimentam para áreas de fronteira e desmatarão mais”. Porém, muitas dessas áreas que foram compradas pelos produtores de soja, não eram florestas nativas, mas estavam em estágio de regeneração e a mesma foi retirada, para dar lugar ao plantio de soja, bem como diversas matas ciliares.

¹⁴- Pousio é uma prática de interrupção temporária de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais, por no máximo cinco anos, para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo; Fonte: <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1326>

¹⁵- Juquiras considera-se vegetação secundária em estágio inicial de regeneração aquela resultante dos processos naturais de sucessão, após supressão total da vegetação primária por ações antrópicas ou causas naturais, que tenham sofrido conversão total. Fonte: INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 02/2014, de 26 de fevereiro de 2014. Publicada no DOE/PA nº 32594, de 28/02/2014, caderno 5 páginas 6-8

Figura 26 - Análise Multitemporal da Área de Estudo.



Fonte: LABGEO-Gerex-IBAMA-2014.

A Figura 26 apresenta uma análise multitemporal mais detalhada, pois apresenta a área em estudo, contendo os autos de infrações referentes a desmatamento que foram lavrados pelo IBAMA nas imediações da área em estudo. Nenhuma autuação foi registrada dentro dos limites das comunidades estudadas, apenas nas adjacências. Porém, isso também pode significar que pode ter ocorrido desmatamento na área em estudo, mas não foram lavrados procedimentos por parte do IBAMA, pois não consta nos bancos de dados oficiais.

Assim, ao referirem-se as causas das degradações ambientais e o desmatamento na Amazônia, Benatti (2003, p.1) detalha que os vários usos da terra, contribuem conjuntamente para isso. Mas ao falar em diferentes usos de terras conjuntamente, frisa-se que a moratória da soja, tão propagada nesse contexto, como uma alternativa viável para conter o desmatamento na região, não funcionou a contento.

Segundo Castro (2008), a moratória da soja foi assinada pelas principais associações da indústria de óleos e cereais brasileiras, estimuladas por denúncias do Greenpeace em 2006, de

que a soja estava se expandido sobre a floresta amazônica. A Cargill passou a monitorar as áreas de produção, alegando que só compraria a produção de soja daqueles produtores que não realizassem novos desmatamentos a partir de então. Assim, a Cargill deveria efetuar monitoramentos nas áreas de produção de soja no Planalto Santareno, com a finalidade de identificar os desmates, e realizar recuperações dessas áreas. Em seguida, seria estabelecido um Termo de Ajustamento e Conduta (TAC) perante o Ministério Público Federal, para então obter o selo ambiental, aqueles que não preenchessem os requisitos, seriam descredenciados da empresa e não teria acesso aos créditos.

Entretanto, essa ação não refletiu na redução dos índices de desmatamento, gerando grandes descontentamentos. Segundo a Frente em Defesa da Amazônia (FDA), esse procedimento não surtiu efeito, pois era uma espécie de “truque para iludir os desavisados e ingênuos,” esse período de dois anos de moratória. Sendo que a proposta inicial dos movimentos sociais seria de dez anos, com início em 2003, por considerarem que este foi o período inicial das pressões sobre a floresta e os agricultores familiares. A FDA reconhece que não houve redução nos índices de desmatamento, se foi possível identificar algum decréscimo da produção de soja, foi em função de outros fatores como; crise financeira mundial.

De acordo Milani et al. (2008), a moratória serviu para criar uma imagem favorável para as empresas que lidavam com a produção de soja, criando uma áurea de sustentabilidade, que na verdade não passava de marketing. Pois segundo monitoramento realizado, de 11 polígonos vistoriados a partir de 2006, apenas um (1) havia desmatado para novos plantios, os outros apresentavam cultivos de arroz, que não eram financiados pela Cargill e sim pelo Banco do Brasil e FNO (GREENPEACE, 2010).

Após verificar os vários estudos sobre a temática do desmatamento, conferência dos usos das terras, as imagens de satélites, o histórico das multas ambientais sobre desmatamento na área das comunidades em estudo, depreende-se que de forma mais ampla, não é possível fazer uma relação direta entre o desmatamento e a expansão de grãos.

Após várias leituras e interpretações, infere-se que o agronegócio da soja, não é o único causador direto do desmatamento na região amazônica, entretanto, contribui de forma articulada com outros fatores, para o acréscimo desses índices. Fearnside (2006), comenta sobre o “efeito arrasto”, causado pela soja, que carrega consigo outras atividades destrutivas, como a pecuária, a exploração madeireira, bem como implantação de infraestrutura, capazes de provocar alterações significativas.

Fernandes (2009b, p.178), corroborando com as ideias expressas por (Brandão; Rezende; Marques, 2005) assegura que não houve uma relação direta, ao expressar que:

Uma pesquisa recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) a respeito do aumento da produção da soja, que na última década duplicou a área plantada, concluiu que não houve expansão da fronteira agrícola sobre a floresta amazônica. A territorialização da soja teria ocorrido na conversão das terras dos latifúndios, ocupadas com pecuária extensiva.

Mas constatam-se interações indiretas e consorciadas, onde houve uma venda maior de áreas já antropizadas, pois são mais baratas, para tornarem mecanizáveis, e enquanto isso os camponeses que venderam as suas terras para os produtores de soja, adentraram para as áreas florestadas.

Sintetizando as ideias a respeito da relação entre o desmatamento e a produção de grãos, e ampliando esse leque de interpretações, Oliveira (2010, p. 20) esclarece de forma bastante elucidativa os principais motivos causadores do desmate.

É evidente que o crescimento do desmatamento tem a ver também com a expansão da soja, porém atribuir a ela o fator principal parece não totalmente correto (...). Parto da compreensão central que a lógica que gera o desmatamento está articulada pelo tripé grileiros de terras pública e/ou devolutas, madeireiros e pecuaristas. “Estes sim, em minha concepção, são os atores principais e históricos responsáveis pelo crescimento do desmatamento na Amazônia”.

Portanto, através de uma visão interacionista, depreende-se que a atuação desse tripé, carrega consigo, a capacidade de provocar intensos desmatamentos.

4 CAPÍTULO 3 - TERRITÓRIO DO AGRONEGÓCIO: COMO “(DES)ENCANTO”.

A princípio, pode soar um tanto paradoxal, falar em território do agronegócio como (des)encanto, tomando como referencial o Território do Baixo Amazonas - PA. Como falar em desencanto, justamente quando os índices da produção de soja subiram? Quando o porto da Cargill está ampliando suas instalações? Quando outro porto está sendo construído no bairro da Prainha em Santarém-PA? Quando um novo porto foi implantado em Miritituba, município de Itaituba- PA? Onde estaria a paradoxalidade disso tudo?

Reside justamente no fato de toda essa celeuma que foi construída em torno do agronegócio da soja. A ideia central desenvolvida ao longo do capítulo baseia-se no fato de que foi construído um discurso em torno das benesses provenientes do agronegócio. Entretanto, essas benesses provocaram um (des)encanto, pois mostrou-se extremamente desterritorializadora e concentradora. O que se desenhava como encanto, mostrou outra face, a do (des)encanto.

Ressalta-se que esse (des)encanto, já era anunciado por alguns segmentos sociais, que não deixaram seduzir-se pelos acordes sonoros dos discursos exaltados em favor do agronegócio. Não se pode negar que se vivenciaram mudanças, alterações, acréscimos. O trabalho expressa que houve sim um crescimento, aumento de cifras, mas a um custo considerável e com certa limitação dos diretamente beneficiados.

Esse capítulo está dividido em três seções, onde a princípio aborda-se, que em meio a esse contexto expansivo criou-se a invisibilidade camponesa, como estratégia para deixá-los à margem desse processo. A segunda seção expõe as territorialidades divergentes: a camponesa e a capitalista, expressando as suas formas de atuações. E por fim, a terceira seção, destaca o processo de resistência e reprodução camponesa nas comunidades estudadas.

4.1 Invisibilidade camponesa

Ao analisar o processo expansivo do agronegócio sobre o campo, em especial o amazônico, surge uma inquietação: esses camponeses seriam invisíveis, para vivenciarem a substituição de um sistema de vida, produção e seus atores em uma escala local, por uma lógica produtiva homogeneizadora do agronegócio?

Para entender essa dinâmica substitutiva, é necessário reportar-se ao contexto histórico, pois verifica-se que:

O europeu colonizador entendia “o outro” – o índio, o negro, o caboclo – como estranho, o diferente dele e o inferior a ele. Estabeleceu-se com “o outro” – os povos e países de fora da Europa – uma relação tal que este tem sido visto, concebido e colocado, hierarquicamente, em condição de inferioridade, seja através da ciência, da literatura e de muitas formas culturais que foram disseminadas pelo mundo. Isto ocorreu com a sociedade brasileira, a amazônica e noutras em que o índio, o judeu ou o negro foi escravizado ou explorado. Foram, sob essa condição, assemelhados a um recurso natural, sendo como os demais produtos e recursos da natureza, sujeitos a uma exploração abusiva. E também onde os grupos sociais não negros e não índios mantinham formas de vida diferentes daquelas do padrão europeu, considerado por eles próprios, como superior aos demais (LOUREIRO, 2009, p. 26).

Desde o processo de colonização, a visão dominante se sobrepôs as outras, tratando-os como recursos disponíveis. Com isso, várias teorias racistas se espalharam ao redor do mundo. Essas ideias ficaram impregnadas, com resquícios inclusive para as sociedades atuais. Ao longo do tempo, essas maneiras de dominações, assumiram novas formas de atuações “metamorfoseando-se”, atingindo diversas escalas, inclusive a local.

Importantes considerações são levantadas por Elias e Scotson (2000), ao se reportarem aos “establishment” e os “outsiders”¹⁶. Os primeiros seriam grupos ou indivíduos que se autoproclamavam como melhores, com características mais elevadas, superiores. Os segundos seriam os outros, vistos como os diferentes. Assim, um grupo com uma visão superior, vai estigmatizando outros, demonstrando essas atitudes tanto nas questões sociais, bem quanto culturais.

Em relação às sociedades camponesas, percebe-se essa espécie de estigma, para justificar a expansão de produções agrícolas hegemônicas. Destacando que as outras práticas são atrasadas, não-rentáveis e que precisam serem substituídas por práticas “mais modernas”. No cenário amazônico, percebe-se a atuação dessa invisibilidade:

(...) a chamada invisibilidade dos pequenos agricultores produtores rurais na Amazônia (quer econômica, política, tecnológica ou social) é em parte, o resultado das perspectivas dominantes em relação ao que é considerado um sistema agrícola produtivo no que concerne às suas características estéticas, econômicas, tecnológicas e sócias culturais (BRONDÍZIO, 2006, p. 197).

¹⁶ Importante nota explicativa, com base em Elias e Scotson (2000), é elaborada por Fraxe (2004), ao registrar que “As palavras establishment e established são utilizadas, em inglês, para designar grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder. Um establishment é um grupo que se auto percebe e que é reconhecido como uma “boa sociedade”, mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência: os established fundam o seu poder no fato de serem um modelo moral para os outros. Na língua inglesa, o termo que completa a relação é outsiders, os não membros da “boa sociedade”, os que estão fora dela. Trata-se de um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas pelos laços sociais menos intensos do que aqueles que unem os established”.

Sobre essas perspectivas dominantes, que acabam imprimindo novas feições territoriais, com intensas transformações para o modo de vida dos camponeses, Nugent (1993), assegura que essa é uma “invisibilidade fabricada”, pois através dessa visão, alega-se que essas práticas realizadas por essas sociedades camponesas, seriam uma espécie de obstáculo, para o tão propagado desenvolvimento.

Contribuindo com essa visão, Brondízio (2006, p. 197), ainda nos amplia o horizonte interpretativo, ao discorrer que:

Estas visões sobre agricultura de pequena escala tendem a enfatizar a substituição de estratégias locais de uso da terra por uma tecnologia externa baseada em sistemas de alto investimento de energia e capital de larga escala, centrados primariamente numa agricultura orientada para a exportação. Esta disposição tende a negligenciar a contribuição destes sistemas produtivos ao fornecimento de alimentos a populações urbanas e rurais por todo o país, e resulta numa falta de investimentos que visam melhorar infraestruturas socioeconômicas e físicas existentes que, por sua vez, poderiam aumentar os sistemas de produção local sem desalojar famílias rurais ou ameaçar a base de recursos locais (e, conseqüentemente, a economia local e a segurança alimentar) (BRONDÍZIO, 2006, p. 197).

De posse dessa ideia construída, as alterações territoriais são propostas e executadas, com a finalidade de substituir práticas agricultáveis “atrasadas” por outras ditas “modernas”, ocasionando diversas modificações com conseqüências tremendas para esses camponeses que habitam nessas áreas.

Essa afirmação é corroborada pelas considerações de Sabourin (2009, p. 40), ao justificar que desde 1995 o MDA e o MAPA, favorece uma oposição institucionalizada, ao propagar uma agricultura dualística: “uma agricultura capitalista empreendedora, exportadora, ante uma pequena produção camponesa de subsistência atrasada”.

Na área da pesquisa em questão, defendemos a premissa de que essa invisibilidade camponesa foi arquitetada, executada, portando “fabricada”, para então ser implantada produção de monoculturas voltada para exportação. Isso se manifestou através das seguintes ações específicas, ao longo da implantação do agronegócio nesse território em análise:

- a) O Estado funcionou como mentor, como assegura Noronha e Schlesinger (2006), ao fornecer tecnologia, financiamento, infraestrutura e financiando fazendas de soja e processadores de grãos por meio do Banco da Amazônia e outros instrumentos de financiamento;

- b) A pedido, a EMBRAPA também forneceu um estudo de zoneamento econômico agrícola, que proporcionou subsídios sobre a viabilidade da produção da soja; contribuiu, fornecendo estudos sobre a qualidade dos solos;
- c) Com os resultados desse estudo, que atestava a viabilidade para a produção de soja na região, a prefeitura Municipal de Santarém-PA, formou caravana, composta por técnicos do governo, políticos e empresários e saíram propagando isso pelo Mato Grosso, com a finalidade de atrair produtores. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM- PA- 1997)
- d) Em 1999 foi assinado junto à Companhia Docas do Pará (CDP), um contrato de concessão, que previa a construção de um porto de granéis sólido da empresa multinacional Cargill S.A, em Santarém-PA. A obra foi construída em 2003.

Com base nesses projetos planejados e executados, constata-se o quanto o cenário foi preparado para receber a implantação do agronegócio nesse território. Entretanto, quanto aos camponeses locais, não se verifica por parte dos órgãos oficiais, fornecimento de subsídios para lidarem com essa situação. No decorrer das entrevistas, os mesmos registraram a dificuldade para adquirirem financiamentos para as suas propriedades.

Falando sobre essa categoria rural, que é praticamente esquecida até pelos órgãos oficiais de estatísticas na construção de dados sobre as suas produções, Nahum e Malcher (2012, p. 26), registram que:

Tal fato, associado à visão setorial e econômica de meio rural que prevalece nos recenseamentos, provavelmente explica a quase invisibilidade da produção camponesa nas estatísticas dos órgãos oficiais, que insistem em reforçar que as unidades familiares camponesas amazônicas não têm peso econômico, são obsoletas, irracionais economicamente.

Diante das considerações, torna-se evidente que a invisibilidade camponesa, sobretudo a amazônica, é algo construído e ignorado ao longo do tempo, relegando-os ao esquecimento no que diz respeito à efetivação de políticas públicas que os auxiliem. Entretanto, eles são visíveis, com sua lógica, suas práticas, seus costumes, o que estão propondo e executando, são torna-los invisíveis para enfim, excluí-los desse processo expansivo. Construindo assim, uma “visão unitária”, ou se insere no agronegócio, ou está fora do mesmo, quando este adentra o território, “os outros” são obrigados a saírem, ou permanecerem em situações adversas.

Os representantes dessa visão unitária propagam o discurso de que a agricultura camponesa é sinônimo de atraso, e que dificulta o "desenvolvimento" do país, e que esta, ou

se integre ao agronegócio, ou abra caminho para a homogeneização das monoculturas. Deixando transparecer a ideia de que essa alternativa é a única viável, para as diferentes realidades e localidades.

4.2 Territorialidades divergentes: a camponesa e a capitalista

Para compreender as territorialidades divergentes, é preciso perceber a existência das mesmas, e por sinal, agindo no mesmo território. Esclarecendo essa atuação percebe-se que:

O território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há sempre, território e territorialidades, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades (PORTO-GONCALVES, 2006, p. 5).

Através dessa apropriação do território, envolvendo pertencimento identitário, os grupos passam a destinar os mais variados usos ao mesmo, constituindo assim as múltiplas territorialidades. Esses usos vão depender do contexto aos quais esses atores pertencem.

Essas relações que se processam nesses territórios, geralmente não são harmoniosas, mas tendem a causarem embates e constantes divergências, ao ponto de determinados territórios serem sobrepostos a outros, conforme se verifica:

Como defendemos neste artigo, os imóveis capitalistas e os camponeses produzem relações sociais distintas: capitalistas e não capitalistas, sendo, portanto, territórios distintos. Compreendemos que as relações sociais produzem os territórios e são produzidas por estes. Que os territórios são multidimensionais, onde se realizam todas as dimensões da vida, desde que, é lógico, sejam desenvolvidas por projetos políticos. Nestes territórios temos diferentes formas de organização do espaço e do trabalho, como demonstraremos adiante. Temos, portanto, duas relações sociais que produzem dois territórios distintos e, que para se expandirem, precisam destruir um ao outro ou se reproduzir ou se territorializar em outros territórios. Portanto, o território capitalista se territorializa destruindo os territórios camponeses, ou destruindo territórios indígenas ou se apropriando de outros territórios do Estado. Os territórios camponeses se territorializam destruindo o território do capital, ou destruindo territórios indígenas ou se apropriando de outros territórios do Estado. Enquanto a fronteira agrícola estiver aberta, esse processo continuará. Com o fechamento da fronteira agrícola, o enfrentamento entre os territórios camponeses e do capital será intensificado (FERNANDES, 2008, p. 295).

Assim, sob o mesmo território, é possível perceber a atuação de múltiplas territorialidades. Tomando como cenário as comunidades estudadas, que estão enfrentando a expansão do agronegócio da soja sobre os seus territórios, torna-se prudente discorrer sobre as

características e singularidades dessas territorialidades, incluindo as suas lógicas. Pois, a partir do momento que o agronegócio ocupa as áreas, a tendência é expulsar quem já as ocupava, ou reduzi-los a situações expropriantes.

Afinal, esse encontro de lógicas diferentes, tende a gerar embates e comparações. Pois, “é quase inevitável que o encontro entre culturas, por definição qualitativamente diferente ou, em outras palavras, “incomparavelmente” distintas, promova sempre a comparabilidade e, portanto, uma padronização do outro frente aos nossos valores e comportamentos.” (HASBAERT, 1997, p. 44). Portanto, esse encontro de culturas e uso diferente do território, tende a suscitar comparações entre suas atuações.

É necessário expressar os usos da terra feitos pelos representantes das diferentes territorialidades: a capitalista usa a terra como expressão de mercadoria, enquanto que a camponesa concebe a terra como elemento essencial para a reprodução familiar e também de seu modo de vida, que por sinal, é bastante específico.

Para diferenciar essas atuações, Paulino (2008, p.214), destaca o tripé da valorização capitalista: produção, circulação e consumo, que influenciam diretamente na maneira como se processa a apropriação desigual da riqueza ao longo da história. Woortmann (1990), expressa que o sustentáculo da ética camponesa está assentado nos valores morais, amparados na terra, trabalho e família e quanto aos princípios centrais de organização; a honra, a hierarquia e a reciprocidade. Ainda, ao referir-se aos elementos da produção camponesa, Oliveira (1996), destaca a força de trabalho familiar, que também pode ser combinada com outras relações (trabalho assalariado, ajuda mútua e parceria), os meios de produção, e principalmente a propriedade da terra.

Segundo pesquisas desenvolvidas por Castro et al. (2004), com empresários do agronegócio, eles afirmam que a “plantação com soja só passa a ser competitiva no mercado, logo lucrativa, com pelo menos uma extensão de 1000 ha”. O que implica em retirar das áreas, utilizando diversas estratégias, famílias já estabelecidas há muito tempo, ou avançando sobre outros espaços.

Figura 27 - Plantações de soja na estrada de acesso a comunidade do Paca.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Nesse processo de venda, algumas características pertinentes foram percebidas nas falas dos entrevistados, principalmente detalhes referentes ao momento da negociação, que os compradores, em sua maioria sulistas, considerados mais capitalizados que os proprietários das terras locais, ao negociarem as propriedades, se recusavam a pagar as áreas referentes às margens dos igarapés e em média um faixa de uns 15 m próximas as estradas. No entanto, depois de compradas, plantam a soja até beira da estrada, sem descartar um centímetro, para aproveitar o maior espaço possível, como visualiza-se na Figura 27.

Já os camponeses utilizam pequenas áreas para plantação de itens utilizados na sua alimentação, ou para venda do excedente, reforçando que o uso da terra segue lógicas diferenciadas, como a exposta na Figura 28, que retrata a presença de pequenos roçados utilizados para o cultivo do milho e da mandioca.

Figura 28 - Roçado dividindo espaço entre a plantação de milho e mandioca, na comunidade do Prata.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Diante disso, torna-se necessário expressar como se processa o modo capitalista de produção no campo. Oliveira (1996, p. 49), explica isso, ao destacar que a princípio acontece através da sujeição da renda da terra ao capital, através da compra da terra com fins de exploração ou de venda, ou também pela subordinação a produção do tipo camponês. A mais utilizada pelo capital é a sujeição da renda da terra, o que torna mais fácil também a sujeição do trabalho que acontece na terra. O citado autor afirma; “É preciso entender que a resistência do camponês à expropriação, ao capital, vem de dentro do modo capitalista de produção, e não expressa num universo particular isolado”.

Assim, constata-se que as lógicas do uso do território são diferenciadas, o que gera também, territorialidades diferenciadas. O Quadro 4 abaixo apresenta a diferença dos usos do território pelo campo do agronegócio e pelo campo da agricultura camponesa.

Quadro 4 - Campo do agronegócio e campo da agricultura camponesa.

CAMPO DO AGRONEGÓCIO	CAMPO DA AGRICULTURA CAMPONESA
Monocultura <i>commodities</i>	Policultura, uso múltiplos dos recursos naturais;
Paisagem homogênea e simplificada – produção para exportação (preferencialmente); Cultivo e criação onde predomina as espécies exóticas;	Paisagem heterogênea e complexa – Produção para o mercado interno e exportação); Cultivo e criação onde predomina as espécies nativas e da cultura local;
Erosão genética;	Conservação e enriquecimento da diversidade biológica;
Tecnologia de exceção com elevados nível de insumos externos	Tecnologia apropriada, apoiada no saber local com base no uso da produtividade biológica primária da natureza;
Competitividade e eliminação de empregos;	Trabalho familiar e geração de emprego;
Concentração de riqueza, aumento da miséria e da injustiça social;	Democratização das riquezas – Desenvolvimento local;
Êxodo rural e periferias urbanas inchadas;	Permanência, resistência na terra e migração urbano-rural;
Campo com pouca gente;	Campo com muita gente, com casa, com escola;
Campo do trabalho assalariado (em decréscimo);	Campo do trabalho familiar e da reciprocidade;
Paradigma da educação rural;	Paradigma da educação do campo;
Perda da diversidade cultural;	Riqueza cultural diversificada- festas, danças, poesias – música- Exemplo: O Mato Grosso é o maior produtor brasileiro de milho e não comemora as festas juninas, já no nordeste...
Agro-negócio	Agri-cultura

Fonte: Fernandes e Molina, 2004, p. 85.

É possível perceber no Quadro 4 acima, a organização do território de forma distinta, pelo agronegócio e pelo campesinato, gerando assim, diferentes territorialidades. Isso produz atuações diferentes, considerando que a do agronegócio tenta se propagar como a alternativa viável para o modelo de desenvolvimento, ocultando assim o seu caráter concentrador.

Nos primeiros anos do século XXI, a questão agrária brasileira teve nova conotação. A territorialização do *agribusiness* com o aumento da área plantada de soja em terras de latifúndios, antes ocupadas para a criação extensiva de gado, criou obstáculos às ocupações de terra. O poder de controle territorial das multinacionais do *agribusiness* tornou-se tão forte ou equivalente ao poder de controle territorial do latifúndio. A imagem moderna do *agribusiness* oculta seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar a relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza concentrada e das novas tecnologias (FERNANDES, 2009b, p. 183).

Essa espécie de territorialização, extremamente propagada aos quatro cantos, por sua vez, está amparada em um forte aporte tecnológico. Porém, esse aparato não é suficiente para promover mudanças significativas na vida das comunidades de camponeses, quilombolas, indígenas e outras. As multinacionais continuam a comandar as áreas, assim como o latifúndio as comandava. Permanece então os mesmos resultados, que são a concentração

tanto da terra, bem quanto da produção e usufruto desses bens. Assim, “o latifúndio” expulsa através da improdutividade, “a agricultura capitalista ou *agribusiness*” também mantêm a concentração e a exploração, ou seja, a estrutura e os efeitos permanecem.

Entretanto, é produzida toda uma imagem de inovação e transformação, pois:

A apologia ao *agribusiness* - realizada pela mídia, pelas empresas e pelo Estado - é uma forma de criar uma espécie de blindagem desse modelo, procurando camuflar sua conflitualidade. O *agribusiness* procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, aparece como espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do *agribusiness* apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. O *agribusiness* é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento. O *agribusiness* expandiu a conflitualidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais. Cria conflitualidade por sua extraordinária capacidade produtiva. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade (FERNANDES, 2009b, p. 183 e 184).

Então, produz-se uma imagem de modernidade, de produção em grande escala, mas que na realidade esconde as contradições provocadas, aumentando assim as desigualdades. Conceição e Souza (2008, p. 105), expressam que os responsáveis pelo agronegócio, constroem um discurso afirmando que esse modelo seria a redenção da condição de superação do atraso do campo brasileiro, elevando-o através do desenvolvimento e da técnica a um patamar superior. Porém na prática o que se observa é “um processo de expropriação das terras dos camponeses, desemprego estrutural no campo, concentração das terras e da renda, e a degradação das condições de trabalho”.

Ampliando ainda essa compreensão, destaca-se o pensamento de Oliveira (2003), ao acrescentar que é um verdadeiro mito e uma falsa correlação existente entre agronegócio, eficiência produtiva, disponibilização de alimentos. Isso então reforça a tese da ineficiência produtiva.

Por sua vez, Paulino (2008, p. 231), ainda registra que além da ineficiência produtiva, constata-se também no agronegócio brasileiro, a tese do desaparecimento do campesinato via proletarianização, ao afirmar que:

Ainda que não se possa ignorar, é preciso ponderar que ela se manifestou, sobretudo no processo de expulsão que atingiu maior parte dos camponeses com o acesso precário a terra, e que puderam ser descartados com a emergência do paradigma produtivo eminentemente poupador de força de trabalho. Em menor escala, atingiu os camponeses cuja dimensão das propriedades e ou as formas de produzir não têm assegurado recursos suficientes para a adaptação à técnica.

Aliados a esses discursos, registra-se ainda as ações do Estado, enquanto fornecedor de investimentos e infraestrutura que dinamizam a produção voltada para o agronegócio. Ou seja, essa expansão tem a chancela do mesmo, que através dos seus mecanismos e aparatos apoia essa “proposta de desenvolvimento”.

“Predomina a opção do Estado brasileiro pelo agronegócio, e o "discurso" do desenvolvimento, que permite mascarar a concentração das propriedades agricultáveis, nas mãos de poucos donos, onde a grande propriedade, agora reconhecida enquanto "empresa rural" ao mesmo tempo em que preserva o direito "inviolável" à propriedade privada, dá aos grandes proprietários todos os privilégios e incentivos por parte do Estado" (CONCEIÇÃO e SOUZA, 2008, P. 120).

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (2006), apesar do agronegócio desfrutar do apoio do governo e controlar mais de 80% das terras agricultáveis do país, no entanto é o que menos emprega, menos de 20% da população empregada no campo, e em muitos casos envolvendo condições precárias e superexploração.

Mesmo considerando que o agronegócio, traz benefícios, ao alavancar uma série de infraestrutura, desenvolvimento do comércio e serviços, percebe-se que é um benefício que não atinge a todos. Afinal ele inclui, excluindo, ou seja, uma inclusão excludente (SEN e KLIKSBURG, 2010).

Com isso, tem-se uma grande produção, que não serve para manutenção desse território. Uma das entrevistadas que também acompanhou esse “boom” expansivo, discorre sobre essa proposta de desenvolvimento via grãos:

A vocação do Brasil é produção de alimentos, Não é ruim, porém, gera alterações positivas e negativas. O formato que o agronegócio chegou na Amazônia não foi favorável. O desenvolvimento teria que vim de alguma forma. Mas há necessidade de discussão técnica. A forma como veio alterou a cultura, o solo teve que ser adaptado, mudaram as formas de vida, Não tínhamos capital humano e social para isso, para reter ao menos parte da riqueza aqui. Como veio, somos corredores, a soja apenas passa por nós. Teria que capacitar essas pessoas, dá treinamento, para um maior desenvolvimento estrutural. Mas esse novo modelo de desenvolvimento é ruim, pois ele chega e não trouxe capacitação. Não se tinha cursos com essas vocações das atividades que a soja ia trazer. A UFOPA chegou 10 anos depois e o modelo de desenvolvimento do agronegócio já estava instalado. Os impactos já haviam acontecidos, agora é mitigar. Não tem como evitar determinadas alterações. Não é ser contra, é ver as perspectivas de desenvolvimento, de que forma poderia inserir os atores locais. Mas o que ocorreu, foram os atores que se ajustem ao modelo. Afinal qualquer agronegócio vai se instalado e vai ocupando os lugares que ele encontra aberto. O desenvolvimento está chegando, vamos ter que receber. A Amazônia está inserida em um contexto global e ele não vai nos deixar de fora. Se deixar mais uma vez sem discutir esse modelo a Amazônia vai estar continuando a fornecer matérias-primas. Esse desenvolvimento não são escolhas nossas (Francisca Adad- Professora da UFOPA, 2014).

Diante disso, resume-se que foi implantada uma proposta de desenvolvimento que não contempla a população local. Foi uma espécie de “pacotes fechados”, que acabam tendo um grande poder de estabelecimento e barganha, que está além da escolha local. Por isso, essas comunidades passaram a enfrentarem uma nova dinâmica territorial, que não estavam preparadas para lidarem com essas questões.

Com isso, o agronegócio produz uma dívida, que não pertence aos outros sujeitos, mas são obrigados a suportarem, ficando apenas o déficit e o ônus. Afinal a lógica de atuação é diferente e acumulativa.

Com o intuito de tornar a compreensão mais didática em relação às lógicas camponesas e capitalistas, Marx (1984), atribuiu à primeira, a fórmula representada no movimento de circulação M-D-M, (mercadoria, dinheiro, mercadoria), com a finalidade de transformar mercadoria em dinheiro, e posteriormente dinheiro em mercadoria; por sua vez, a circulação da lógica capitalista, que se fundamenta na acumulação, estaria representada na fórmula D-M-D (dinheiro, mercadoria, dinheiro).

Por fim, ao perceber as diferenças expressas entre a lógica capitalista e a camponesa, torna-se prudente registrar que Oliveira (2012, p. 106), diferencia os processos contraditórios do desenvolvimento capitalista no campo, ao discorrer sobre a territorialização e a monopolização do capital.

(...) o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para serem trabalhadores da indústria, do comércio ou serviços, quer para serem trabalhadores assalariados no campo (boias-frias)... A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc... quando o capital monopoliza o território, ele cria, recria, redefine relações de produção camponesa, portanto familiar... o próprio capital cria as condições para que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias capitalistas ou mesmo viabilizem o consumo dos produtos industriais no campo (ração para avicultura ou para a suinocultura).

De posse desse esclarecimento, percebe-se que na área em estudo, está em curso, o processo de territorialização do capital. Pois imensas áreas com plantações de soja avançam sobre o território dos camponeses, e estes não são integrados nesse processo. Muito pelo contrário, eles são expulsos dos seus territórios, e os que ainda resistem, vivem em situações em vias de serem expulsos.

Após discorrer sobre as lógicas contraditórias, no uso do território, com conseqüente processo de territorialização do capital, registra-se:

As políticas públicas não passam de mera retórica, pois não há interesse em criar alternativas que permitam a inserção dos pequenos produtores no processo de modernização. Pequenos produtores e trabalhadores assalariados poderiam beneficiar-se de mudanças tecnicamente viáveis, porém politicamente impraticáveis diante dos obstáculos históricos que se colocam para a efetivação de uma proposta consistente de reforma agrária. Além de políticas que garantam o acesso à terra (que muitos já possuem, se bem que as propriedades sejam pequenas), a sobrevivência do pequeno produtor depende de apropriação dos demais meios de produção, de assistência técnica efetiva, de uma política de crédito adequada e de uma estrutura de comercialização favorável (MEDEIROS, 2009, p.16 e 17).

Com essas elucidações expressa-se que não se nega a necessidade de modernização da economia e da sociedade, porém, o que se questiona é o modo e as consequências que esse processo se desenvolve, ao custo de grandes transformações territoriais.

4.3 O processo de resistência e reprodução camponesa nas comunidades estudadas.

Em meio a todo processo de homogeneização ocasionando pelo capital, que provoca intensas desarticulações nos territórios, sobretudo nos ocupados pelos camponeses, surgem alguns questionamentos pertinentes: esses camponeses permanecerão em territórios tão contraditórios e com características expulsivas? Migrarão para os centros urbanos ou adentrarão para novas áreas florestadas? Se organizarão em associações, ou esperarão que o mercado siga o seu curso ditado pelo capital? Conseguirão se reproduzirem em situações adversas?

Considerando esse cenário com tendências homogeneizadoras, Marques (2008, p. 68), também questiona se é possível superar essa influência que delega poderes supremos a essa homogeneização, sustentada pelo capitalismo, que procura reduzir todo trabalho a trabalho assalariado?

Para responder a alguns desses questionamentos, Shanin (2007), ao se reportar ao processo de resistência¹⁷ camponesa afirma que a singularidade e flexibilidade presentes na

¹⁶ Em relação ao processo de resistência camponesa, Fabrini (2007, p. 24), refere-se a esta como “um conjunto de ações de conteúdo político, econômico, cultural, ambiental, costumeiro, etc. Estas ações, sustentadas numa base territorial camponesa, se manifestam na produção de autoconsumo e resistência, controle de segmentos do processo produtivo, autonomia, relações comunitárias, coletivas e de vizinhança.” A resistência camponesa para além dos movimentos sociais -João Edmilson Fabrini -REVISTA NERA – ANO 10, N. 11 – JULHO/DEZEMBRO DE 2007

economia familiar, proporcionam possibilidade de se sustentar em situações adversas. Martins (1995), também destaca a luta e resistência dos camponeses para se reproduzirem na terra de trabalho. Paulino (2008), ainda acrescenta que mesmo com a verocidade do agronegócio, valorização conjuntural de algumas *commodities*, é perceptível o processo de recriação do campesinato.

Sobre esse contexto, Oliveira (1996, p. 71), afirma que “a lógica contraditória do desenvolvimento capitalista tem criado e recriado a possibilidade histórica para a reprodução camponesa no Brasil”. Comungando de pensamento semelhante, Marques (2008, p.64) registra que “há um processo de recriação e territorialização camponesa em curso que corta o território brasileiro e lhe impõe novos conteúdos, decorrentes das novas maneiras como se organizam e se autodefinem os diferentes grupos”. Com isso, fundamenta-se que o processo de recriação camponesa é um fenômeno em curso no território brasileiro.

Apesar de conviverem em territórios que enfrentam elevados processos de mudanças, incluindo desterritorialização, em virtude da expansão da fronteira agrícola, muitos camponeses procuram permanecer em suas terras. De acordo com Silva (2011, p. 287), “fronteira é conflito, instabilidade, conquista e resistência.” Esses ingredientes são perceptíveis na área em estudo, incluindo principalmente o elemento resistência. Segundo Simonetti, (1999, p. 56), “ao mesmo tempo em que o camponês está subordinado à lógica do capital, ele também descobriu caminhos para o rompimento dessa submissão, fazendo escolhas para viver em sociedade, de acordo com seus valores”.

Tomando como base esses valores, é prudente destacar que ao discutir a questão do campesinato, deve levar-se em consideração que o mesmo para se manter adota uma série de combinações de fatores, para então consolidarem seu modo de vida, e não algo fixo e pré-determinado. Segundo Shanin (2008), para sobreviverem os camponeses adotam as seguintes características: flexibilidade de adaptação, objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida.

Após a interação de vários desses fatores, Almeida e Bem (2012), destacam que no processo de reprodução camponesa, uma parcela de camponeses se reproduz atrelados ao capital industrial, comercial e financeiro, outros, porém apresentam uma constante luta para não subordinarem a renda da terra ao capital. Entretanto, é uma luta ferrenha, segundo Santos (2001), a técnica, a ciência e o capital, estão a favor das grandes corporações, que atuam, sobretudo nos territórios dos camponeses.

Apesar de Santos (2001, p. 120-121), não referir-se diretamente a questão da reprodução camponesa, depreende-se de suas palavras que em meio a racionalidades hegemônicas, surgem às contra-racionalidades, onde se adéquam as lutas camponesas, para não se submeterem a essa racionalidade hegemônica:

Uma boa parcela da humanidade, por desinteresse ou incapacidade, não é mais capaz de obedecer a leis, normas, regras, mandamentos, costumes derivados dessa racionalidade hegemônica. Daí a proliferação de “ilegais”, “irregulares”, “informais”. (...) Na esfera da racionalidade hegemônica, pequena margem é deixada para a variedade, a criatividade, a espontaneidade. Enquanto isso surge, nas outras esferas, contra-racionalidades paralelas corriqueiramente chamadas de irracionalidades, mas que na verdade constituem outras formas de racionalidade. Estas são produzidas e mantidas pelos que estão “embaixo”, sobretudo os pobres, que desse modo conseguem escapar ao totalitarismo da racionalidade dominante.

Portanto, para se reproduzirem, os camponeses vão contra as racionalidades hegemônicas estabelecidas, criando alternativas e interpretações próprias, para lidarem com as normas estabelecidas pelo capital.

Ao referir-se sobre as características que influenciam no processo de reprodução camponesa, e sua permanência nos seus territórios, Hébette et al. (2002, p. 79), destaca os seguintes itens influenciadores “fatores físicos, tecnológicos, sociais e culturais”.

Ao analisar esses fatores a luz das comunidades estudadas, verifica-se, a influência dos mesmos no processo de resistência e reprodução camponesa. Na área em estudo, eles procuram resistir, constituindo uma Escola Familiar Rural, com a finalidade de manterem os filhos dos camponeses no local, através também da gerência de uma Usina Hidrelétrica Comunitária, para fornecer energia para os comunitários, formando associações e sindicatos, festividades culturais, venda dos produtos direto na feira, permanência em territórios com extremas características de expulsão dos mesmos.

A princípio destaca-se que a terra é um fator essencial à reprodução. Vale registrar que essas mesmas terras que eram ocupadas pelos camponeses, eram extremamente favoráveis ao cultivo de grãos mecanizados, em virtude da composição do terreno e do relevo. Assim, os fatores físicos apresentaram-se como favoráveis tanto, para a reprodução dos camponeses, bem como à expansão do cultivo de grãos.

E ao tomar como pano de fundo a realidade das comunidades estudadas, localizadas em áreas cercadas pelo cultivo mecanizado da soja, destaca-se o processo de resistência e reprodução das mesmas. Essas comunidades localizam-se na mesma área geográfica e com processos de formação históricos semelhantes, mas enfrentaram processos de esvaziamento

diferentes. Porém, dentre essas comunidades a do Prata e a do Paca, enfrentaram um processo de esvaziamento quase que total, entretanto a do Açazal do Prata, conseguiu manter os seus membros em seu território.

Assim, o fio condutor de toda a pesquisa é analisar esse paradoxo desterritorializante, questionando se esse esvaziamento foi proporcionado pelo discurso encantador do agronegócio, ou por eles mesmos enquanto atores sociais e econômicos, ou outro fator influenciador?

Antes de pormenorizar algumas características específicas dessas comunidades, faz-se necessário elencar alguns itens que de certa forma influenciaram no processo de resistência e também no esvaziamento dessas áreas. Dentre eles destacam-se algumas questões de caráter endógenos e outras de caráter exógenos, que influenciaram o desencantamento dos camponeses, bem como o encantamento pelo agronegócio nesse território:

1- Fatores endógenos que contribuíram para o desencantamento dos camponeses locais:

- a) Algumas experiências envolvendo movimentos sociais anteriores não lograram êxito, como grupo de revenda, grupo de interesses e sindicatos;
- b) As técnicas agrícolas utilizadas pelos camponeses eram as mesmas desde o início da formação dessas comunidades, continuavam utilizando a enxada, sobretudo nas plantações de mandioca;
- c) Desprovisionamento de assistência técnica, práticas envolvendo agroindustrialização, falta de acesso a créditos e financiamento e sem perspectiva com o mercado;
- d) Os seus descendentes em especial os filhos, e membros da segunda geração, empreenderam migração com destino a Manaus ou para garimpos;
- e) Assim, a terra que antes era uma espécie de sonho, estava transformando-se em um fardo, sem a mão de obra familiar.
- f) Dificuldades para favorecer educação escolar para os filhos, ou se deslocavam para centros urbanos, ou então desistiam de estudar.
- g) Baixa confiança como ator econômico e social, reforçada por uma ideia de fracasso gerenciável.

2- Fatores exógenos que contribuíram para o encantamento da implantação do agronegócio na região:

- a) Discurso sedutor, empregado pela elite local, de que a soja seria o “ouro verde” do momento, amparados em estudos efetuados pela EMBRAPA, e divulgados através de caravanas pelos políticos e empresários locais, na região do Mato Grosso;
- b) Desestruturação da pecuária extensiva local, em virtude de crises de febre aftosa que acometiam a região e conseqüente queda nos índices de exportações de carne;
- c) A crença na necessidade de modernização da lavoura local, mas não enxergavam no campesinato local, um agente de transformação, mas através da tecnificação, efetuada pelos agricultores do centro sul do país;
- d) Assistência técnica até então não tinha demonstrado ser capaz de assessorar os camponeses em atividades envolvendo uma cadeia produtiva, o que ocorriam eram assessoramentos pontuais, somente baseados no incremento produtivo e não na melhoria de inserção de mercados, afinal o foco eram os investimentos patronais;
- e) *Lobby* das empresas do agronegócio, se autoproclamando as únicas capazes de fazer o aproveitamento competente e de base tecnológica avançada dos solos que ela encontrava pela frente;
- f) *Lobby* do mercado imobiliário local, que representava esse campesinato como incapaz de valorizar a terra, pois essa valorização atual tomava como referencial a especulação e não pela sua capacidade de produção;
- g) Os bancos que não estavam estruturados ou interessados em financiar pequenos produtores;

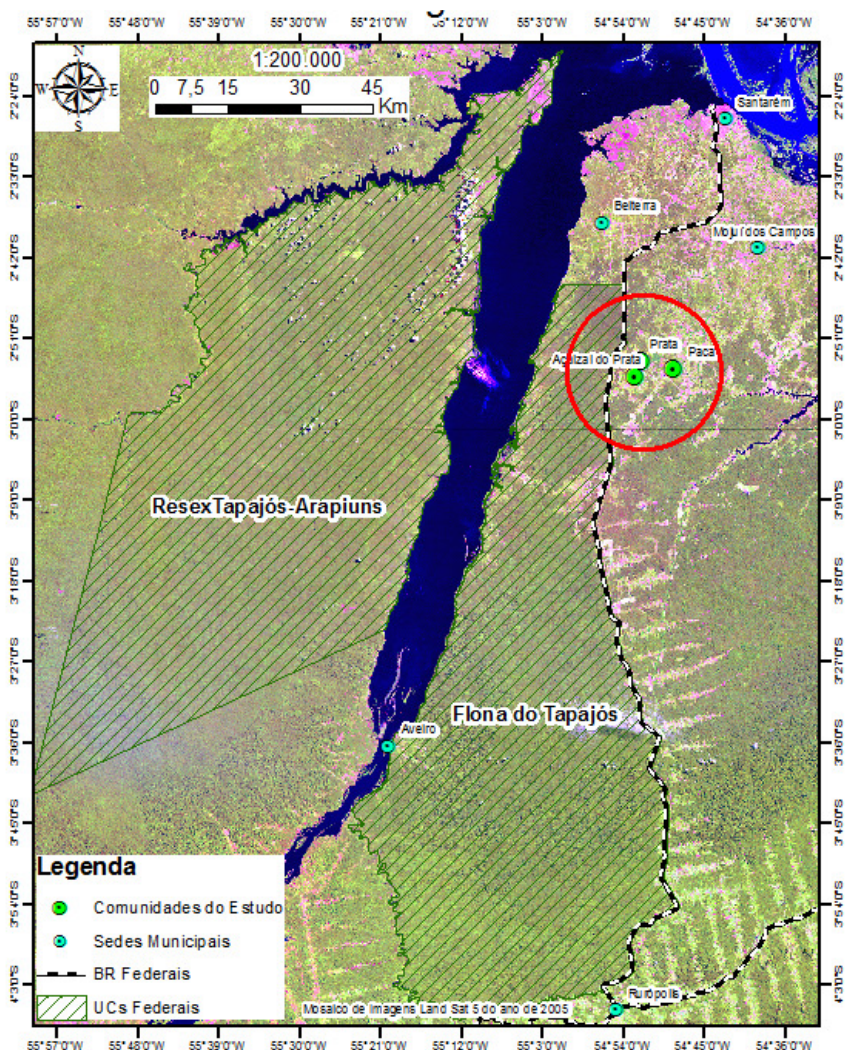
Nesse contexto, percebe-se certo paradoxo; enquanto os camponeses enfrentavam um desencanto em relação ao solo, (que era a principal riqueza daquele momento), os produtores de soja experimentavam um encanto em relação à apropriação desse solo. Então, esses fatores de desencanto, de certa forma incidiram sobre a desvalorização da terra. Esses camponeses venderam as terras a preços baixos, mas na medida em que essas mesmas terras passavam para a mão dos produtores de soja, assumiam preços extremamente elevados.

Ao discorrer sobre esse cenário expansivo da cultura da soja nesse território, registra-se que o momento de “boom” mais intenso ocorreu até 2005, segundo as palavras da entrevistada:

Por mais que tenha havido um hiato que vai de 2005 a 2013, queira ou não, o agronegócio colocou uma cunha territorial, aqui na região. É irreversível, pode vim a mudar de cultura, hoje é soja, amanhã pode ser cana, algodão, mas a região não retorna as atividades de pequena produção. Essa cunha se colocou num cenário que se passa a se consolidar, não como uma região de um grande impacto produtivo para a produção de grãos na região, pois houve um zoneamento econômico ecológico, e esse ordenamento territorial de certa forma delimitou o espaço de produção. Teve também uma delimitação pelos movimentos sociais e pela ação do governo Lula, que fez uma delimitação territorial naquele momento, de uma importância estrutural histórica, ou seja, se não tivesse o ordenamento territorial, as Flonas, ZEE, BR 163, o que temos hoje de floresta, teria sido arrasada por corte raso. No cenário do Baixo Amazonas-PA, passa a se compor um mosaico em que temos a presença de unidade de conservação, de territorialidades ribeirinhas, indígenas, diversos complexos portuários, que coloca a presença do agronegócio consolidado na região, sejam pelo território ocupado pela soja, seja pela logística de transporte que traz a soja do centro-sul do país para os mercados globais (Raimunda Monteiro, Professora e reitora da UFOPA- 2014).

Assim, essa “cunha territorial”, foi encravada na região, trazendo consigo uma série de alterações irreversíveis, mesmo a região apresentando alguns fatores que de certa forma limitaram a expansão desmedida desde processo expansivo. A Figura 29 apresenta um desses fatores limitantes; as unidades de conservação próximas às áreas de estudo.

Figura 29 - Mapa Mostrando a Influência das UCs Federais na Região do Estudo.



Fonte: LABGEO-IBAMA-STM-PA.

Ao lado das comunidades estudadas, localiza-se a Flona do Tapajós, uma unidade de conservação federal, criada em 1974, enquadrada como uma floresta nacional destaca-se como a que mais comporta pesquisas científicas no Brasil, com um total de 65 em 2013. Apresenta uma área de 527.000 hectares, distribuídas entre mais de 160 km de praias e uma enorme composição diferenciada de paisagens e uma grande diversidade de grupos sociais tradicionais, como quilombolas e aproximadamente 500 indígenas (ICMBIO, 2015).

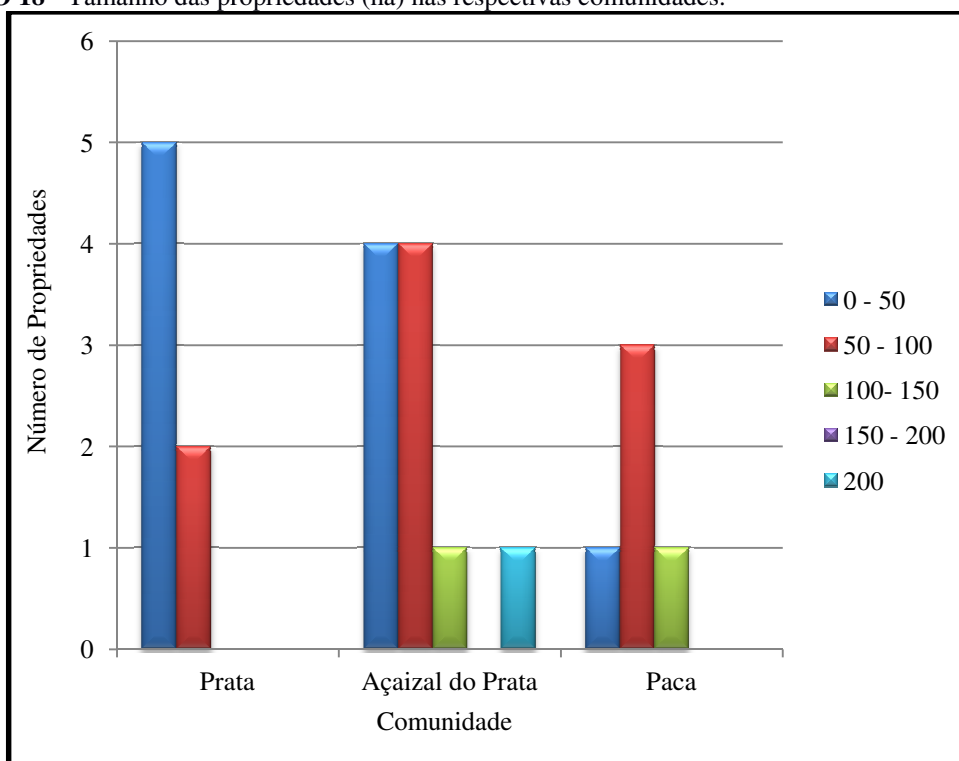
Essa unidade está bastante preservada, apesar de sofrer grandes pressões por parte dos madeireiros e produtores de grãos, a mesma contribui de certa forma, para frear a expansão do agronegócio de soja, pois funciona como uma espécie de barreira, evitando que as plantações avancem por suas terras. Também outra unidade, que se localiza do outro lado da BR 163 e do rio Tapajós é a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, com 6.77.513, 24 hectares, criada em 1998, também representa uma espécie de freio para a expansão do cultivo de grãos.

(ICMBio, 2015). Então, essas demarcações de unidades de conservação e também terras indígenas contribuíram para evitar uma maior expansão do agronegócio sobre essa região.

Essas unidades de conservação fazem parte dessa nova dinâmica territorial, contribuindo também para o processo de reprodução camponesa. Nesse processo, a terra é um elemento essencial.

Em relação às características das propriedades, observa-se no Gráfico 18, que as mesmas apresentam áreas de pequenas extensões. Na comunidade de Açaizal do Prata, registra-se que 4 famílias das entrevistadas apresentam áreas equivalentes a 1 hectare. O que evidencia através dos números, que são pequenas propriedades utilizadas pelas famílias, com o emprego da própria força de trabalho, caracterizando assim, uma agricultura de autoconsumo, com poucas vendas dos excedentes, como foi possível verificar nas incursões de campo.

GRÁFICO 18 - Tamanho das propriedades (ha) nas respectivas comunidades.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Apenas uma propriedade difere deste contexto, em relação a extensão, na comunidade do Açaizal do Prata, pois ultrapassa 200 hectares. Segundo o proprietário, partes de sua terra foi arrendada para o cultivo da soja, mas depois evitou esse procedimento, pois alegava que danificava a propriedade. Em entrevista, o mesmo afirmou:

Arrendou a terra com assinatura para um ano, o que ganhou só deu para refazer a campina. Resolveu não vender a propriedade, mesmo com as procuras, o que serviu para segurar o avanço da soja sobre as áreas dos pequenos na comunidade de Açaizal do Prata. Como minha área é grande, uns 200 hectares, não vendi e segurei as outras por perto, já que o produtor queria grandes áreas. Já sabia que ia ser assim, pois desde pequeno, ouvia o Frei Vidal dizer que ainda viria um tempo que chegaria uns gafanhotos comendo tudo na terra. Esse tempo foi agora. Lá no Paca não se acha nem um graveto de pau mais, e antes as pacas cruzavam o caminho, agora não se vê uma (Joaquim Cajado, morador da comunidade do Açaizal do Prata, 2014).

Essa assertiva fundamenta-se, ao verificar que no entorno dessa propriedade, localizam-se várias outras de pequena proporção, que não cederam as investidas das compras de terra pelos produtores de soja, e que se dedicam a agricultura de autoconsumo, com destaque, para uma grande produção de farinha, aliada ainda a influência de líderes locais.

Ao discorrer sobre a realidade experimentada por cada comunidade, verifica-se que a comunidade do Prata, foi a primeira a ser fundada em meados de 1945, (processo de formação já descrito no capítulo I), é a mais próxima da BR 163. Dentre as outras, essa apresentou uma série de fatores que a destacam das demais. Essa comunidade funcionou como uma espécie de “embrião da resistência”, pois dela surgiu o primeiro sindicato da região, e vários movimentos sociais e comunitários, incluindo um grupo de revenda, com influência de dois seminaristas da igreja católica, Geraldo Irineu Pastana e Ranulfo Peloso da Silva, que foram estudar no seminário em Recife e retornaram em 1974, com ideias inovadoras. Disponha da maior rede de acesso, tanto pela BR 163, bem como pela vicinal Santarém- Jabuti, mesmo assim, enfrentaram diversas dificuldades envolvendo locomoção e escoamento de produtos.

Na Figura 30 é possível identificar o contraste na área da comunidade, visualiza-se pequenos roçados de mandioca e milho, ladeado por extensas plantações de soja.

Figura 30 - Pequenas plantações de mandiocas, dividem espaço com as plantações de soja que espalham-se ao longo da comunidade do Prata.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Essa comunidade sofreu influência dos fatores endógenos e exógenos citados acima. Em uma reunião¹⁸, realidade na Casa Familiar Rural, envolvendo moradores locais, professores, estudantes, universitários da UFOPA de Santarém-PA e o presente pesquisador, foi possível verificar o quanto esses fatores descritos influenciaram diretamente sobre essa comunidade. Entremeio as conversas, identifica-se que os antigos moradores, insatisfeitos com a situação de abandono, a falta de escolas, assistência técnica especializada e crédito, resolveram vender as suas propriedades para os produtores de soja, de médio porte, provenientes do Centro-Sul do país. Eles acreditavam que estavam fazendo ótimos negócios, em virtude dos valores. Porém, descobriram que o valor, não foi suficiente para proporcionar as melhorias esperadas.

Em entrevista com Marlene Muniz de Castro, que foi professora da escola da comunidade do Prata, quando funcionava e atualmente trabalha na Casa Familiar Rural, percebe-se o quanto a comunidade enfrentou perdas:

Antes a comunidade contava com um campo de futebol, onde aconteciam os jogos entre os moradores, hoje não temos mais. Tinha uma escola de ensino fundamental com 40 alunos em média, onde eu fui professora, mas foi fechada em outubro de 2003. O período que mais teve venda de terras para os gaúchos foi em 2003. Esses

¹⁸- Reunião de intercâmbio cultural, realizada na CFR, na comunidade do Prata, entre os estudantes e moradores locais, universitários da turma de Engenharia Florestal 2009, sob a coordenação a Prof.^a Dr.^a Raimunda Monteiro, e o presente pesquisador, em outubro de 2012.

antigos moradores mudaram-se para a cidade, a comunidade do Tabocal e do São Jorge. Nesse meio tempo foi feita a eleição de fundação da Casa Familiar Rural, em 22 de agosto de 2010, mas começou a funcionar em 04 de abril de 2011, com duas turmas de Técnico em Agropecuária, compostas por 60 alunos. Foi até feito um chá de cozinha para a escola. Porém, essa escola chegou depois, as famílias já tinham vendido as terras. Se tivesse vindo antes, teria ficado mais famílias (Marlene Muniz de Castro, Ex-professora da comunidade do Prata, antes da chegada da CFR, 2012).

A Casa Familiar Rural, localizada na comunidade do Prata é uma espécie de elemento agregador (já citado no capítulo 1), que funciona com a pedagogia alternância, onde os alunos passam 15 dias na escola e o restante em casa, auxiliando os pais e colocando em prática os conhecimentos que receberam em sala. Atende várias comunidades adjacentes, é mantida em parte pelos pais dos alunos, que contribuem com a alimentação e pela Prefeitura Municipal de Belterra-PA, que arca com os salários dos professores e demais funcionários.

Acontece um importante evento na Casa Familiar Rural, que agrega todas as comunidades locais, e apresenta-se como um forte elemento agregador. Trata-se do Festival da Galinha Caipira, que ocorre em agosto. Essa festa envolve os alunos e as comunidades locais, onde todos se juntam para apresentações folclóricas, bingos, vendas de comidas regionais, incluindo a galinha caipira (Figura 31).

Figura 31 - Festival da Galinha Caipira na comunidade do Prata.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

É uma forma de favorecer interação entre todos os comunitários da vizinhança (Figura 31). Em agosto de 2013, participamos desse evento, onde na oportunidade conversamos com diversos moradores, sobre as influências do processo expansivo do agronegócio da soja sobre seus territórios.

Ao participar desse evento, (Figura 32), foi possível perceber o quanto os moradores da comunidade do Paca enfrentavam dificuldades para chegarem até o local da festa. Segundo o relato de uma moradora dessa comunidade, os esforços valem a pena:

A gente mora distante da Casa Familiar Rural, uns 10 Kms, como meio de transporte só tem uma moto e não dá pra trazer todo mundo, não passa carro de frete, nem ônibus. Pra não perder a festa a gente junta as amigas aqui do Paca e sai cedo da tarde, leva a roupa na bolsa, e vai caminhando até a escola. Chega cedo, antes de começar a festa, troca a roupa e cai na festa (Hélia, Moradora da comunidade do Paca, entrevista concedida em 2013).

Essa instituição, mesmo possuindo um caráter agregador, foi instalada em 2010, quando já havia passado o período de vendas intensas das terras nas adjacências. Portanto, a comunidade do Prata, mesmo tendo contribuído com movimentos sociais significativos, não conseguiu manter os seus membros em seu território; alguns dos líderes da época, mudaram-se do local, os moradores restantes apresentam vínculos familiares, mas não sabem por quanto tempo vão permanecerem na área.

Figura 32 - Participação no Festival da Galinha Caipira na comunidade do Prata.



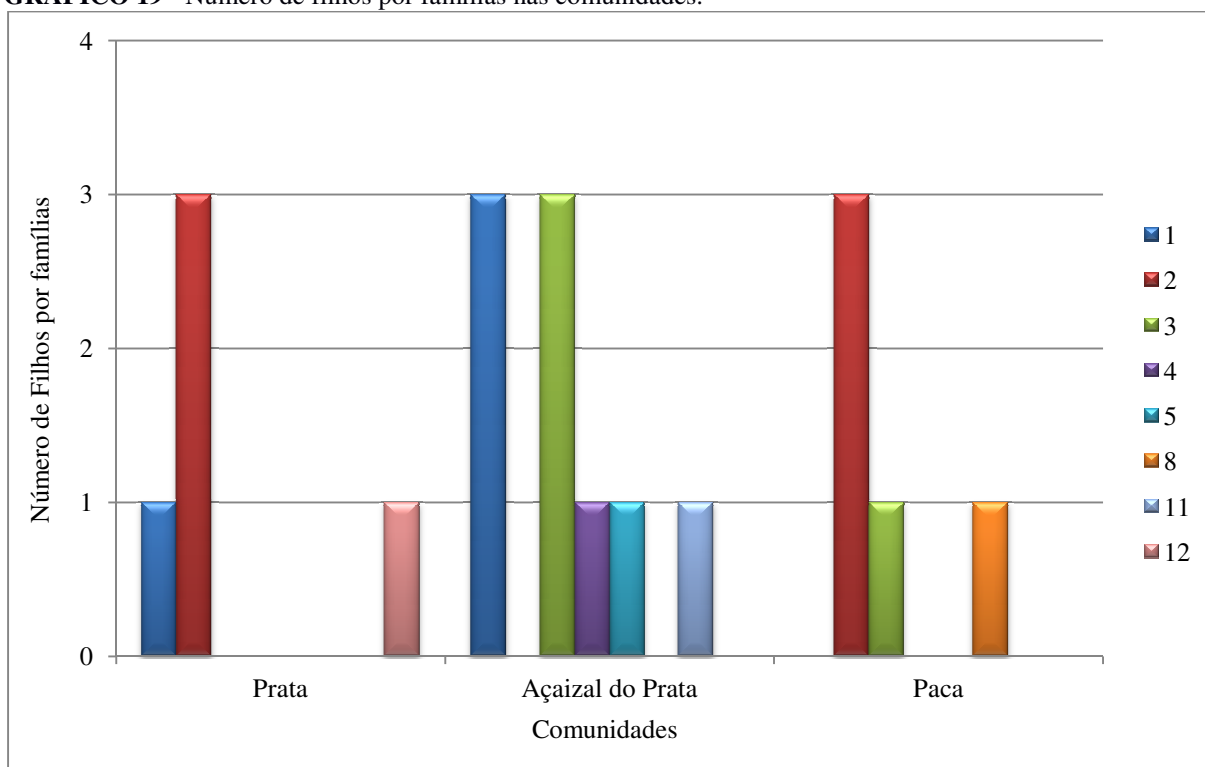
Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

No processo de reprodução dos camponeses, o acesso a terra é fundamental, para a continuidade das comunidades. Nesse processo, percebem-se algumas interferências:

Assim, a realidade mostra que nas regiões predominantemente ocupadas pelos camponeses não é necessariamente o processo de expropriação direta pelo capital que comanda e determina o processo, expropriando a terra campesina, mas, sim, o capital, que talvez sabiamente expropria as possibilidades de os filhos dos camponeses poderem também ter terra para continuar camponeses. É por isso, que, na maioria dos casos, são os filhos dos camponeses que se proletarizam. A proletarização não precisa atingir diretamente toda a família camponesa, mas seguramente a maior parte dela, seus filhos. Essa distinção dos processos atuantes é fundamental para o entendimento do processo geral que o país conhece (OLIVEIRA, 2012, p. 83).

Em relação aos filhos dos camponeses, a sua permanência nessas comunidades é essencial na resistência e reprodução dos mesmos. As famílias da área pesquisada, apresentam muitos filhos, o que torna a necessidade de permanência nessas terras ainda mais necessária, para continuidade das comunidades.

GRÁFICO 19 - Número de filhos por famílias nas comunidades.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

O Gráfico 19, expõe o número de filhos por comunidade, fundamentando que as famílias formadoras das comunidades estudadas foram numerosas, em alguns casos, algumas chegaram a atingir um total de 11 e até 12 filhos. Refletindo assim, um pensamento reinante a

época, onde filho era visto como mão de obra para auxiliar nos trabalhos das propriedades. Como em sua maioria são famílias numerosas, elas necessitam dar continuidade aos seus clãs e para isso necessitam de áreas. O número de filhos interfere diretamente no processo de reprodução, pois algumas propriedades nas comunidades estudadas são pequenas, o que dificulta o processo de reprodução dessas famílias.

Essas terras são repassadas para os filhos através de herança, ou casamentos, onde acontece a partilha de um pedaço de terra, para a nova família. Como isso é uma necessidade de sobrevivência, alguns filhos também saem para estudar em cidades da circunvizinhança e até outras mais distantes, mas a esperança é que eles se deem bem lá fora, caso isso não aconteça devem voltar à comunidade, essa é a esperança dos pais. Portanto, deter a posse dessas terras é fundamental, além de ser considerado uma espécie de poupança, também contribui no processo de reprodução dessas comunidades.

Através das entrevistas, foi possível entender melhor o processo expansivo do cultivo da soja sobre o território dos camponeses. Sobre esse processo, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém-STTR-STM-PA, afirma que:

Em 2002 começaram a surgir as plantações de soja e principalmente a compra de terras. Foi feita uma campanha em parceria com o Greenpeace, para as famílias não abrirem mão de suas terras. Inclusive umas 500 famílias já tinham vendido suas terras lá no Planalto. A campanha ajudou a estabilizar esse problema da venda em 2005. Esse processo não trouxe nenhum benefício à agricultura familiar, só prejuízo. Ocuparam as terras onde se produziam alimentos; os trabalhadores migraram para diversos lugares; devido o veneno utilizado na soja, às pragas se deslocaram para as lavouras dos camponeses; secas no Igarapé; o trânsito na BR 163 ficou mais violento, com maior incremento de mortes. A soja passa e vai embora, não é beneficiada aqui. Assim, não teve nada produtivo, algumas comunidades foram dizimadas, alguns migraram para os centros urbanos e outros para o interior da floresta. (Manoel Edvaldo Santos Matos - Presidente do STTR - 2014)

A Figura 33 registra esse momento, onde foram distribuídos vários cartazes pelas comunidades, alertando os camponeses para não venderem as suas terras. E segundo informações do próprio sindicato, a campanha obteve bons resultados, pois a partir de 2005, a venda de terra estabilizou-se. Porém, segundo o STTR, em média umas 500 famílias já haviam vendido as suas terras.

Figura 33 - Cartaz distribuído pelo STTR, para estimular a permanência dos camponeses em suas terras.



Fonte: Antônio Vieira Santos¹⁹.

¹⁹- Desde jovem Antônio Vieira Santos, envolveu-se nas lutas dos camponeses pernambucanos por acesso à terra. Militou ao lado de Dom Helder Câmara em prol da causa camponesa, e por isso no período da ditadura, foi preso e torturado. Foi uma referência na área da educação popular, trabalhando na Ação Popular (AP) e Movimento de Educação de Base (MEB). A partir dos anos 70, passou a trabalhar na Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), saindo do Nordeste para o Amazonas, atuando principalmente em Santarém-PA e em Manaus-AM. Foi um ícone do sindicalismo combativo na região, onde sua participação está registrada no documentário “Lamparina”. Possuidor de grande talento artístico, utilizando a guache, óleo e o bico de pena, pintou várias obras para os movimentos populares. Faleceu no dia 20-12-2015, aos 75 anos em Recife-PE. Fonte: <http://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/morre-aos-75-anos-o-companheiro-antonio-vieira-santos/>.

Em visita ao Centro de Estudo, Formação e Pesquisa dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Baixo Amazonas, (CEFT-BAM), criado em 20 de janeiro de 1990, entidade sem fins lucrativos, que abrange diversos municípios da região Oeste do Pará, comporta em média 36.000, trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanas, e apresenta como objetivo essencial, formação ideológica, política e técnica dos trabalhadores (as) da zona rural e urbana, com a finalidade de fortalecer a produção familiar no Baixo Amazonas-PA. Segundo o responsável pela entidade, no período da expansão, diagnosticou-se que:

Os trabalhadores não estavam preparados para lidarem com o avanço do agronegócio. Os produtores começaram a comprar as terras por um preço considerado alto pelos agricultores. Alguns acabaram vendendo e mudando para as cidades, mas não tinham estrutura, colocaram comércio, mas com o fiado, perderam os bens. Os filhos passaram a enfrentarem problemas com drogas, prostituição. Foi uma perda diferente; a cidade não estava preparada, nem os agricultores, nem a estrutura de governo. Não sou contra o agronegócio, mas trouxe problemas ambientais e culturais para a região. Teve um caso de um agricultor que foi o último a vender a terra na sua comunidade, pois as galinhas e até as abelhas estavam morrendo, o adubo químico atingiu até o lençol freático, questão de saúde pública (...). Faltou incentivo e estrutura para esses trabalhadores que ficarem no campo. Um grande problema foi o atraso no Programa Luz para todos. No ramal que a energia passa, o povo fica, está conservado, está melhor, mas os que não passa estão pior, pois tem dificuldades de se manterem. O maior problema é a falta de assistência técnica. A EMATER não tem técnico suficiente, não tem acompanhamento (Vanilson José Tavera da Silva, CEFT-BAM -2014).

Esse processo expansivo provocou uma série de reações e problemas, capazes de produzirem grandes dinâmicas territoriais. O ponto fundamental, percebível nas entrevistas, é o registro de que a população local não estava preparada para essas alterações que lhe foram impostas. Esses camponeses ficaram desprotegidos, enquanto os representantes do grande capital forjavam um discurso de modernidade necessária e inevitável. Como se esse fosse o único caminho a ser trilhado e como se essa cultura fosse a salvação para o território local, como observa-se na fala do representante da CPT.

Em Santarém em 2002, no governo de Lira Maia, ele pediu para fazer um zoneamento, 600 mil km estavam antropizados. Tornou um caos fundiário no Pará, eles sempre ocuparam as terras passando de pai para filho, aí vai discutir na justiça quem é dono e a grilagem imperou de 2004 a 2005. Foi uma operação faroeste, desvendaram uma quadrilha que vendia terras pela internet, inclusive com uma imobiliária. Uma grilagem profissional, envolvendo cartórios, advogados, até funcionários do INCRA, já tem até um inquérito. Os produtores necessitavam de grandes áreas. A expulsão aconteceu de forma direta e indireta. Direta, ameaçando, queimando casas, indireta; compra um lote e iam ocupando as áreas do fundo. Era uma cultura diferente do que as pessoas estavam acostumadas; a) Problemas ambientais, produtos químicos destruíam os animais domésticos, eles não pariam, os insetos invadiam as plantações. b) Estrutura estaria das comunidades

destruídas; c) migrações de famílias que famílias, muitas foram para cidades como Belém, Manaus e vilarejos no entorno da BR 163, alguns próximos a Belterra, compraram terras de 3 a 8 hectares, com outra lógica de vida, sem poder criar animais. Não há muitas mudanças nos dados do campo, conforme o IBGE, essas pessoas continuavam rural, mas em áreas menores, indo a cidade procurar emprego. Assim, a soja vai ocupando tanto os espaços fundiários bem como os políticos. A ausência do Estado, é uma ausência pensada; d) conflitos na área ocupada, algumas populações resistem, o ímpeto de resistência os anima. Alguns dizem que a soja é a modernidade. O que a soja significa para nós? Ela apenas passa, atravessa o Atlântico, China, Europa ou o Panamá. O progresso econômico não é para todos, quem cresce é só agro, montam uma bancada no Congresso e vão barganhar, inclusive burlando as regras do código florestal. O progresso é utilizado para mascarar, discursos inventados para amansar as pessoas (Gilson Rêgo, representante da CPT- 2015).

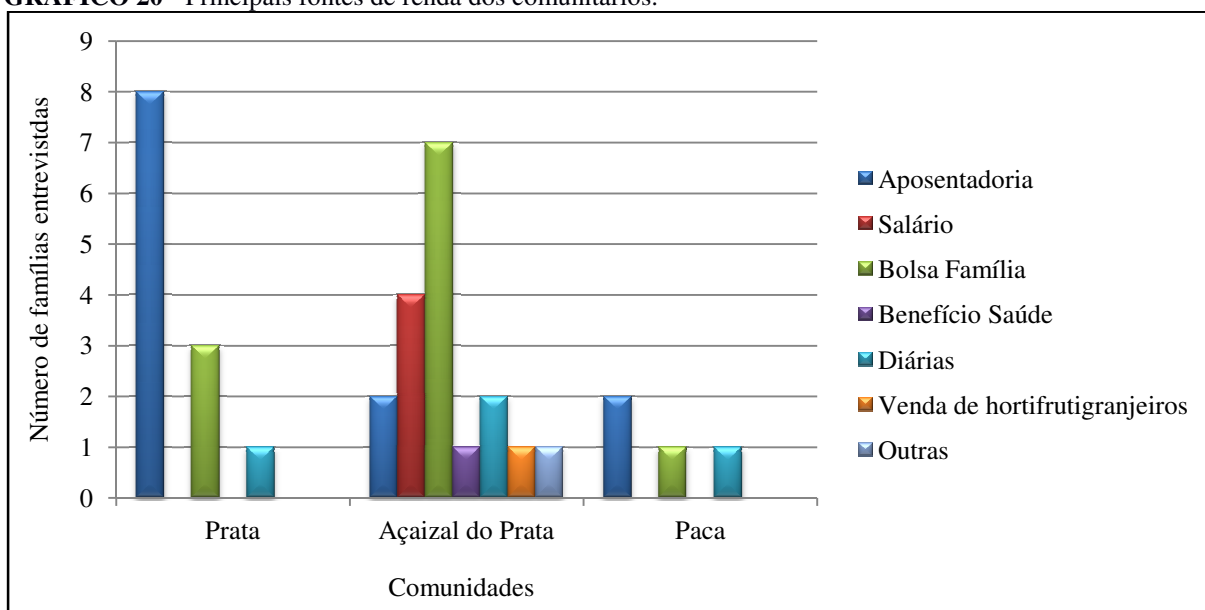
Foi um nítido processo de construção de um discurso amparado na modernidade, propagado pelos representantes do agronegócio, só que não expressava as consequências que esses camponeses irão enfrentar. Por isso, que desde o princípio, o encantamento foi menor entre os camponeses.

Quanto à comunidade do Açaizal do Prata, que é limítrofe com a do Prata, apresenta um caso de resistência mais emblemático e interessante. Isso porque, dentre as comunidades estudadas ela é a que registra uma maior coesão, os seus membros não cederam aos assédios para vendas das suas terras.

Ela apresenta continuidade da mesma área geográfica, processo de formação histórica, cultural e econômica parecida, porém reações diferentes ante a expansão do agronegócio da soja. Ela foi fundada em meados de 1956, por famílias que vieram do Ceará, Maranhão e outros estados.

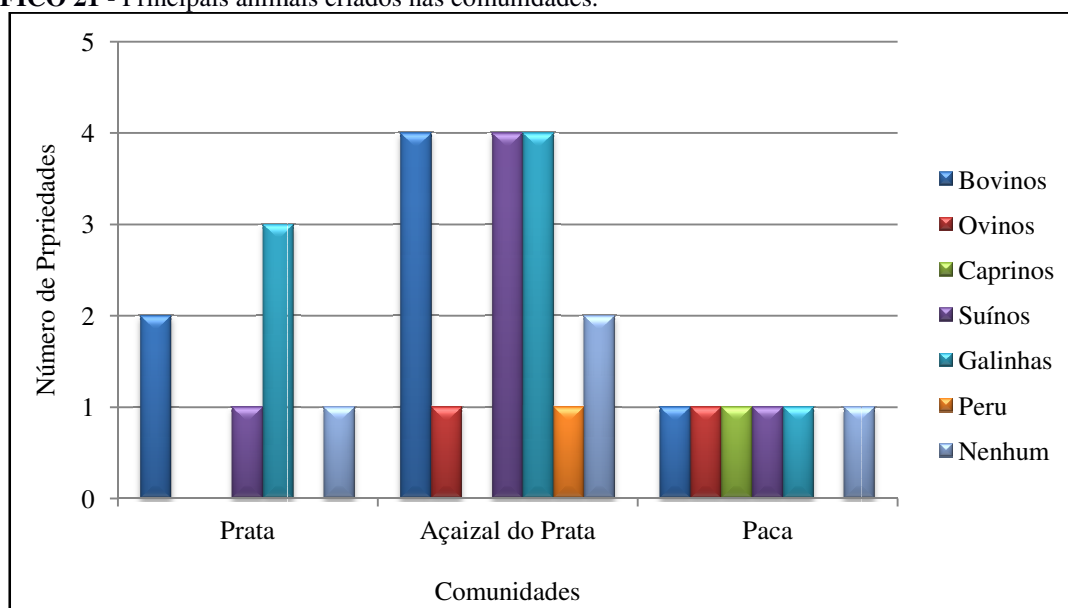
Nas comunidades pesquisadas, observa-se que alguns camponeses também praticam o trabalho assalariado, entretanto, como afirma Marques (2008), isso permite que ele mantenha a posse da terra, bem como uma alternativa para complementação da renda.

A situação de declínio da produção camponesa evidencia-se, com o contraste das famílias que ainda fazem algum cultivo, utilizando, no máximo um (1) hectare de suas propriedades, enquanto que as dos sojeiros utilizam mais de dez (10) hectares. Os camponeses não tiram mais seu sustento apenas da agricultura, combinando a renda com ingressos assistenciais do governo e atividades de serviços. Na comunidade de Açaizal do Prata, a situação se repete, aparecendo famílias que arrendam as propriedades para os produtores de grãos e algumas que se arriscam com plantios próprios, na tentativa de se adaptar ao padrão dominante no seu entorno.

GRÁFICO 20 - Principais fontes de renda dos comunitários.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Em relação às fontes de renda apresentadas pelas comunidades, o Gráfico 20, expressa quais são essas diferentes fontes. Na comunidade do Prata, merece destaque para a incidência de pessoas aposentadas e bolsa família. Como na comunidade do Açaizal do Prata, encontram a maior quantidade de famílias, nela verifica-se a maior diversificação dos tipos de renda, a predominância é para os programas assistenciais do governo, e também atividades assalariadas. Quanto a comunidade do Paca, por sua menor quantidade de membros, o destaque é para a aposentadoria como fonte de renda.

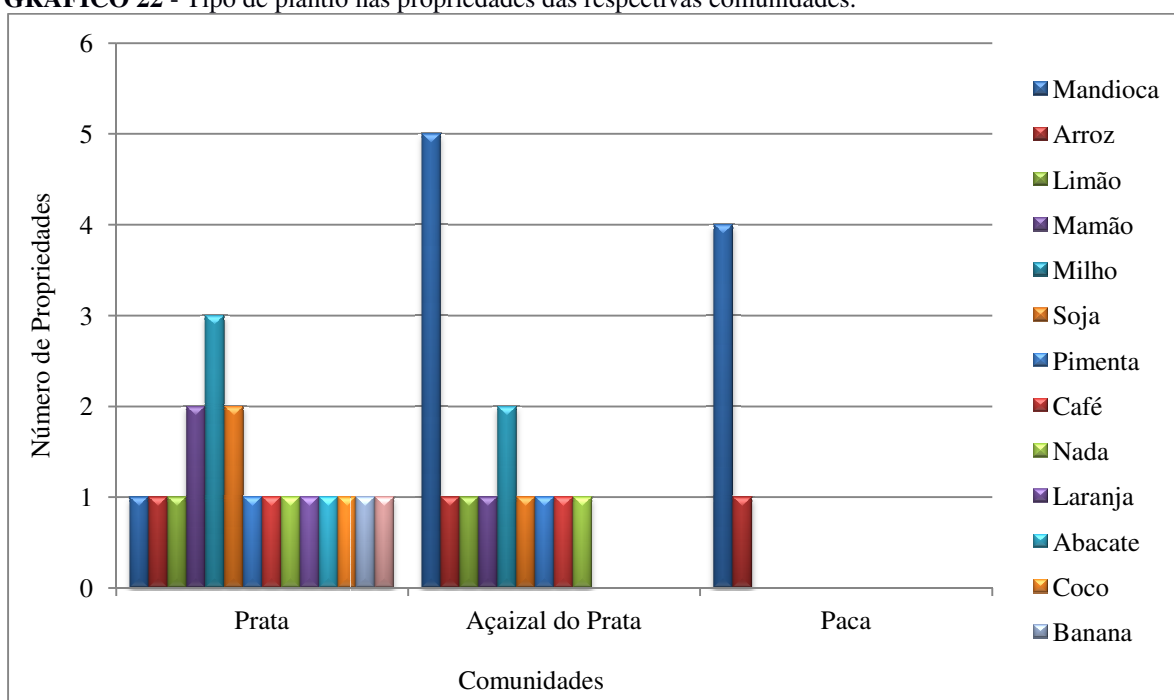
GRÁFICO 21 - Principais animais criados nas comunidades.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Quanto aos tipos de animais que são criados nas comunidades, no Prata o destaque é para a quantidade de propriedades que criam galinhas e também bovinos. Já a do Açaizal do Prata, apresenta uma grande diversificação de animais, com predominância para galinhas, suínos e bovinos. Quanto a do Paca, apresenta uma pequena quantidade de animais, porém bem diversificada (Gráfico 21).

No que diz respeito aos tipos de plantio desenvolvidos nas comunidades, observa-se no Gráfico 22 uma diversificação de culturas destinadas ao autoconsumo. Quanto ao tipo de plantio, destaca-se o cultivo da mandioca, como uma importante fonte de alimento, bem como de renda entre os comunitários. A produção de farinha é o grande destaque na maioria das famílias, com técnicas ainda tradicionais e com baixo aproveitamento de subprodutos (tucupi, goma de tapioca, etc.). A soja é declarada como produção em Prata e Açaizal do Prata, onde os produtores estão mais próximos das comunidades em termos de relações. A produção agrícola de Paca, realizada pelos camponeses é residual, refletindo seu ilhamento territorial, social e econômico.

GRÁFICO 22 - Tipo de plantio nas propriedades das respectivas comunidades.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Foi constatada uma intensa produção de farinha ao longo das comunidades. Diversas casas de farinhas estavam em operação, explicitando assim, o quanto a produção da mesma, faz parte do cotidiano, bem como de outros produtos hortifrutigranjeiros, que são vendidos na feira.

Esses produtos dos camponeses são comercializados na feira livre de Santarém-PA. A organização desse comércio fica a encargo da Associação dos Produtores Rurais de Santarém-PA- APRUSAN. Essa entidade foi criada em 17 de junho de 1983, com o objetivo de organizar a classe dos camponeses para garantir o espaço de comercialização dos produtos e melhorar a permanência do homem no campo. Segundo o seu presidente, atualmente comporta 1.500 famílias, distribuídas entre 88 comunidades, divididas em 8 regiões. Muitos camponeses das comunidades estudadas pertenceram a essa associação, mas saíram posteriormente.

Em média 25 a 20 famílias das comunidades de Prata, Açaizal do Prata e Paca, pertenciam a essa associação. A maioria se desligou em meados de 1995. O que mais influenciou a saída desses camponeses das suas terras e o desligamento da associação, foi a falta de infraestrutura, acesso a saúde, educação. Como eles padeciam de infraestrutura facilmente venderam as suas terras para os representantes do agronegócio. Percebo uma decadência de nível social, educacional e produtivo entre esses camponeses, devido o avanço do agronegócio sobre suas áreas. Para venderem os produtos nas bancas na feira é preciso ser associado, como eles não são, procuram entregar os seus produtos através de parceria com outros associados, ou tentam vender direto. Mas isso tem que demorar semana na feira pra vender, então eles costumam entregar a produção a atravessadores, por preços menores (João Dalmácio Rodrigues – Presidente da APRUSAN – 2014).

Assim, é possível constatar as dificuldades que esses camponeses enfrentam para comercializarem os seus produtos diretamente na feira da cidade. Considerando a localização, muitos desses camponeses deslocam-se até a feira de Santarém-PA, na sexta-feira, para levarem os seus produtos.

A comunidade do Paca, distante em média uns 10 km das demais, já não existe a presença de nenhuma escola ou outro aparato comunitário (Figura 34). O depoimento de uma professora aposentada da comunidade exprime algumas dificuldades enfrentadas por aqueles que desejam estudar:

Tinha uma escola que contava com uns 40 alunos, mas devido as constantes saídas dos moradores, foi fechada em 2002, os meninos restantes em idade escolar, têm que ficar em casas alugadas nas comunidades próximas onde há escolas e retornam para a casa dos pais nos finais de semana. Os que têm parentes ficam nas casas desses, os que não têm pagam alguma coisa para as famílias que recebem os alunos (Professora Aposentada da Comunidade do Paca, 2013)

Essa comunidade foi a que apresentou maiores dificuldades para os seus membros permanecerem em seus territórios. Em 2013, a Prefeitura disponibilizou um ônibus para transportar os alunos para estudarem na comunidade mais próxima.

Figura 34 - Ruínas da escola da comunidade do Paca, desativa da em 2002.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

O morador Pedro Hélio, assegura que não sairá das suas terras, mesmo com todas as dificuldades, pois não pretende deixar os restos mortais de sua mãe, que se encontra no cemitério local, quase totalmente absorvido pelas plantações de soja, conforme se verifica na Figura 35. Os seus irmãos já migraram para outras regiões, assim como outros moradores.

Figura 35 - Cemitério que fica cercado por plantações de soja, na comunidade do Paca.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Através dessa atitude e de outras, é possível identificar relações diferenciadas desses camponeses com os seus territórios. Muitos deles não o vêem apenas como um recurso a ser apropriado, mas muito além, envolvendo elementos do “signo do sagrado”, como se identifica abaixo:

Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos-nos dele. Além disso, os viventes não são os únicos a ocupar o território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca como signo do sagrado. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer (HAESBAERT apud BONNEMAISON e CAMBRÈZY, 2011, p. 51).

Esse comportamento demonstra uma forma diferente de se relacionar com o território, muito presente nas sociedades tradicionais, incluindo as camponesas. Essa mesma relação não é percebida entre os sojicultores, que em nome da produção e do lucro, avançam sobre as margens das estradas, “os terreiros das casas” e por onde mais for possível plantar. A Figura 36 retrata o quanto essas plantações estão pressionando os camponeses, a ponto de atingir “os seus terreiros”, na comunidade do Paca.

Figura 36 - Plantações de soja pressionando os terreiros dos camponeses na comunidade do Paca.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Em virtude do avanço das plantações de soja sobre as áreas dessas comunidades, o período de migração intenso enfrentado pelas mesmas, foi no final dos anos de 1990 até 2002.

Boa parte dos que saíram foram para comunidades localizadas mais no interior da floresta, nos Projetos de Assentamento do INCRA, Macaco, Piranha e Rainha da Floresta.

Outras famílias se mudaram para a vila de Cipoal, um bairro da região Peri-urbana²⁰ que cresceu com a chegada dos agricultores familiares desterritorializados pelo cultivo de soja produto desta dinâmica e, para a cidade de Santarém. Com o dinheiro da venda das terras, compraram lotes urbanos em áreas precárias, bens de consumo e em geral, motocicletas.

Figura 37 - Áreas plantadas com soja, onde antes eram moradias de camponeses na comunidade do Paca.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Quanto aos problemas enfrentados pela comunidade em virtude da expansão da soja, constata-se a ocorrência de alguns, que contribuíram para a desarticulação da própria estrutura das comunidades. Um dos citados é à saída da população, na fala do Sr. Pedro Hélio, um remanescente da comunidade do Paca, afirma que essa situação foi “como uma espécie de vento, que varreu os moradores para longe” (Figura 37).

Nesse contexto, com características desterritorializadoras, a realidade que cerca esses remanescentes, não costuma ser animadoras, conforme os enunciados seguintes:

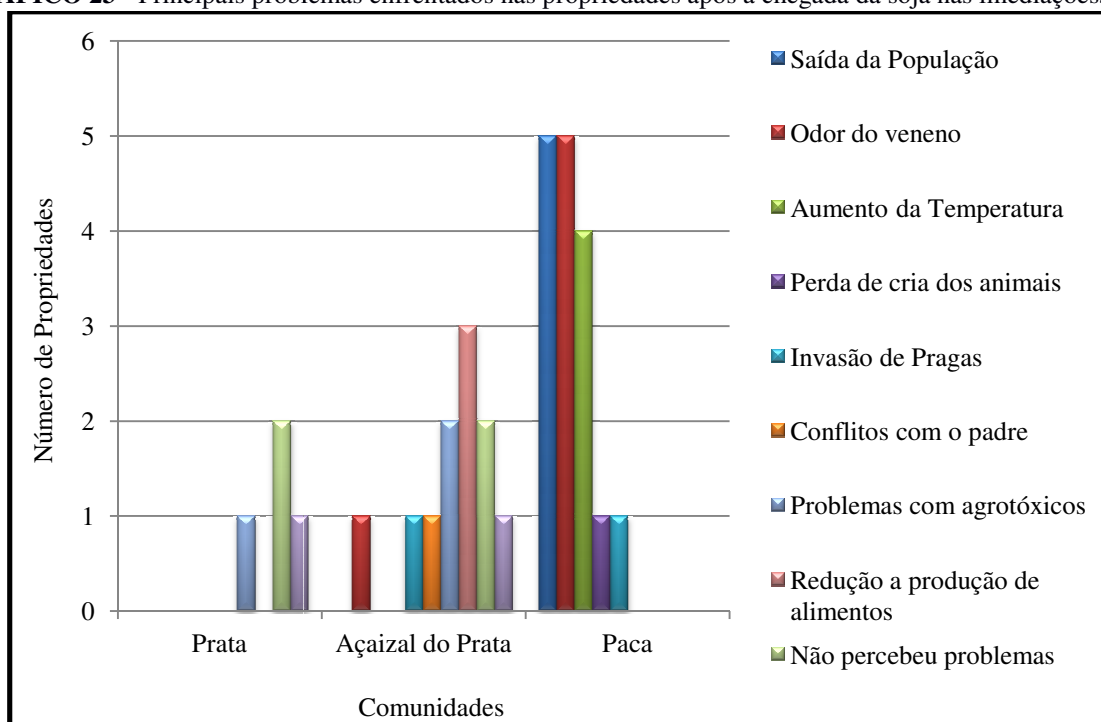
²⁰ Peri-urbana: sobre essas áreas é apresentada uma vasta discussão por Lewis, dentre elas a seguinte definição: “áreas localizadas na linha entre o rural e urbano, perto da periferia de um limite legal e administrativo de uma cidade, dentro ou fora de um plano de área e normalmente caracterizada pela ocupação de terra e tenência informal e poucos serviços básicos.” (Lewis apud Smit et. al. 1996.). Lewis, Jennifer. Identidade e a região peri-urbana de Belém do Pará: Lições para o investimento de desenvolvimento municipal, 2007. Disponível em: http://www.ncsu.edu/project/amazonia/brazil_proj/Result/Identidade_Regiao_PeriUrbana_Lewis.pdf. Acesso em 12 set de 2015.

Quase tudo subitamente se torna móvel, instável, transitório, e tudo se revestem de uma violência desterritorializadora, numa ditadura do movimento, como se fixar-se, deixar raízes, pertencesse a um passado que é preciso, de qualquer forma, superar. Num espaço destituído de sua história, "sem memória" transformando de repente numa espécie de não-lugar - espaços não-históricos, não relacionais e não-identitários, como caracterizou AUGÉ (1994), uma expressiva parcela dos novos atores hegemônicos tenta reconstruir à sua maneira uma geografia perdida que às vezes chega a construir "espaços fora do lugar" representativos de uma identidade territorial que ali acaba por se tornar anômala e aparentemente sem sentido (HAESBAERT, 1996, p.380 e 381).

Muitas são as dificuldades experimentadas nessas situações excludentes, como pode ser analisado no Gráfico 23. Na área do estudo, há queixas quanto ao odor do veneno espargido na lavoura da soja. Além da perda das crias dos animais que pastavam e bebiam água nas adjacências das plantações, ainda constata-se a presença de caramujos, oriundos das extensas plantações de soja. Houve relatos de morte de animais domésticos que beberam água do igarapé em Açaizal do Prata.

Vários entrevistados afirmam que o aumento da temperatura é algo perceptível. Alegam que, há alguns anos, a região tinha mais florestas e a temperatura era mais amena.

GRÁFICO 23 - Principais problemas enfrentados nas propriedades após a chegada da soja nas imediações.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Observa-se que a saída da população, o odor de veneno e o aumento da temperatura parecem ser percebidos como impacto mais forte na comunidade do Paca. Um registro importante a ser feito é que, na prática de campo, foi possível perceber que essas famílias

remanescentes aparentam melancolia e abandono, cercadas por centenas de hectares de soja em meio a solidão e aos escombros de sua escola, seu cemitério e seu barracão comunitário. A redução da produção de alimentos é apontada em Paca como impacto negativo. Em Açaizal do Prata, os impactos são menos referidos, isso talvez por se tratar da comunidade que se manteve mais agregada, com um território mais íntegro que as demais.

Mesmo assim, algumas áreas com cultivo de soja avançam sobre alguns terreiros dos comunitários, quase invadindo o campo de futebol, como se fosse “a bola da vez”, conforme retrata a Figura 38.

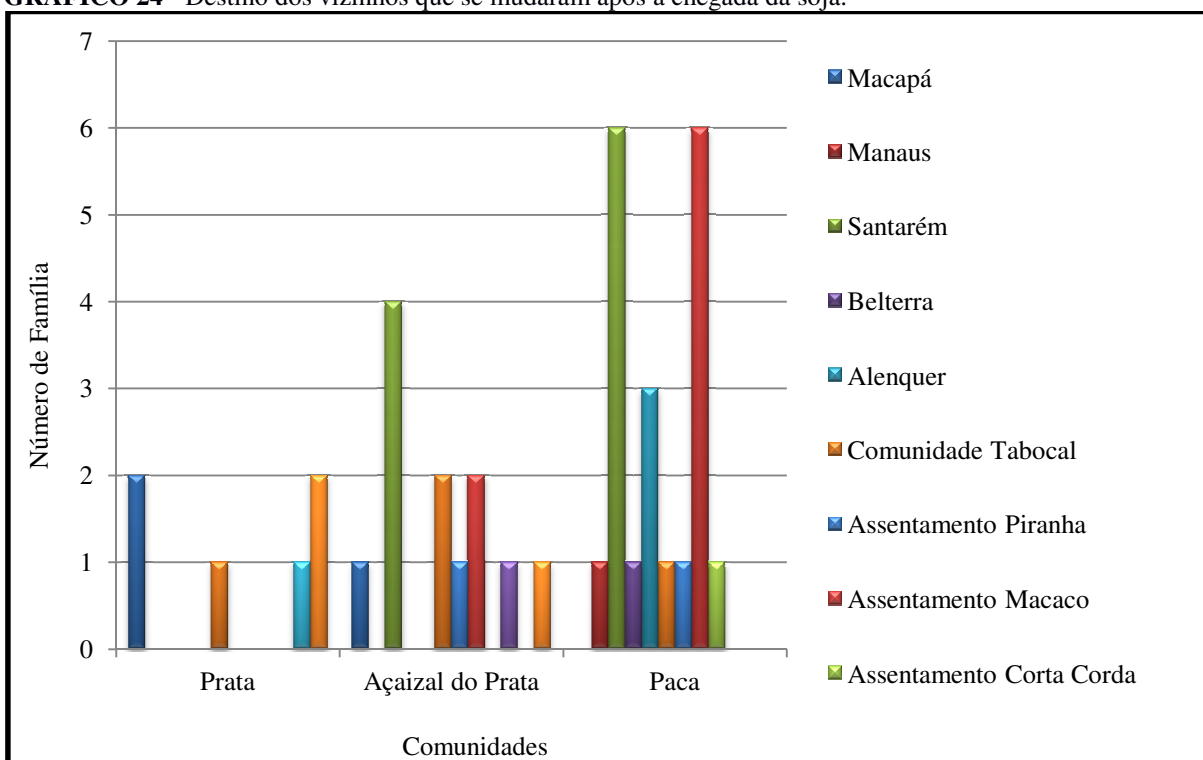
Figura 38 - Avanço das plantações de soja sobre o campo de futebol da comunidade de Açaizal do Prata.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Aos domingos, os moradores costumam reunir-se para partidas de futebol, porém encontram dificuldades para disputarem campeonatos, pois segundo alguns não têm times suficientes, sendo necessário trazê-los de outras comunidades.

Em decorrência do avanço do cultivo mecanizado da soja, muitas famílias sofrem muitas pressões de diversos tipos para venderem as suas terras. Seja por coação, ou por oferecimento de valores que esses agricultores consideravam altos, vendiam e depois percebiam que não davam para comprar quase nada. Outros arrendaram as suas propriedades, depois perceberam que haviam perdido os pastos e provocado várias alterações nas mesmas.

GRÁFICO 24 - Destino dos vizinhos que se mudaram após a chegada da soja.

Fonte:- Elaborado pelo autor, 2013.

Houve migração significativa para as capitais como Macapá e Manaus, assim como para as cidades de Belterra e Alenquer (Gráfico 24). A Vila peri-urbana de Tabocal se destaca como receptora de muitas famílias, pois neste lugar conseguiram comprar terrenos mais baratos e manter alguma ligação com a zona rural. Um ponto interessante detectado, é que para as cidades e as vilas vieram famílias de idade mais avançada, os mais jovens migraram para os assentamentos.

Na visão de alguns entrevistados esses se deram melhor do que os que foram para as cidades e se concentraram nas periferias, e acabaram ficando sem recursos. Sobre esse contexto, vale ressaltar algumas consequências que isso tem acarretado:

Esse aquecimento do mercado de terras tem levado ao aumento dos conflitos no campo, sendo as principais “vítimas” da disputa os povos e comunidades tradicionais que habitam as áreas de florestas preservadas. Também se encontram no meio dos conflitos pequenos agricultores familiares que, pressionando pela produção de soja, têm sido expropriados de suas terras, pela pressão para a venda ou pela expulsão por meio de violência (GAYOSO, 2011, P. 80).

Referindo-se sobre as lutas camponesas contra a expropriação ou a necessidade do acesso a terra, Oliveira (1996, p.50), afirma que: “esse processo, como se vê, está assentado no processo contraditório de desenvolvimento do capital que, ao mesmo tempo em que expropria, abre a possibilidade histórica do retorno à terra, em geral em lugares distantes

daqueles primeiros.” Ao desenvolver a pesquisa, observou-se que muitos camponeses mudaram-se para vários locais, dentre eles áreas localizadas no interior das florestas, principalmente em alguns projetos de assentamentos.

Como o presente pesquisador exerce a função de Agente Ambiental Federal do IBAMA, com frequência participa de incursões fiscalizatória envolvendo esses territórios. Em algumas dessas, foi possível percorrer toda a extensão de alguns assentamentos e localizar moradores que haviam se deslocados das comunidades estudadas. Alguns destes encontram-se em situações precárias, ainda sem uma moradia devida, apenas uns barracos com toras de madeiras encostadas, pois aguardam a assistência do INCRA, desde então. Nessas condições também foi possível verificar associações que eles fazem com os madeireiros, com a finalidade de extrair a madeira de forma ilegal da floresta a fim de fazer benfeitorias nas propriedades, incluindo casas para habitação com a família, poços e estradas, uma vez que o Estado em alguns casos tem sido um ente ausente.

Em algumas situações, fomos conduzidos a vários locais que foram esplanadas de madeiras e eles afirmavam que realmente tinham feito essas associações para tentarem se manterem no território, já que se consideravam abandonados. Outros já haviam conseguido uma “casa de alvenaria”, mas alguns alegam que ficaram longe da água.

Em relação a alguns moradores da cidade, a situação advinda da expansão do agronegócio da soja, também não foi benéfica, conforme consta-se no relato abaixo:

A maior alteração percebida foi o aumento do preço das coisas, principalmente do arroz, feijão, farinha, milho e outros gêneros alimentícios. Antes da soja chegar você ia no mercado e dava para comprar mais coisas com menos dinheiro. Depois que ela chegou aumentou tudo. Destruíram a praia da Vera Paz, diziam que era um sítio arqueológico, ai tiraram o povo, mas instalaram os galpões, não adiantou nada. E ainda destruíram dois campos de futebol que tinha lá e aconteciam os torneios. Provocaram também muitos desmatamentos, quem andava antes pelas áreas dos campos, ao voltar agora nem reconhece mais de tão desmatadas que estão. Na época falaram que iam abrir 500 vagas para trabalhadores de Santarém-PA se ficharem, ao todo se ficharam 50 foi muito, alegando que não tinha mão-de-obra qualificada. Não consigo ver melhorias para a cidade local, só para quem é envolvido direto com a soja, e olha que são poucos. Que saiu no prejuízo foram os moradores locais. (Wellington Sidnei Santos Ribeiro, morador há 37 anos em Santarém-PA).

Portanto, percebe-se nas falas dos entrevistados, que as benesses ocasionadas pela expansão da soja, foram muito reduzidas e concentradoras. Assim, estudar a organização territorial dessas comunidades, é essencial para entender o processo de consolidação e constituição das mesmas. Ainda mais quando alguns discursos presentes na atualidade,

propagados principalmente por aqueles que pregam o fim do campesinato, alegam que falar de reprodução camponesa seria o mesmo que “romantizar a pobreza”.

Apesar desse processo de recriação camponesa, os representantes do agronegócio propagam o discurso de que a agricultura camponesa é sinônimo de atraso, e que dificultam o "desenvolvimento" do país, e que esta, ou se integre ao agronegócio, ou abra caminho para a homogeneização das monoculturas.

Ao discorrer sobre a dualidade presente na agricultura brasileira, Medeiros (2009, p. 21 e 22) expressa com muita propriedade a existência de dois grupos: um formado por ruralistas, "fortes, poderosos, donos do capital", porém um grupo reduzido; mas que detêm maior produtividade, com uso de tecnologia de ponta, visando o mercado externo. E outro grupo, mais numeroso, formado por agricultores, em sua maioria "expropriados, explorados, tentando sobreviver", que dependem de ínfimos recursos públicos destinados a agricultura familiar, e enfrentam dificuldades ante as exigências dos mercados internos e externos. A autora ainda afirma:

Que campo brasileiro é este, onde ao mesmo tempo em que o capital se fortalece na figura do latifundiário, são criados novos estímulos à agricultura familiar como uma das formas de fixação do homem à terra? Como pensar que uma agricultura familiar empresarial transgênica se desenvolve lado a lado de uma agricultura familiar muitas vezes agroecológica? (...) O latifúndio não deixará de existir, e nem o governo pensa em eliminá-lo, pois a balança comercial brasileira tem no seu carro-chefe a soja produzida no seio do latifúndio. Mas, ao mesmo tempo, o país precisa do agricultor familiar para produzir alimentos para a população, além de também dar a sua contribuição para a exportação. As políticas públicas do governo brasileiro são, portanto, geradas na contradição, que por sua vez foi gerada pelo capital que se instalou e se enraizou de forma permanente no campo brasileiro (MEDEIROS 2009, p. 22).

Portanto, essa dualidade no campo brasileiro persiste, obrigando os camponeses a desenvolverem estratégias de permanência em áreas com viés contraditório. Muitos dos camponeses estudados, ao serem expropriados, adentram a floresta, em busca de novas áreas para se estabelecerem. Oliveira (1996, p. 71), discorre sobre esse processo, ao afirmar que:

É assim, que o desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção no Brasil age no sentido da expropriação dos camponeses em uma porção do território; entretanto, o camponês expropriado, que pela lógica do capital, deveria proletarizar-se, reconquista sua autonomia do trabalho, ocupando novos espaços em terras sem ocupação. É nessa luta pela manutenção da condição de lavrador autônomo, pela conquista da posse que os posseiros, na luta contra o capital, vão construindo o seu próprio regime de propriedade anticapitalista: a posse, a terra de trabalho.

Mesmo convivendo em territórios com características extremamente excludentes, esses camponeses decidiram permanecerem, adotando estratégias de sobrevivência, agora com uma maior consciência de resistência, contrariando a lógica dominante.

Em relação as comunidades estudadas, após várias atividades de campo e demais incursões, destaca-se que na organização do trabalho e elementos envolvendo a resistência e reprodução camponesa, verificou-se os seguintes itens: o trabalho familiar, como algo essencial na recriação da família camponesa; a combinação de várias formas de trabalho (familiar, parceria, assalariado e outras atividades como serviço público, pequeno comércio, programas assistências do governo); controle do tempo e do espaço, o que gera autonomia na produção; cultivo de vários itens, voltados para autoconsumo e também para comercialização; criação de diversos tipos de animais, a fim de garantir complemento para a renda.

Ainda identificou-se a manutenção de costumes e valores camponeses, através das festividades e celebrações religiosas, atividades comunitárias. A junção desses elementos, dão sustentação aos processos de resistência e recriação camponesa.

5 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Após discorrer sobre as estratégias expansionistas do agronegócio da soja, e todas as suas nuances, torna-se prudente, levantar um importante questionamento: Afinal a soja continuará expandindo pelo Território do Baixo Amazonas-PA; até onde ela chegará? E quantos aos camponeses que ocupam essas áreas?

Ao analisar esse processo expansivo, com expressões homogeneizadoras, depreende-se que este tende a caminhar para o que Desmarais (2013) chama de “*comoditização* de tudo”, onde o mercado global procura assumir ares onipotente, a fim de suprimir outras formas de atuações, incluindo as camponesas.

Essas não são respostas, nem reflexões fáceis, pois envolve uma série de fatores interligados. Destaca-se o quanto o mercado do agronegócio é instável, experimentando assim, uma volatilidade, tanto para expandir-se, bem como para retrair-se. Assim, não se sabe por quanto tempo essas comunidades de camponeses remanescentes irão perdurar, ante a volatilidade do mercado, que influência diretamente sobre a expansão de novas áreas.

Porém, conclui-se que essa expansão está associada ao equilíbrio entre a oferta e a demanda, bem como a um possível despertar do país, ao analisar os impactos ambientais e sociais desse tipo de cultura (FEARSNSIDE 2006).

Mesmo em áreas com características excludentes, constata-se que grupos de camponeses, quase que ilhados, decidiram permanecerem em seus territórios. Não é possível afirmar até quando, pois isso dependeria de uma série de fatores, tais como: intensidade das lutas, capacidade de articulação, incentivos creditícios e técnicos, comportamento do mercado de agronegócios, e vontade própria de permanência.

Diante dessa realidade, os camponeses das comunidades do Prata, Açaizal do Prata e Paca, no território do Baixo Amazonas-PA, apresentam um caso de resistência, em nível diferenciado às pressões do cultivo mecanizado da soja. Seu território situa-se num contexto hegemonizado por fazendas de produção de grãos, mantendo essas famílias em constante assédio e desarticulando seus modos de vida e reprodução social, representando uma ameaça de instabilidade e de possível desestruturação futura.

O processo de enfrentamento dessa situação expansiva, provocou dinâmicas territoriais diferenciadas, mesmo em comunidades com origens históricas, culturais, sociais e econômicas parecidas. Afinal, as famílias dessas comunidades dispunham da hegemonia espacial, pois eram proprietárias de suas áreas, enquanto que os produtores de soja dispunham de uma hegemonia econômica, que acabou influenciando no avanço espacial sobre essas comunidades. Discorremos sobre essas reações, abordando as percepções captadas durante a pesquisa em relação a cada uma comunidade.

A comunidade do Paca, nos primórdios, era composta em média por 40 famílias. Em seu território surgiram várias lutas, em busca de melhorias de vida da população. Os seus membros apresentavam uma consciência política mais articulada, ao ponto de travarem várias lutas, em busca de melhorias e permanência em seus territórios.

Diante desse contexto histórico tende-se a esperar um maior processo de resistência dessa comunidade. No entanto, não foi isso o que aconteceu, ao verificar a situação *in loco*. Todo esse passado de engajamento político e social não foi suficiente para mantê-los agregados e resistirem ao cultivo mecanizado da soja. Percebe-se uma falta de liderança, que estimule a permanência desses comunitários, ocasionando assim, uma desarticulação social.

Nas incursões em campo, constatou-se que em virtude de desavenças político-religiosas e da venda intensa de terras para os produtores de soja provenientes centro-sul, essa comunidade passou a enfrentar um esvaziamento considerável. Na atualidade contam apenas com 05 famílias e mais 02 famílias de sojeiros que compraram terras na mesma localidade.

Em conversa com alguns destes chegantes, eles informam que pretendem ficar na comunidade, e até procuram ajudar nas festividades locais.

Ela apresenta um elemento agregador, uma Casa Familiar Rural, que agrega os filhos dos camponeses de diversas comunidades adjacentes, fornece alguma espécie de orientação técnica para os comunitários. Seria uma espécie de “oásis”, entretanto, segundo alguns entrevistados ela foi instalada em 2010, bem depois da implantação do cultivo mecanizado da soja. Os comunitários já tinham enfrentado o período de maior pressão, compreendido entre 2000 até 2007. Então, não contribuiu para estimular a permanência desses camponeses, no momento de maior pressão e assédio por suas terras.

Quanto aos remanescentes, estes não sabem afirmar até quando ficarão, principalmente pois alguns apresentam uma idade mais avançada e outros os filhos necessitaram sair para estudarem fora. Eles desejam que se os filhos encontrarem “coisa melhor” devem ficar nesses outros locais. Alguns poucos, dizem que permanecerão.

Dentre as comunidades estudadas, a que apresenta um maior esvaziamento populacional é a do Paca, quase que total. Das 40 famílias que habitavam a área anteriormente, hoje restam apenas 05. Todas com laços de parentescos entre si.

A ausência de algum elemento que congregue os comunitários em torno de si, em virtude de não contar, com uma igreja, uma escola, um barracão ou um campo de futebol, contribui para que os membros fiquem de certa forma, meio dispersos. Inclusive ela também se encontra em uma situação de “ilhamento” mais grave que as outras, pois não tem nenhum transporte que faça a ligação entre as vilas. Eles têm que se locomover de moto, ou a pé a uma distância de 10 km até a comunidade mais próxima, principalmente para participarem das festividades que ocorrem na comunidade do Prata, ou Açaizal do Prata.

Apesar do seu território, ser o que mais foi desarticulado, e até o momento não conta com nenhuma escola. Os alunos precisam deslocar-se até a comunidade mais próxima para estudarem, agora com um ônibus, custeado pela Prefeitura. O vazio populacional, a falta de infraestrutura e falta de elementos agregadores, são apontados como principais problemas que desafiam a permanência desses comunitários.

Porém, percebe-se entre os remanescentes dessa comunidade, um maior senso de pertencimento. Eles já têm uma consciência mais desenvolvida em relação aos valores das suas propriedades, asseguram que não as venderão. E mesmo enfrentando maiores pressões, estão dispostos a permanecerem em seus territórios, mesmo em situações excludentes.

O caso mais representativo e intrigante, é o da comunidade de Açaizal do Prata, mesmo estando na mesma área geográfica e apresentando processos similares de formações

históricas, esta reagiu diferente das outras ao assédio as suas terras. Em seu território atualmente vivem 45 famílias. Assim, não houve esvaziamento populacional nessa comunidade como nas demais. O que torna esse processo de resistência camponesa diferente das demais comunidades?

Visualiza-se uma resistência maior às vendas das terras, em virtude da Usina Hidrelétrica Comunitária, pois desde a implantação, eles esperam uma expansão dos serviços, incluindo maior extensão da linha de energia, projetos de irrigação e de agroindustrialização. Até o momento, esses investimentos ainda não aconteceram.

Além da usina, que proporciona energia e acesso a usos de aparelhos eletroeletrônicos, conservação de alimentos, destacam-se os laços familiares, o modo de produção baseada no cultivo da mandioca, que necessita de uma maior mão de obra (o que favorece a interação e ajuda mútua entre os membros).

Apesar de nas áreas envolvendo essas comunidades, caminhar-se para uma padronização de cultivos voltados para exportação, esses comunitários remanescentes estão demonstrando através da permanência em seus territórios com características excludentes, que é possível resistir e trilhar outra via. Não é possível afirmar até quando, mas estão no caminho.

O foco do trabalho foi identificar elementos influenciadores ou agregadores de permanência nessas comunidades. Constatou-se que os elementos agregadores físicos (escolas, usina, energia elétrica, escolas, igrejas, campo de futebol e outros) contribuem para permanência. A falta destes, também dificulta e muito esta. Porém, estes, aliados aos laços familiares, senso de pertencimento, fazem uma grande diferença nessa trajetória.

Entender essa dinâmica é essencial para então compreender o processo de resistência e reprodução, vivenciados pelos camponeses da área de estudo, mesmo em meio a situações com características expulsivas. Mas a grande ideia apreendida desse contexto, amparado por atuações de encantamento e (des)encantamento é que se políticas públicas forem direcionadas para essas comunidades, elas tenderão a resistirem com maior propriedade. Pois aquelas que tiveram acesso a algumas pequenas melhorias, apresentaram uma maior resistência do que a aquelas que não receberam nenhum estímulo para se manterem e produzirem em seus territórios.

Assim, o foco central do trabalho, nos apresenta que não podemos falar de dinâmicas rurais homogeneizadoras, pois a mesma área geográfica, com uma extensão de pouco mais de

10 km apresentam comportamentos diferentes, diante dos mesmos *inputs*, estímulos externos e de mesmas características externas.

Por isso, a escala do olhar geográfico, captou diferenciações, que às vezes estão expressas em distâncias pequenas, que merecem atenção especial, com características endógenas e não pacotes prontos e padronizados. Pior ainda, é deixa-las sem nenhum aporte tecnológico, assistência técnica, apenas à mercê do comportamento do mercado, gerido pelo grande capital.

Quanto a distribuição das benesses advindas da expansão do agronegócio sobre essas comunidades, destaca-se que não é algo que se processa de forma equitativa, mas extremamente concentradora e excludente. O que não beneficia os camponeses estudados. Os benefícios advindos, não são para todos, é algo que inclui, excluindo, um falso encantamento.

Assim, o encanto produzido em torno do agronegócio, traduz-se em desencanto para os camponeses e a população local, pois fica uma dívida ambiental, com consequências que serão arcadas pela população que fica, que usa o território como “abrigo” e não como “recurso”, deixando esse rastro de lógicas contraditórias, por onde a soja apenas passa.

O cerne da questão diz respeito, a pensar nos territórios da diversidade, e não da homogeneização. Afinal, de uma forma geral, a soja não está completamente integrada a dieta amazônica, apesar de fazer parte pontualmente, o interesse é o mercado externo. Portanto, o preço dessa produção torna-se cara para as populações de camponeses, indígenas e quilombolas, a custo de dinâmicas territoriais concentradoras e expulsivas.

Então, ante essa realidade excludente, seria o fim do campesinato? Acreditamos que não, pois a trajetória de resistência demonstrada pelos camponeses estudados, atestam que mesmo em situações desafiadoras, até o momento, os mesmos têm escolhido o caminho da permanência. Essa é uma história em construção, onde novas páginas estão sendo escritas através dos estímulos recebidos, dos laços de pertencimento envolvendo detalhes afetivos e emotivos. Elementos estes, que os impulsionam a permanecerem, mesmo enfrentado diversas dinâmicas territoriais com viés excludentes e concentradores.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Cristina MURRIETA, Rui NEVES, Walter (org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo. Annablume, 2006.

ALENCAR, A.; MOUTINHO, P. A distribuição do desmatamento na Amazônia: vetores, áreas críticas e mapeamento de fronteiras. In: **SEMINÁRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE ANÁLISE DOS DADOS DE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL**, 3., 27-28 jun. 2005, Resumos. São José dos Campos. São José dos Campos, 2005. Disponível em <<http://www.obt.inpe.br/prodes>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

_____. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: Camponeses *versus* Agronegócio. In: PAULINO, E. T. FABRINI, J. E. **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ALMEIDA, Ruth. H. C. **Zona de conflitos: o agronegócio da soja e a formação da esfera pública em Corta-Corda, Santarém, Pará**. Belém, 2005. 134 p. Dissertações (Mestrado em Sociologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In ALMEIDA, A. W. B. & CARVALHO, G. (Org). **O Plano IIRSA na visão da sociedade civil da Pan-Amazônia. Belém, FASE/Observatório COMOVA, UFPA, 2009.**

ARAÚJO, Roberto *et al.* Estado e sociedade na BR-163: desmatamento, conflitos e processo de ordenamento territorial. In: CASTRO, Edna. (Org.). **Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão**. Belém: NAEA, 2008.

AUGÉ, Marc. AUGÉ. **Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus, 1994.

BACELAR, M.D.R.; COLEHO. A.S.; THALES. M.C.; VENTURIERI. A. Análise da expansão da agricultura de grãos na região de Santarém e Belterra, Oeste do Estado do Pará. In: **ANAIS XII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO**. Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 7003-7010.

BARROS, Bettina. **Bunge e Amaggi criam a Unitapajós**. Valor Econômico, 30 de outubro de 2013.

BECKER, Bertha. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, C. (org) **Fronteiras**. Brasília: Ed. UnB: Paris: Orstom, 1988, p. 68-89.

_____. **Fronteira amazônica: questão sobre a gestão do território**. Brasília, UnB, 1990.

_____. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**, Rio de Janeiro: Garamond, 2004. (a)

_____. Os caminhos de ocupação do território pela soja no Brasil e na Amazônia. In: **A geopolítica da soja na Amazônia**. Belém: MPEG, 2004. (b)

_____. Reflexões sobre a Geopolítica da soja na Amazônia. In: COSTA, W. M. BECKER, B. K.; ALVES, D. S.(orgs). **Dimensões humanas da biosfera-atmosfera na Amazônia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p .113- 128.

BENATTI, José Heder. A soja na Amazônia e o ordenamento territorial. In: **SEMINÁRIO: A GEOPOLÍTICA DA SOJA NA AMAZÔNIA**. Anais... Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 18 e 19 de dezembro de 2003.

_____. A soja na Amazônia e o ordenamento territorial. In: **Geopolítica da soja na Amazônia**. Belém: MPEG, 2004.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: a guerra na floresta**. 2ª edição revisada. Manaus: Edua, 2011.272 p.

BERNARDES, Júlia Adão. As estratégias do capital no complexo da soja. In: CASTRO, I. E. de. GOMES, P. C. da C. CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996, pp. 325-366.

BERNARDES, Júlia Adão. FREIRE FILHO, Osni de Luna. (Orgs). **Geografia da soja: BR-163: fronteiras em mutação**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006, p. 13 - 18.

BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**, tradução Beatriz Medina. – São Paulo: Editora UNESP, 20011.

BERTRAND, Jean-Pierre et al. **O mundo da soja**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BICKEL, Ulrike. DROS, J.M. **The impacts of soybean cultivation on brazilian ecosystems: Three case studies**. S.I.:WWF, 2003. 33 p. 1 arquivo 3.98 Mb disponível em: <<http://ld.panda.org/downloads/forests/impactsofsoybean.pdf>>.Acesso em: 03 jun. 2015.

BICKEL, Ulrike **Brasil: expansão da soja, conflitos sócio-ecológicos e segurança alimentar**. Bonn (Alemanha), 2004. 169 p. Dissertações (Mestrado em Agronomia Tropical). Faculdade de Agronomia, Universidade de Bonn.

BONNEMAISON, J.; CAMBRÈZY, L. Le lien territorial: entre frontiers et identities. **Geographies et Cultures**, Paris, L'Harmattan- CNRS, 20, 1996.

BRANDÃO. A.S. P.; REZENDE, G.C.; MARQUES, R. W. C. **Crescimento agrícola no período 1999-2004, explosão da área plantada com soja e meio ambiente no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. (Texto para discussão, n. 1.062).

BRONDÍZIO, Eduardo. Intensificação agrícola, identidade econômica e invisibilidade entre pequenos produtores rurais amazônicos: caboclos e colonos numa perspectiva comparada. In:

ADAMS, C, MURRIETA, R, NEVES, W (org). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo. Annablume, 2006.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A barbárie moderna do agronegócio versus a agricultura camponesa: implicações sociais e ambientais**. Revista Digital para Estudantes de Geografía y Ciencias Sociales, 2012.

CARVALHO, Renata. **A Amazônia rumo ao “ciclo da soja”**. Amazônia Papers , São Paulo, n. 2, p. 8, set. 1999. <http://www.amazonia.org.br>.

CASTRO, Williams. M. **Análise espacial das mudanças na cobertura e uso da terra em Santarém e Belterra, Pará, Brasil**. Belém, 2008. 116 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará.

CASTRO, Edna. (Org). **Sociedade, Território e conflitos: BR- 163 em questão**. Belém. NAEA, 2008.

CASTRO, Edna, MONTEIRO, Raimunda e CASTRO, Carlos P. **Dinâmica de Atores, Uso da Terra e Desmatamento na Rodovia Cuiabá-Santarém-PA**. Banco Mundial – Relatório de Pesquisa, 2004.

CATAIA, Márcio. A relevância das fronteiras no período atual: unificação técnica e compartimentação política. In: IX Coloquio Internacional de Geocritica – 2007, Porto Alegre. Disponível em: <www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24521.htm>. Acesso em 21 mar.2014.

CHECHINEL, Camila. **A soja além do óleo e do farelo**. Revista Globo Rural. 23 de abril de 2014. Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/Soja/noticia/2014/04/soja-alem-do-oleo-e-do-farelo.html>. Acesso em: 10 set de 2015.

CNA. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Ativos de grãos: preço da soja cai e fertilizantes ficam mais caros**. 2010. Disponível em: <http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/ativos-de-graos-preco-da-soja-cai-e-fertilizantes-ficam-mais-caros>. Acesso em set de 2015.

COELHO, Andrea dos Santos. **Modelagem de dinâmica do uso da terra na região de Santarém**. Belém, 2009. 128 p. Dissertações (Mestrado em Ciências Ambientais). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará.

COSTA, Francisco de Assis. **O grande capital e agricultura na Amazônia; a experiência Ford no Tapajós**. Belém: Editora Universitária da UFPA, 1993. 180p.

COSTA. Solange Maria Gayoso. Agronegócio e terras na Amazônia: conflitos sociais e desterritorialização após a chegada da soja na região do Baixo Amazonas no Pará. In: ALMEIDA, Wellington. SAUER, Sérgio (orgs). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2011.426 p.

COSTA, Solange M^a Gayoso da. Territórios e mercado de terras no Baixo Amazonas-Pará: expansão da sojicultura e valorização fundiária. **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Universidade Federal do Maranhão- UFMA, São Luís- MA, 20 a 23 de agosto de 2013.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2006**. (Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, João Batista Gonçalves Afonso e Maria Madalena Santos). Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2007, 236 p.

CONAB. Companhia Brasileira de Abastecimento. **Série histórica de área plantada: soja**. Safras 1976/77 a 2012/13. 2013. Disponível: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em 13/04/2015.

_____. **Soja ganha terreno na Amazônia Legal**. Brasília, CONAB, 2008a – disponível em <<http://www.conab.gov.br/conabweb>>. Acesso em 13/04/2015.

CPT. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Relatório do levantamento preliminar dos impactos socioambientais da expansão da agricultura mecanizada na região de Santarém**. Santarém, 2004.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Dossiê Cargill 2010**. Santarém, CPT, 2010. (mimeo).

DESMARAIS, Annette Auriélie. **A Via Campesina: A globalização e poder do campesinato**. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

FEARNSIDE, Philip. M. O avanço da soja como ameaça à biodiversidade da Amazônia. In: **SIMPÓSIO DE ECOSISTEMAS BRASILEIROS**, 5. Vitória. UFES, 2000

_____. Land-tenure issues as factors in environmental destruction in Brazilian Amazonia: The case of Southern Pará. *World Development*, n. 29, p. 1361-1372, 2001.

_____. Soybean cultivation as a threat to the environment in Brazil. *Environmental Conservation*, v. 28(1), p. 23-38, 2001.

_____. **Desmatamento na Amazônia Brasileira: história, índices e consequências**. Revista Megadiversidade, volume 1, N°1 julho, 2005.

_____. O cultivo da soja como ameaça para o meio ambiente na Amazônia brasileira. pp. 281-324. In: L.C. Forline, R.S.S. Murrieta and I.C.G. Vieira (eds.) **Amazônia além dos 500 Anos**. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, Pará, Brasil. 2006, 566 pp

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T. e FABRINI, J.E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008b. p. 273 –301. (Geografia em Movimento).

FERNANDES, Bernardo Mançano. (Org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 424 p

_____. Políticas de assentamentos rurais e luta do MST pela terra. In: **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**; org. por MEDEIROS, Rosa Maria e Falcade, Ivanira- Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009a.

_____. Reforma Agrária no Governo Cardoso e no Governo Lula: Desafios da Geografia Agrária. In: **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**; org. por MEDEIROS, Rosa Maria e Falcade, Ivanira- Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009b.

_____. Prefácio a edição brasileira. In BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Tradução Beatriz Medina. – São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/arti.php>>. Acesso em: 16 mai. 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. (org). **Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004. p. 53-91.** (Por Uma Educação do Campo, 5).

FERNANDES. Bernardo Mançano et al.,. **Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias**. 1.ed.-São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco. Vozes do Campo. 2014.

FILGUEIRAS, Gisalda C.; FERREIRA, Mônica N. C.; SANTANA, Antônio C. *Análise do mercado e da concentração espacial da cadeia produtiva da soja na Amazônia*. Belém: Banco da Amazônia, 2007. Disponível em <www.basa.com.br/bancoamazonia2/includes%5Cinstitucional%5Carquivos%5Cbiblioteca%5Cestudossetoriais%5Cestudos_setoriais_4.pdf>. Acesso em 01 mai. 2015.

FRAXE, Terezinha de Jesus P. **Cultura cabocla ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. São Paulo, Annablume, 2004. 374p.

GABAN, Amanda Cristina. **Panorama do transporte de commodities agrícolas no Brasil**. Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Departamento de Economia, Administração e Sociologia. Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial –ESALQ – LOG. Piracicaba, 2013.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 29.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GERMER, Claus M. A irrelevância prática da agricultura "familiar" para o emprego agrícola. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 31, n.1, p.47-61, jan-abr. 2002.

GUZMÁN, E. S; MOLINA, M. G. de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Tradução literal de Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 96 p.

GRANDIN, G. **Fordlândia: Ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva**: tradução de Nivaldo Montingelli Jr. – Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

GRUPO DE TRABALHO DE FLORESTAS. Relação entre cultivo de soja e desmatamento: Compreendendo a dinâmica. S.I.: **Amigos da Terra - Amazônia Brasileira**, 2005. 79 p.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói; EDUFF, 1997.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2 ed. Rio de Janeiro. Ed.: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Gaúchos e baianos no Novo Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, I.E., GOMES, P.C.C., CORRÊA, R.L. (org.) **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, 470 p.

_____. **Território e Multiterritorialidade: um debate**. GEOgraphia, Niterói: UFF, v. 17, p. 19-45, 2008.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: Santos, M. et al., **Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 3. ed.

HARIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, C, MURRIETA, R, NEVES, W (org). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo. Annablume, 2006.

HASSE, Geraldo. **O Brasil da soja – Abrindo fronteiras, semeando cidades**. Porto Alegre: L&PM, 1996.

HÉBETTE, Jean. A questão da terra. In: Pará, Secretaria de Estado de Educação. **Estudos e problemas amazônicos; história social, econômica e terras especiais**. – ed. Belém, CEJUP, 1992.

HÉBETTE, Jean. MAGALHÃES, Sonia B; MANESCHY, Maria C; (orgs). **No mar, nos rios e na fronteira, faces do campesinato no Pará**. Belém. Editora EDUFPA, 2002.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. v. 1. Belém: EDUFPA, 2004a, 303 p.

HELFAND, S. M. 1999. The political economy of agricultural policy in Brazil: Decision making and influence from 1964 to 1992. **Latin American Research Review**, v. 24, n. 2, p. 3-41.

HESPANOL, Antônio Nivaldo. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, B. M, MARQUES, M. I. M., SUZUKY, J. C. (orgs). **Geografia Agrária: teoria e poder**. Expressão Popular. São Paulo, 2007.

ICMBio. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2015. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/flonatapajos/>>. Acesso em 20 de ago 2105.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Gerência Executiva de Santarém-PA. **Acompanhamento dos polígonos desmatamento**. Santarém-PA, 2010

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pa>>, acessado em 30/06/2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrícola Municipal. Rio de Janeiro, 2013. Disponível: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em 13/04/2015.

IMEA- Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária. **Comercialização**, 2012. Disponível em: http://sistemafamato.org.br/portal/famato/noticia_completa.php?codNoticia=231301. Acesso em set de 2015.

Informa Economics FNP, PESQUISAS LTDA, 2011. www.agrafnp.com.br. Acesso em 29 jun 2015. KAIMOWITZ, D.; SMITH, J. 2001. Soybean technology and the loss of natural vegetation in Brazil and Bolivia. p. 195-211. In: ANGELSEN, A.; KAIMOWITZ, D. (Eds.). **Agricultural Technologies and Tropical Deforestation**. Wallingford, Reino Unido: CAB International.

KARL, Marx. **Tomo I**. Vol. 1, 1984.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3º ed. São Paulo, Proposta Editorial, 1980. 329 p.

LAURANCE, W.F.; ALBERNAZ, A.K.M.; FEARNSTIDE, P.M.; VASCONCELOS, H.L.; FERREIRA, L.V. Deforestation in Amazonia. **Science**, v. 304, p. 1109, 21 Mai 2004.

LEF, Enrique. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF.E. **Epistemologia ambiental**. Trad. Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001.

LENIN, Vladimir. I. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América: Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. Pinheiros, Brasil Debates, 1980.

LEROY, Jean. Pierre. **Uma chama na Amazônia**. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1991.

LOUREIRO, Violeta .R. **A Amazônia do século XXI: Novas formas de Desenvolvimento**. Empório do Livro, 2009.280p.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Desmatamento na Amazônia Legal**. 2015. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/mma-em-numeros/desmatamento>. Acesso em 20 de ago de 2015.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Intercâmbio comercial do agronegócio: trinta principais parceiros comerciais / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio. – Brasília:2008.

MAPA, - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2014. Projeções do Agronegócio 2014/15 a 2024/25. **Projeções de longo Prazo**. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/PROJECOES_DO_AGRONEGOCIO_2025_WEB.pdf. Acesso em: 20 jul 2015

MARGULIS, Sérgio. **Quem são os agentes dos desmatamentos na Amazônia e por que eles desmatam?** 2001. Disponível em: <http://www.bancomundial.org.br/index.php/content/view_document/1512.html> Acesso em: 02 jun. 2015.

_____. **Causas do desmatamento da Amazônia brasileira**. 1ª ed. Brasília: Banco Mundial, 2003. 100 p. Disponível em: www.bancomundial.org.br>. Acesso em: 02 jun. 2015.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E. T., FABRINI, J. E. (org.), **Campesinato e território em disputa**. 1 ed. São Paulo. Expressão Popular UNESP. Programa de pós-graduação em Geografia. 2008.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política. Livro 3 – O processo global de produção capitalista**. 4º ed. São Paulo, Difel, 1985, v. 6.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira, FALCADE, Ivanira (orgs). **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. 2013. Exportações de Commodities. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1955&refr=608>>. Acesso em: 19-04-2015.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MONTEIRO, Raimunda. Associativismo e fronteira: a Amazônia como espaço de reprodução social da agricultura do Sul. In: CASTRO, Edna (Org.). **Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão**. Belém: NAEA, 2008.

MORAN, E. F. **Developing the Amazon**. Bloomington, Indiana University Press, 1981. 292 p.

MOREIRA, Edma. S. & HÉBETTE, Jean. Metamorfose de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraense. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A. & MARIN, R. A. (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categoriais: construções identitárias e sociabilidades**. São Paulo: editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.187-207.

MOURA, Margarida. M. **Camponeses**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

NAHUM, João SANTOS. (Org.) In: **Anais do Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. - 1. ed. - Belém: Ed. Açai, 7 a 11 de novembro de 2011.

NAHUM, João Santos. **Região, discurso e representação: a Amazônia nos planos de desenvolvimento**. Boletim Geográfico, Maringá, v. 29, n. 2, p. 17-31, 2011.

NAHUM, João Santos; OLIVEIRA, J. B. **Políticas de Estado para comunidades remanescentes de quilombo na Amazônia paraense**. ACTA Geográfica, Boa Vista, v.7, n.14, jan./abr. de 2013. pp. 07-23.

NAHUM, João Santos; BASTOS, Cleison Santos. **Dendeicultura e descampesinização**. Campo Território: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr., 2014.

NEPSTAD, D. et al., **A globalização das indústrias da soja e do gado na Amazônia, oportunidade para conservação**. Disponível em: www.amazonia.org.br/arquivos. Acesso em 20/04/2014.

NUGENT, Stephen. Utopias e distopias na paisagem social amazônica. In: ADAMS, C, MURRIETA, R, NEVES, W (org). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo. Annablume, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática. Princípios, 1990.

_____ **Agricultura camponesa no Brasil**. Contexto. São Paulo, 1996.

_____ A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, A.F.A. (Org.), **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo, Contexto, 1999.

_____ **Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. In: Revista Terra Livre, São Paulo: AGB, ano 19, v.2, n. 21, p. 113-156, Jul/dez 2003.

_____ A BR-163, Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização, In: **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília. CNPq, 2005.

_____ **A Amazônia e a nova Geografia da produção da soja**. Revista Terra Livre, Goiânia, Ano 22, v. 1, n. 26, p. 13-43, Jan-Jun/2006.

_____. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org). **Novos Caminhos da Geografia**. 5ª ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2010.

PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro da. **Uso do território e gênero de vida na Amazônia: reprodução camponesa e agronegócio no Planalto Santareno**; Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, E. T., FABRINI, J. E. (org.), **Campesinato e território em disputa**. 1 ed. São Paulo. Expressão Popular UNESP. Programa de pós-graduação em Geografia. 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. ALMEIDA, R. A. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. 1.ed. São Paulo: Expressões Popular, 2010, v. 1. 283 p.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Território e campesinato: da teoria a práxis**. Revista Terr@Plural, Ponta Grossa, 2, jul/dez., 2008.

_____. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2012. v. 1. 428p.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Problemas de colonização e uso da terra na região Bragantina do Estado do Pará**, tese de doutoramento apresentada à Cadeira de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, editada pela Universidade Federal do Pará, Belém, 1967.

PETER, Richard. Imaginários de desenvolvimento. FERNANDES, B. M. (Org.); MARQUES, M. I. (Org.); SUZUKI, J. C. (Org.). **Geografia agrária: teoria e poder**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PETRAS, James. **Imperialismo e luta de classes no mundo contemporâneo**. Tradução de Eleonora Frenkel Barretto. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007, 206 p. (Coleção Relações Internacionais e Estado Nacional – RIEN).

PETRAS, James, VELTMEYER, Henry. Camponeses numa era de globalização neoliberal: América Latina em movimento. In: PAULINO, E. T. FABRINI, J. E. **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. Expressão Popular. São Paulo, 2006.

PINTO, Lúcio. Flávio. **Memória de Santarém**. Editora O Estado do Tapajós, p.420. 2010.

PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372p.

PORTOS DO BRASIL, 2013. Desempenho do Complexo portuário brasileiro em 2013. Victor Tardio. <http://www.portosdobrasil.gov.br/home-1/estatisticas/desempenho-do-complexo-portuario-brasileiro-em-2013>. Acesso em 22 jul de 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De Saberes e de Territórios – diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. Niterói: 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM. **Plano municipal de agropecuária: período– 1997/2000**. Santarém, 1997.

PRODES- Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal. 2014. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php>. Acesso em 20 de ago de 2015.

PUTY, C. A. C. B. Agricultura Empresarial Mecanizada. In: **Zoneamento-Ecológico Econômico da área de influência da rodovia da BR-163 (Cuiabá- Santarém): gestão territorial**. V. 1: Diagnóstico do meio socioeconômico, jurídico e arqueologia. Belém: Embrapa, Amazônia Oriental, 2007. P. 229-252.

RAFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RECLUS, Élisée. **Élisée Reclus**. In: ANDRADE, M. C. de (Org); Fernandes, F. (Coord) São Paulo: Ática, 1985. (Geografia).

RODRIGUES, R.L.V. **Análise dos fatores determinantes do desflorestamento na Amazônia legal**. Rio de Janeiro, 2004. 249 f. Tese (Doutorado em Ciências em Engenharia) - COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge University Press. 1986.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. Editora Petrópolis, São Paulo, 2009.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800 – 1920)**. Biblioteca Básica de Ciências Sociais. Série 1ª – Estudos Brasileiros – Volume 3, 1980.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra Globalização**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, M. et al. O papel ativo da geografia: um manifesto. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, 12. 2000. Florianópolis. Anais... Florianópolis: 2000.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2004.

SANTOS, João Veiga. **Apontamentos para a história da Igreja de Santarém**. 1982, 67 p.

SAQUET, Marcus. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAUER, Sérgio; PIETRAFESA, José Paulo. **Novas fronteiras agrícolas na Amazônia: expansão da soja como expressão das agroestratégias no Pará**. ACTA Geográfica, vol. 7, p. 245-264, 2013.

SCHLESINGER, Sérgio; NORONHA, S. **O Brasil está nu! O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais**. – Rio de Janeiro: FASE, 2006. 148 p. Disponível em: http://br.boell.org/downloads/soja_livro_rev_final_1_pdf >. Acesso em: 20 de outubro de 2013.

SEN, Amartya. KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo. Companhia das Letras, 2010.

SHANIN, Teodor. **A definição do Camponês: conceituação e desconceituações, o Velho e o Novo em uma discussão marxista**. Estudos CEBRAP, nº 26. Editora Vozes, 1980.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T. FABRINI, J. E. **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, Carlos Alberto Franco. **A logística da Hidrovia Maneira na Expansão da soja na Amazônia**. GEOgraphia - Ano 7 - No 14 – 2006.

_____. **Corporação e agronegócio da soja na Amazônia**. Revista ACTA Geográfica, ANO II, nº3, jan./jun. de 2008. p.29-40.

_____. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: Santos, M. et al., **Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 3. ed.

SIMONETTI, Mirian Claudia L. **A longa caminhada: (re)construção do território camponês em Promissão**. São Paulo, Depto. Geografia da USP. 1999 (Tese de Doutorado).

SILVEIRA, E. A Soja Desmata? Novo Estudo Amplia a Polêmica. O Estado de São Paulo. São Paulo, 2005. Disponível em: < <http://www.estado.com.br> > Acesso em: 13 de março de 2015.

SMITH, N. J. H. et al. 1995. **Amazonia: Resiliency and Dynamism of the Land and its People**. Tokyo: United Nations University Press. 253 p.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil. Entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SOUZA, Suzane. Tosta. CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **As “Novas” Estratégias do Capital para o Campo Brasileiro a Partir do Discurso do Agronegócio**. Revista Pegada Eletrônica. Presidente Prudente, volume 9, nº 1, junho, p. 103-123, 2008.

TAVARES, M. G. C. **A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI**. GEOUSP - Espaço e Tempo, n. 29, p. 107-21, 2011.

UFPA et al. **Relatório Analítico do Território do Baixo Amazonas – Pará**. Belém, 2012.

VENTURIERI, A. et al. Análise da expansão da agricultura de grãos na região de Santarém e Belterra, Oeste do Estado do Pará. In: **ANAIS XII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO**. Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 7003-7010.

VELHO, Otávio G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo - Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

WANDERLEY, Maria Nazareth. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: **XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós- Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS)**, GT 17 – Processos sociais agrários, Caxambu (MG), 1996.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se neguceia**. Anuário Antropológico, Número 87, 1990.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA APLICÁVEL AOS CAMPONESES DO BAIXO AMAZONAS-PA.

Estrutura familiar	Idade	Escolaridade	Local de origem
Pai			
Mãe			
Filhos			
Outros			

Tipo de renda	Componente da família que recebe	Valor-R\$	Frequência (Mensal – Anual)	Desde quando?
Aposentadoria				
Salário				
Bolsa família				
Benefício				
Diárias				
Outros (quais)				

Dados da propriedade					
Área da propriedade em hectare		Área cultivada em hectare		Anos	
0 – 50		0 – 1		0 – 5	
50 – 100		1 – 3		5 – 10	
100 – 150		3 – 5		10 – 15	
150 – 200		5 – 7		10+	

Qual a forma que a adquiriu?	Herdou	Comprou
Sim		
Não		
Outras formas		
Alguma vez já recebeu proposta de venda da propriedade?		Quando?
Oferecido?		Preço
Alguém da família já trabalhou nos garimpos?		Que garimpo?
Quando?		
Tipo de plantio existente em sua propriedade?		
Qual a principal fonte de renda da sua propriedade? (produto) esses produtos?		Onde são vendidos

Cria algum tipo de rebanho? () Bovinos () Ovinos () caprinos () Muales () outros Quais?
CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DA PROPRIEDADE
De onde vem a água que é utilizada na propriedade? poço () igarapé () rio () represa () outro () Qual ?
Você considera o solo de sua propriedade bom para o cultivo? sim () não ()
Que instrumentos (máquinas, ferramentas, técnicas) você utiliza no: a- preparo da terra b- colheita c- beneficiamento.
Você sabe o que é licenciamento ambiental? sim () não (). Já solicitou algum ? sim () não ()
Em sua propriedade existe alguma área de reserva legal? sim () não (). Em sua propriedade existe alguma APP? sim () não ()
Sua propriedade possui cadastro ambiental rural? sim () não (). Você já recebeu algum tipo de assistência técnica na propriedade? sim () não ().
OUTRAS CARACTERÍSTICAS
Existe cultivo de soja nas proximidades de sua propriedade? sim () não ().
Desde quando esse cultivo passou a ser executado na região? Esse tipo de cultivo costuma empregar a mão de obra local? sim () não ().
Existe alguma procura por compra ou arrendamento de terras por parte desses produtores? sim () não ()
Alguns dos seus vizinhos já venderam as terras para esses produtores? sim () não () Para onde eles se mudaram depois da venda ?
Que benefícios a produção de soja trouxe a comunidade? Que problemas a produção de soja trouxe a comunidade?
Sua família pretende continuar morando nesta comunidade?
Você acha que seus filhos e netos vão continuar fazendo uso desta propriedade?
Você tem algum filho trabalhando como moto taxista em Santarém? sim () não () Desde quando?
Têm parentes ou conhecidos que se mudaram para os assentamentos do INCRA? sim () não () Quais?
Têm parentes em Manaus que contribuem financeiramente com a família sim () não ()

APÊNDICE B – ROTEIROS DE ENTREVISTAS

APÊNDICE B.1 - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE SANTARÉM-PA-APRUSAN

ENTREVISTADO - João Dalmácio Rodrigues Neto- Presidente

DATA- 29-01-2014

1- Qual o objetivo dessa associação?

- 2- Quantos associados a mesma têm? Quantos desses são das comunidades do Prata, açaiçal do Prata e Paca?
- 3- Qual foi o ano em que a maioria dos associados dessas comunidades se desfilaram da associação?
- 4- Na sua opinião, o que os motivou a sair?
- 5- Para vender algum produto na feira da cidade é preciso ser cadastrado nessa associação?
- 6- Quais são as alterações que o Sr. Consegue perceber nessas comunidades?
- 7- O agronegócio da soja exerceu alguma influência na dinâmica dessas comunidades?
- 8- Se os membros dessas comunidades estivessem associados teriam melhores condições de lidarem com o avanço do agronegócio sobre os seus territórios?
- 9- Registre suas impressões sobre essas comunidades.

APENDICE B.2- CASA FAMILIAR RURAL – COMUNIDADE DO PRATA

ENTREVISTADA - Marlene Muniz de Castro- Secretária e Professora da escola
 PROFESSORA DA CASA FAMILIAR RURAL – COMUNIDADE DO PRATA
 DATA- 09-03-2014

- 1- Em que ano foi fundada a Casa Familiar Rural?
- 2- Quantas comunidades participam dessa escola?
- 3- Em que a pedagogia da alternância adotada na escola difere das outras?
- 4- Quais as influências dessa escola para as comunidades adjacentes?
- 5- Existem interações entre a escola e as comunidades?
- 6- Acredita que a escola tende a influenciar na permanência das famílias nas comunidades?
- 7- De que maneira a expansão do agronegócio da soja influenciou na escola e nas comunidades?
- 8- Registre as suas considerações sobre a Casa Familiar Rural para as comunidades adjacentes.

APÊNDICE B. 3- COMUNIDADE DO AÇAIZAL DO PRATA

ENTREVISTADO - José de Arimatéia- Presidente da comunidade

DATA- 09-03-2014

- 1- Quantos membros existem nessa comunidade?
- 2- Quais são os serviços básicos de infraestrutura que a comunidade dispõe?
- 3- Qual a influência da Usina Hidrelétrica Comunitária para essa comunidade?
- 4- Como é a forma de participação e uso dessa energia pelos comunitários?
- 5- Quais seriam as influências do agronegócio da soja para essa comunidade?
- 6- Essa comunidade tem enfrentado a saída de membros para outros lugares? Para onde?
- 7- Na sua opinião o que favorece uma maior permanência dos membros dessa comunidade?
- 8- Registre as suas impressões sobre essa comunidade.

APÊNDICE B. 4- PESQUISADORA E PROFESSORA DA UFOPA

ENTREVISTADA - Francisca Cecita Adad – Professora de Economia da UFOPA

DATA- 16-05-2014

- 1- A partir de quando passastes a perceber a inserção do agronegócio da soja aqui na região?
- 2- Quais eram as suas impressões à época, sobre essa proposta de desenvolvimento via grãos?
- 3- Expresse aspectos positivos e negativos que percebestes com a implantação do agronegócio da soja na região?
- 4- O que esperar de propostas de desenvolvimento, pautadas nesse tipo de atividade?
- 5- Como a região reagiu a esse tipo de atividade?
- 6- Passados em média uns 15 anos dessa implantação, é possível falar em “desencanto” do cultivo da soja aqui na região?
- 7- Considerando que desde a época da implantação, és professora e pesquisadora na região, quais as suas impressões sobre a dinâmica que esse tipo de cultivo ocasionou para a região?

APÊNDICE B.5- CENTRO DE ESTUDO, FORMAÇÃO E PESQUISA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BAIXO AMAZONAS-CETBAM.

ENTREVISTADO - Venilson José da Silva- Presidente do CFTBAM

DATA- 20-05-2014

- 1- Quais as ações desenvolvidas pelo CFTBAM?
- 2- Como vocês auxiliam os camponeses da região?
- 3- Como vocês têm percebido a expansão do agronegócio da soja na região?
- 4- Como os camponeses lidam com o avanço do agronegócio a soja sobre os seus territórios?
- 5- Como vocês orientam os camponeses para lidarem com a expansão do agronegócio da soja?
- 6- Quais as impressões de vocês sobre a implantação do agronegócio da soja na região?

APÊNDICE B. 6- SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DE SANTARÉM-PA – STTR

ENTREVISTADO - Reinaldo Monteiro- Presidente do STTR

DATA- 20-05-2014

- 1- Quantos associados o sindicato possui?
- 2- Vocês tem algum associado das comunidades de Prata, Açaizal do Prata e Paca? Quantos?
- 3- Quais as principais atividades desenvolvidas pelo sindicato na região?
- 4- A partir de quando as plantações de soja começaram a serem introduzidas na região?
- 5- Quais os benefícios e/ou prejuízos que o agronegócio da soja trouxe para a região?
- 6- Tem ocorrido conflitos entre os sojeiros e os camponeses da região? Quais?
- 7- Tem aumentado a área de cultivo da soja aqui na região?
- 8- Quais são as suas impressões sobre a implantação do agronegócio da soja na região?

APÊNDICE B. 7- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA- CPT

ENTREVISTADO - Gilson Rêgo – Membro da CPT

DATA- 20-05-2014

- 1- Quais são as atividades desenvolvidas pela CPT aqui na região?
- 2- Como vocês vêem a expansão do agronegócio da soja aqui na região?

- 3- Vocês têm algum registro ou estimativas de possível desaparecimento de comunidades de camponeses aqui na região, após a inserção do agronegócio da soja?
- 4- Vocês têm registro de algum conflito ou evento envolvendo as comunidades de Prata, Açaizal do Prata e Paca e a expansão do agronegócio da soja?
- 5- Quais as suas impressões sobre a moratória da soja? Funcionou?
- 6- Para onde avança o cultivo da soja aqui na região?
- 7- Quais as suas impressões sobre o modelo de desenvolvimento via grãos, implantado na região?